



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Lucimara Beserra

**Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio
em Mato Grosso**

Rio de Janeiro

2022

Lucimara Beserra

**Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio
em Mato Grosso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Élide Azevedo Hennington

Coorientadora: Prof.^a Dra. Marta Gislene Pignatti

Rio de Janeiro

2022

Título do trabalho em inglês: Life, work and health of rural women workers in the context of agribusiness in Mato Grosso.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

B554v Beserra, Lucimara.
Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio em Mato Grosso / Lucimara Beserra. -- 2022.
173 f. : il. color.

Orientadora: Élide Azevedo Hennington.
Coorientadora: Marta Gislene Pignatti.
Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro, 2022.
Bibliografia: f. 120-134.

1. Saúde da População Rural. 2. Mulheres Trabalhadoras. 3. Saúde do Trabalhador. 4. Enquadramento Interseccional. 5. Ergologia. I. Título.
CDD 363.11

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Lucimara Beserra

**Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio
em Mato Grosso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Aprovada em: 30 de setembro de 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Reni Aparecida Barsaglini
Universidade Federal de Mato Grosso

Prof.^a Dra. Deise Lisboa Riquinho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luís Henrique da Costa Leão
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Luciana Gomes
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Marta Gislene Pignatti (Coorientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso

Prof.^a Dra. Élide Azevedo Hennington (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2022

À todas as mulheres que resistem e lutam diariamente por uma vida mais justa e digna! Às mulheres do campo, da floresta e das águas que dedicam sua vida e seu trabalho no cultivo da terra e no manejo dos ecossistemas florestais e aquáticos, buscando uma relação mais sustentável e saudável com a natureza.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres participantes desse estudo, pela disponibilidade, confiança e generosidade em me receber em suas casas e me contar sobre suas vidas. Em especial, à Zulmira e Marisa, que acompanharam o trabalho desde o início, possibilitando sua realização. Sou muito grata por poder conhecer um pouquinho de cada trajetória de vida dessas mulheres e visibilizá-las nesse trabalho!

Ao Luã, meu companheiro de vida, amor e amigo. Obrigada pela paciência e compreensão, por cuidar de mim quando mais precisei, pelas revisões e sugestões para a pesquisa, pela parceira no trabalho de campo e nas viagens semanais ao Rio de Janeiro, e por estar ao meu lado, fazendo esse momento mais feliz, bonito e cheio de amor!

Ao meu pai e minha mãe, Luis e Maria de Lourdes, por dedicarem boa parte de suas vidas e trabalho cuidando de mim, por me apoiarem e me auxiliarem nos mais diversos obstáculos até aqui, por sempre me incentivarem a ir mais longe nos estudos e me mostrarem que o caminho da educação é transformador na vida de uma pessoa. À minhas irmãs, Luciane e Lucilene, por me apoiarem na continuidade dos estudos e por poder contar com elas.

Às minhas orientadoras, Profa. Élide e Profa. Marta, pela dedicação, paciência, compreensão e todas as contribuições e orientações que possibilitaram que esse trabalho se concretizasse. À Élide, agradeço por me acolher no Programa Pós-graduação em Saúde Pública na ESNP, por me apresentar e me conduzir por novos caminhos teórico-metodológicos na pesquisa, pelos ótimos momentos de discussão em aulas, grupos de estudos e encontros com as orientandas, pelas leituras e revisões do trabalho e pela compreensão em diversos momentos. À Marta, agradeço por fazer parte da minha formação acadêmica desde o mestrado, me guiando nas pesquisas socioambientais críticas em saúde, por me incentivar e auxiliar na seleção de doutorado, me apresentando à Élide, pelas leituras e revisões do trabalho, pela sua grande generosidade e sempre os ótimos encontros e conversas!

Aos colegas e parceiros(as) do NEAST, em especial, ao Maelison, pelas boas conversas, conselhos e ótimas sugestões para a pesquisa; à Márcia, pela ajuda com equipamentos para o trabalho de campo; ao Francco, pelo auxílio na elaboração de mapa para esse trabalho; e ao Prof. Pignati, eterno orientador, que me conduziu inicialmente na trilha das pesquisas críticas em saúde, ambiente e trabalho no contexto hegemônico do agronegócio em Mato Grosso.

Aos colegas de doutorado, em especial, à turma da chamada “área de determinação” – Fátima, Bruno Bechara, Lucineia, Mabel, Paula, Michele, Juliana, Jacqueline, Patrícia – pelos

ótimos debates e reflexões nas aulas de seminário e pelos momentos de comemoração e alegria. E ao João, pela excelente parceria no estágio à docência e encontros de comemoração.

À Carol Scopel, colega de doutorado e companheira da luta feminista e ecossocialista, pela hospitalidade em me receber em sua casa nos primeiros anos de doutorado, pela ajuda com o transporte público, demais orientações e dicas valiosas que possibilitaram uma melhor estadia na cidade do Rio de Janeiro.

Aos amigos, Bruno Novais e Maurício, pelas ótimas conversas e conselhos, pelos momentos de descontração e leveza e por poder contar com vocês.

Às colegas de trabalho na Escola Estadual Hermelinda de Figueiredo, em Cuiabá-MT, Profa. Patrícia e Profa. Luzinete, que me apoiaram e ajudaram a conciliar as aulas semanais do doutorado com as demandas do trabalho, recém ingressado, de professora da educação básica.

Aos trabalhadores(as) da ENSP, da Secretaria Acadêmica e Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, por manterem a escola funcionando nos mais diversos setores e sempre estarem à disposição nas situações que precisei, sempre atenciosos(as) e resolutivos. E à todas e todos que de alguma forma contribuíram e possibilitaram que esse trabalho fosse possível.

[...]

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas

Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para lembrar
Este país tem que mudar!
Olha Brasília está florida...

Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer,
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer

Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter,
Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer

E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não

[...]

“O canto das margaridas” (LOUCAS DE PEDRA LILÁS, 2003).

[...]

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz

Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí [..]

“AmarElo” (EMICIDA, 2019).

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as condições de vida e saúde de trabalhadoras do campo e suas relações com o agronegócio no município de Nova Olímpia, Mato Grosso. Partiu-se do pressuposto que o agronegócio, um modelo de produção capitalista no campo e de exploração da natureza, baseado na concentração de terras, monoculturas e no uso intensivo de produtos químicos, contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, de gênero e raça, repercutindo no processo saúde-doença e nas condições de vida e trabalho. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com doze entrevistas semiestruturadas, sendo onze trabalhadoras de assentamentos e comunidades rurais, e uma trabalhadora assalariada da usina sucroalcooleira. Para categorização e análise dos dados, utilizou-se a análise temática e os aportes teóricos da ergologia e da interseccionalidade. A ergologia investiga do ponto de vista de quem trabalha o debate de normas e valores que recria de forma contínua e permanente a atividade humana. A interseccionalidade discute as relações de poder de gênero, classe e raça que se entrelaçam e se sobrepõem na sociedade, ancorando-se em sistemas de poder - capitalismo, racismo e patriarcado -, que tendem a afetar, discriminar e excluir pessoas e grupos. No trabalho feminino assalariado rural, identificou-se o desenvolvimento da atividade de produção de mudas e a trajetória de trabalho no plantio e corte de cana-de-açúcar na usina sucroalcooleira, em condições desgastantes de trabalho e permeado por discriminações de gênero. No trabalho das mulheres nos assentamentos destacaram-se as longas jornadas de trabalho, a alta demanda física, o baixo retorno financeiro e a sobrecarga de atividades produtivas e reprodutivas, trabalho doméstico e de cuidado, ligadas à divisão sexual do trabalho. Foram referidos doenças e agravos como distúrbios osteomusculares, adoecimentos mentais, casos de hanseníase e de violência doméstica, e exposição à agrotóxicos. Falta de água para manter a produção agrícola e pecuária e poucos incentivos públicos para a agricultura familiar, foram apontados como problemas, compondo um cenário de vulnerabilização socioambiental. No contexto de fortalecimento político, econômico e social do agronegócio no município e em Mato Grosso, persiste a realidade histórica brasileira de condições precárias de vida das trabalhadoras do campo. É necessário políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e agroecologia e o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, bem como da organização política das mulheres do campo.

Palavras-chave: saúde da população rural; mulheres trabalhadoras; saúde do trabalhador; ergologia; interseccionalidade.

ABSTRACT

This study aimed to understand the living and health conditions of rural women working and their relations with agribusiness in the city of Nova Olímpia, Mato Grosso. It started from the assumption that agribusiness, a model of capitalist production in the countryside and exploitation of nature, based on the concentration of land, monocultures and the intensive use of agrochemical, contributes to the deepening of social, gender and race inequalities, having repercussions in the health-disease process and in life and work conditions. Qualitative research was developed, with twelve semi-structured interviews, eleven of which were workers from rural settlements and communities, and one was a salaried worker at the sugar and alcohol plant. For data categorization and analysis, thematic analysis and theoretical contributions from ergology and intersectionality were used. Ergology investigates from the point of view of those who work the debate of norms and values that continuously and permanently recreates human activity. Intersectionality discusses the power relations of gender, class and race that intertwine and overlap in society, anchored in systems of power - capitalism, racism and patriarchy - that tend to affect, discriminate and exclude people and groups. In rural salaried female work, the development of the activity of seedling production and the trajectory of work in the planting and cutting of sugarcane in the sugar and alcohol plant were identified, in exhausting working conditions and permeated by gender discrimination. In the work of women in the settlements, the long working hours, the high physical demand, the low financial return and the overload of productive and reproductive activities, domestic work and care, linked to the sexual division of labor, stood out. Diseases and aggravations such as musculoskeletal disorders, mental illness, cases of leprosy and domestic violence, and exposure to pesticides were mentioned. Lack of water to maintain agricultural and livestock production and few public incentives for family farming were identified as problems, composing a scenario of socio-environmental vulnerability. In the context of political, economic and social strengthening of agribusiness in the city and in Mato Grosso, the Brazilian historical reality of precarious living conditions of rural women workers persists. There is a need for public policies to encourage family farming and agroecology and the strengthening of the National Policy for the Integral Health of Rural, Forest and Water Populations, as well as the political organization of rural women.

Keywords: rural health; women, working; occupational health; ergology; intersectional framework.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Delimitação geográfica do município de Nova Olímpia, Mato Grosso e Brasil	46
Figura 2 -	Delimitação territorial, via satélite, do município de Nova Olímpia, Mato Grosso	47
Figura 3 -	Imagem de satélite do perímetro urbano e entorno do Município de Nova Olímpia, Mato Grosso	48
Quadro 1 -	Caracterização geral das trabalhadoras do campo participantes da pesquisa	58
Quadro 2 -	Síntese das principais atividades de trabalho desenvolvidas, as condições de trabalho e as dificuldades encontradas no trabalho pelas mulheres nos assentamentos e comunidades rurais de Nova Olímpia, MT	69
Figura 4 -	Imagem de satélite do rio Branco atravessando áreas de fazendas e de assentamentos, em Nova Olímpia-MT	85
Quadro 3 -	Principais problemas e agravos à saúde relacionados ao trabalho de mulheres do campo em Nova Olímpia-MT	90
Figura 5 -	Taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase por 100 mil habitante segundo Unidade da Federação, Brasil, 2020	94
Figura 6 -	1º Feira de artesanatos das agricultoras familiares de Nova Olímpia-MT, novembro de 2021	114
Figura 7 -	Mapa da bacia do rio Paraguai e suas unidades de planejamento e gestão, de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Área plantada (hectares) por lavoura temporária e efetivo de rebanho bovino (cabeças), em Nova Olímpia-MT, nos anos de 2010 a 2020	49
Tabela 2 -	Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas, em hectares (ha), pelo tamanho da propriedade, no município de Nova Olímpia-MT, em 2017	51
Tabela 3 -	Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas (%), pelo tamanho da propriedade, no Brasil e em Mato Grosso, em 2017	51
Tabela 4 -	Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas pela agricultura familiar e agricultura não familiar no Brasil, Mato Grosso e Nova Olímpia, em 2017	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente comunitária de saúde
APS	Atenção primária à saúde
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DD3P	Dispositivo dinâmico de três polos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
EPI	Equipamentos de proteção individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
ISC-UFMT	Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal de Mato Grosso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FETAGRI-MT	Federação dos(as) Trabalhadores(as) na Agricultura do Estado de Mato Grosso
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias e mais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAST	Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SGB-CPRM	Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
UBS	Unidade básica de saúde
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	OBJETIVOS.....	24
2.1	OBJETIVO GERAL.....	24
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
3	MUNDO DO TRABALHO E ATIVIDADE HUMANA: ARTICULAÇÕES ENTRE O MACRO E MICRO DO TRABALHO.....	25
3.1	OS MODOS DE TRABALHAR EM TRANSFORMAÇÃO.....	25
3.2	TRABALHO E GÊNERO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	27
3.3	TRABALHO RURAL E AGRONEGÓCIO.....	30
3.4	TRABALHO COMO ATIVIDADE HUMANA.....	34
4	PENSAMENTO UNITÁRIO ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA E A REPRODUÇÃO SOCIAL.....	40
5	METODOLOGIA.....	45
5.1	TIPO DE ESTUDO.....	45
5.2	LOCAL DE ESTUDO.....	46
5.2.1	Agronegócio e agricultura familiar em Nova Olímpia: breve caracterização	47
5.3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	52
5.3.1	Revisão bibliográfica.....	52
5.3.2	Trabalho de campo.....	52
5.3.3	Perspectiva analítica.....	55
5.4	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	56
6	CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E VULNERABILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE TRABALHADORAS DO CAMPO EM NOVA OLÍMPIA-MT.....	57
6.1	TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO.....	57
6.2	PROCESSO DE TRABALHO RURAL E RENORMATIZAÇÕES.....	68
6.2.1	Condições de trabalho e relações interseccionais de gênero, raça e classe.....	74
6.2.2	Escassez de recursos hídricos e de incentivos públicos.....	82
7	PROCESSO SAÚDE-DOENÇA-TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DE TRABALHADORAS DO CAMPO EM NOVA OLÍMPIA-MT.....	90

7.1	SAÚDE DAS TRABALHADORAS DO CAMPO.....	90
7.1.1	Distúrbios osteomusculares e doenças infecciosas.....	90
7.1.2	Saúde mental e violência.....	95
7.1.3	Exposição e intoxicações por agrotóxicos.....	100
7.1.4	Acesso aos serviços de saúde.....	107
7.1.5	Produção de saúde e bem-estar no trabalho.....	109
7.2	ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE MULHERES DO CAMPO: RESISTÊNCIA, SAÚDE E EMANCIPAÇÃO.....	111
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	120
	APÊNDICE A – ARTIGO: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE TRABALHADORAS RURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	135
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – TRABALHADORAS ASSENTADAS.....	159
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – TRABALHADORAS ASSALARIADAS.....	160
	APÊNDICE D - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO.....	161
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	162
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	164
	ANEXO B – MAPA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI.....	173

APRESENTAÇÃO

Em toda e qualquer pesquisa existem escolhas a serem feitas, como a escolha do tema, do recorte do objeto, do referencial teórico, dentre outras. Essas escolhas são balizadas por diversas questões de ordem cultural, técnica, política, institucional e financeira. Nesse trabalho isso não foi diferente, a presente tese de doutorado foi construída a partir de escolhas que envolvem minha trajetória acadêmica, meu lugar de fala e minha visão de mundo, sem desconsiderar o inesperado e avassalador contexto pandêmico que atravessou o processo.

Sou graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2010-2014), e durante esse período, em conjunto com minha atuação no movimento estudantil da Biologia, percorri caminhos que me ajudaram a olhar de forma mais crítica o desenvolvimento econômico e as transformações socioambientais ocorridas em Mato Grosso e sua relação com a vida e saúde da população. Com o intuito de me debruçar e conhecer um pouco mais sobre essas questões, caminhei para o mestrado em Saúde Coletiva.

No mestrado, atuei junto ao Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador do Instituto de Saúde Coletiva (NEAST-ISC/UFMT) e estudei a contaminação ambiental por agrotóxicos provocada pelo uso intensivo desses químicos nas lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, sua relação com o modo de produção do agronegócio e a produção de vulnerabilidades socioambientais em municípios do interior do estado de Mato Grosso. Conseguimos desenvolver esse trabalho com a participação de professoras(es) e estudantes de escolas que vivenciavam e sentiam diretamente o impacto na sua vida e saúde provocado pelas pulverizações de agrotóxicos.

Durante esse trabalho, também tive a oportunidade de visitar grandes fazendas, sítios e assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e conversar com trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados e autônomos. Nessas conversas uma questão que me chamou a atenção foi que a maioria desses trabalhadores eram homens. De fato, a maior parte dos funcionários de algumas fazendas era composta de homens que exerciam funções mais diretamente ligadas aos processos de plantio, manejo e colheita das culturas agrícolas.

O trabalho das poucas mulheres com quem conseguimos conversar informalmente estava ligado às atividades de alimentação, limpeza, administrativas, e que, de certo modo passavam de forma invisível nas nossas análises sobre o impacto das atividades produtivas do agronegócio na saúde das e dos trabalhadores em Mato Grosso. Recordei-me também que, além

das mulheres ligadas formalmente por um vínculo de trabalho às empresas do agronegócio, havia na região também as mulheres camponesas, assentadas e indígenas que são atingidas cotidianamente, muitas vezes de forma violenta, pelo avanço da fronteira agrícola do agronegócio e pela contaminação ambiental e humana generalizada pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes.

Desde então, tais experiências e reflexões aliadas à minha vivência com o movimento feminista, me impulsionaram a querer entender melhor como a lógica de produção e desenvolvimento hegemônica do agronegócio em Mato Grosso repercute na vida e no trabalho das mulheres que vivem nesse estado.

Parto do pressuposto que são poucos os olhares que se voltam às condições de vida das mulheres de Mato Grosso, em termos de pesquisas e de políticas públicas, embora o estado esteja entre os dez mais violentos para as mulheres no Brasil, possui uma estrutura agrária, de riqueza e poder altamente concentrada e quase inexistente representação de mulheres nas câmaras municipais, assembleia legislativa e prefeituras do estado.

O presente estudo pretende contribuir para o melhor entendimento da vida, trabalho e saúde de parcela das mulheres trabalhadoras rurais de Mato Grosso, na tentativa de evidenciar alguns aspectos e processos relevantes de trabalho e saúde, almejando colaborar com a luta das mulheres por uma vida mais digna, por mais direitos, igualdade e justiça social.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social entre gêneros, raças/etnias e classes é uma realidade estrutural bastante marcante no contexto brasileiro (HIRATA, 2018). As mulheres, principalmente negras, tendem a ocupar os piores postos de trabalho, com salários menores, condições mais precárias e sem direitos trabalhistas. Em 2016, as mulheres brasileiras receberam 75% da média salarial dos homens, além de serem mais atingidas pelas altas taxas de desemprego e constituírem a maioria da população que se encontra em situação de pobreza e vulnerabilidade social (IBGE, 2018).

O Brasil carrega uma história colonialista, patriarcal, racista-escravista (extermínio de populações indígenas e 385 anos de escravidão da força de trabalho de negros africanos e afrodescendentes) e exploratória de seus bens naturais (CARVALHO, 2001), que ainda repercute na vida de sua população. Diversas autoras, como Arruzza (2015), Collins e Bilge (2021), Davis (2016), Kergoat (2010), Saffioti (2004), apontam que tais sistemas de exploração e opressão de classe, gênero e raça (capitalismo/colonialismo/imperialismo, patriarcado e racismo) articulam-se de forma simbiótica, favorecendo a manutenção de uma sociedade desigual, com intensa concentração de poder e riqueza.

Essas tramas de relações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas pelas mulheres, certamente influenciam em suas condições de vida e saúde. A relação da saúde com as situações e condições de trabalho é notadamente reconhecida, e possui uma vasta produção acadêmica concentrada na área de estudo da saúde das trabalhadoras e trabalhadores.

A partir de uma visão marxista, Laurell (1982) discute como o processo saúde-doença, em linhas gerais, é determinado historicamente pelo modo de apropriação da natureza pelo ser humano, o processo de trabalho e as relações sociais de produção que se estabelecem. No conceito ampliado de saúde debatido na 8ª Conferência Nacional de Saúde, também é expresso que a saúde é resultante das formas de organização social de produção e, portanto, relacionada com a inserção dos(as) trabalhadores(as) nos processos produtivos (BRASIL, 1986).

No Brasil e em Mato Grosso, o modelo do agronegócio tornou-se rentável e compõe boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, café, suco de laranja e soja em grão, e o segundo maior produtor mundial de carne bovina e carne de frango e o terceiro na produção de milho. O estado de Mato Grosso é o maior produtor de grãos e bovinos do país, contribuindo significativamente para a balança comercial brasileira (MAPA, 2022).

Agronegócio ou *agribusiness* é um termo desenvolvido a partir de 1950 e que se refere a um modelo de agricultura baseado na internacionalização, financeirização da economia e modernização da produção agrícola. Esse modelo de produção avançou na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, em um momento de reorganização da economia capitalista mundial. Para Pereira (1995) esse processo pode ser caracterizado como a industrialização da agricultura, “onde se tem gradual e contínua penetração do capital industrial nas atividades produtivas do campo e está associada à inserção da agricultura no circuito de produção industrial como consumidora de insumos e maquinaria” (PEREIRA, 1995, p. 21).

Esse modelo de produção agrícola industrial, difundido mundialmente pelo movimento da Revolução Verde, é baseado em latifúndios de monoculturas de sementes convencionais ou transgênicas, o uso de maquinários de alta tecnologia e um pacote químico de fertilizantes e agrotóxicos, na qual é dependente estruturalmente. Tal paradigma de produção e desenvolvimento da agricultura, aliada a uma estrutura agrária altamente concentrada, colabora com o aumento da desigualdade socioeconômica e territorial, para a produção de vulnerabilidades socioambientais, e vêm provocando relevantes alterações nos modos de vida, na organização do trabalho e no processo saúde-doença de trabalhadoras(es), comunidades e populações rurais brasileiras (DELGADO, 2012b; PESSOA; RIGOTTO, 2012; PIGNATI *et al.*, 2021; RIGOTTO, 2011).

Pignati e Machado (2011), em seu estudo sobre o impacto do agronegócio na saúde dos(as) trabalhadores(as) e população de Mato Grosso, verificaram que quanto maior a intensificação das atividades produtivas do agronegócio (maior quantidade de hectares plantados, uso intensivo de agrotóxicos, maior produção de gado, etc.), maiores são as incidências de agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as) e população. Em relação às mulheres trabalhadoras do campo, decorrente de uma dinâmica de exploração e dominação, pela sua condição de classe, gênero e raça, tendem a ser mais afetadas em sua vida e trabalho pela forma de organização e da produção excludente do agronegócio.

As mulheres do campo, das florestas e das águas no Brasil e na América Latina e Caribe, apresentam uma ampla diversidade de denominações, identidades, formas de vida e trabalho. São trabalhadoras do campo, rurais, agricultoras, camponesas, assentadas, coletoras, extrativistas, pescadoras, indígenas e quilombolas, muitas que desenvolvem suas atividades de trabalho de forma autônoma, não remunerada ou assalariada (FAO, 2017). Em meio a essa diversidade, boa parte das trabalhadoras deparam-se com falta de acesso à terra, condições mais precárias e sobrecarga de trabalho, ausência de reconhecimento social sob a marca da divisão

sexual do trabalho (BUTTO; HORA, 2008; LASTARRIA-CORNHIEL, 2008; BONFIM, 2013; EBLING et al., 2015).

A condição da trabalhadora do campo no desenvolvimento agropecuário brasileiro é historicamente marcada pelo apagamento e por desigualdades sociais e opressões de gênero e raça. Essa condição apoia-se em duas questões socioeconômicas fundantes da realidade brasileira: a estrutura agrária injusta e arcaica, herança dos tempos coloniais; e a estrutura patriarcal-racista das relações sociais (BUTTO; HORA, 2008). A estrutura agrária brasileira baseada em latifúndios – essencial para expansão do agronegócio – aliada às desigualdades de gênero, classe e raça, favorecem a concentração e posse masculina da terra. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 82% dos estabelecimentos rurais brasileiros estão sob a posse de homens (IBGE, 2017a).

No marco jurídico sobre a função social e democratização do acesso à terra, expressos no Estatuto da Terra e na Constituição Federal de 1988, não foram consideradas as desigualdades de gênero e raça nas estruturas sociais brasileiras, dificultando as mulheres a terem acesso por conta própria às políticas da reforma agrária, de subsídios e incentivos rurais, que sempre foram baseadas na noção do núcleo familiar. Tais fatores contribuem para o aumento da pobreza e a vulnerabilidade social das trabalhadoras do campo (BONFIM, 2013; BUTTO; HORA, 2008; CAMPOS; MEDEIROS, 2012).

No que se refere à organização do trabalho rural, observa-se que a estrutura patriarcal das relações sociais predomina na divisão do trabalho nas famílias agricultoras, bem como no trabalho rural assalariado. O trabalho das mulheres nos assentamentos ou pequenas propriedades muitas vezes é tratado como complementar nas atividades produtivas, e geralmente são encarregadas de todo o trabalho doméstico (BUTTO; HORA, 2008; SPANEVELLO; GOULART; LINKE, 2017; SILVA et al., 2018).

Há um aumento da precarização e informalidade do trabalho das mulheres em relação aos homens nas atividades assalariadas. Nos canaviais paulistas, por exemplo, as mulheres são destinadas, em grande parte, às atividades de plantio da cana, “bituca” (recolher os restos da cana), perca (refazer o corte manual para diminuir os tocos da cana) e a retirada de pedras do eito (limpeza ou roçado de uma plantação, utilizando enxadas, foices, ancinhos). Segundo Silva (2014), essa divisão do trabalho é realizada sob base de critérios como maior força física dos homens, cuidado e delicadeza das mulheres, reforçando a segregação sexual do trabalho. Estas trabalhadoras, em sua maioria, são esposas de trabalhadores que cortam a cana, e migrantes de

outros estados, principalmente do Nordeste. Recebem salários mais baixos, são contratadas de forma mais sazonal e muitas vezes são lesadas de seus direitos trabalhistas (SILVA, 2014).

Corroborar esse debate o estudo de Campos e Medeiros (2012) que discute o aumento da riqueza do agronegócio e o aumento da pobreza feminina no município de Cruz Alta, grande produtor de soja no estado do Rio Grande do Sul. O estudo revelou que o perfil hegemônico de trabalho gerado pelo agronegócio (nos diversos setores de suas cadeias produtivas) é do tipo masculino, formal, temporário e precário, o que exclui as mulheres, e, quando as inclui, é ainda de forma mais precária, levando o aumento da pobreza entre as mulheres. As autoras evidenciaram que as mulheres ocupam menos postos de trabalho que os homens, sendo que, quando ocupam, a maioria dos postos são temporários e com salários menores, independentemente do nível de escolaridade da mulher (CAMPOS; MEDEIROS, 2012).

Lastarria-Cornhiel (2008), em uma revisão de estudos sobre as condições do trabalho feminino na agricultura da América Latina e África, aponta que, em geral, nessas regiões ocorrem longas jornadas de trabalho, trabalho informal e temporário, falta de benefícios sociais, alta exposição a agrotóxicos e salários menores para as mulheres em relação aos homens. No Ceará, Rocha e Rigotto (2017) analisaram as condições de saúde e trabalho de mulheres em uma empresa de fruticultura na região de Chapada do Apodi, e verificaram uma forte divisão sexual do trabalho, aceleração do ritmo laboral e cumprimento de horas extras irregulares por parte das mulheres para complementarem seus baixos salários, constatando que as trabalhadoras vivenciam a intensificação e precarização de suas condições de trabalho.

Em relação à saúde de trabalhadoras do campo estudos apontam os sofrimentos e adoecimentos mentais, o desgaste físico do trabalho rural ligado ao trabalho doméstico, a alta exposição e intoxicações agudas e crônicas à agrotóxicos e a violência doméstica, como alguns dos problemas e situações vivenciadas por essas mulheres (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; CEZAR-VAZ; BONOW; DA SILVA, 2015; COSTA; LOPES; SOARES, 2015; TONET et al., 2016; ROCHA; RIGOTTO, 2017). Soma-se a isso a pobreza, a carência de serviços básicos de saúde, de segurança pública, de saneamento e infraestrutura que já atingem a maioria da população rural no Brasil, mas recaem fortemente sob às mulheres e população negra.

É importante ressaltar que em meio a esse cenário de condições de vida as trabalhadoras do campo não são passivas. Sales (2007) resalta que o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais vem crescendo a partir da organização política das trabalhadoras, seja em sindicatos, associações, movimentos sociais e partidos políticos, principalmente a partir da década de 1980. Cada vez mais mulheres vêm se afirmando como lideranças rurais,

questionando a estrutura agrária latifundiária, o modo de produção do agronegócio, as relações desiguais de gênero e raça no meio rural e reivindicando reconhecimento institucional nas políticas públicas para a população do campo.

Posto isto, tornou-se relevante buscar compreender aspectos centrais do trabalho feminino no âmbito do agronegócio no estado do Mato Grosso e suas repercussões na saúde de trabalhadoras do campo. Para uma aproximação dessa realidade foi escolhido o município de Nova Olímpia, uma cidade com cerca de 20 mil habitantes a 203 km da capital Cuiabá, e economia predominantemente baseada no cultivo e na transformação agroindustrial da cana-de-açúcar e na pecuária de corte. Os principais eixos teórico-metodológicos da pesquisa foram a perspectiva ergológica do trabalho e a interseccionalidade. A análise do trabalho do ponto de vista da atividade e o enfoque interseccional de classe, gênero e raça na abordagem do processo saúde-doença permitiu aprofundar a compreensão do modo de funcionamento e das relações sociais de produção e exploração que ali se estabelecem.

As questões que se apresentaram para este estudo foram: *Quais são as condições de trabalho e saúde de mulheres do campo em Nova Olímpia? De que maneira o agronegócio favorece e perpetua as desigualdades de classe, gênero e raça no município? Como se manifestam as relações de gênero e raça nas situações de trabalho dessas mulheres? Como essas mulheres se organizam para resistir e enfrentar os problemas de saúde e de vida nessa comunidade?*

Dada a situação comum da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009), explorada, empobrecida e com problemas de saúde relacionados ao trabalho rural, a proposta deste estudo é compreender as condições de vida, trabalho e saúde de trabalhadoras do campo, a partir do recorte de gênero e raça, em um município mato-grossense cujo desenvolvimento econômico está atrelado ao agronegócio. Parte-se do pressuposto que o agronegócio, enquanto um modelo de exploração da natureza e produção capitalista no campo, baseado na concentração de terras e riquezas, latifúndios, monoculturas e no uso intensivo de produtos químicos, contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e na perpetuação das opressões de gênero e raça, repercutindo no processo saúde-doença e resultando em condições mais degradantes de vida e trabalho.

A presente tese encontra-se organizada em oito capítulos. A primeira e segunda parte referem-se à introdução e aos objetivos do estudo. Nos capítulos 3 e 4 encontra-se o referencial teórico, no qual se discute a atividade humana do trabalho na perspectiva ergológica; alguns

aspectos da organização do trabalho de mulheres e homens na sociedade capitalista; o trabalho rural e o agronegócio e as relações interseccionais de poder de gênero, raça e classe.

Em seguida, no capítulo 5, encontra-se a metodologia, com a caracterização do local de estudo e apresentação do percurso metodológico da pesquisa. Nas partes 6 e 7 encontram-se os resultados e discussão, sendo que, no capítulo 6, buscou-se caracterizar as trajetórias de vida e trabalho das mulheres e analisar suas atividades e condições de trabalho e as constantes renormatizações, em diálogo com as relações interseccionais de poder de gênero, classe e raça. No capítulo 7, debateu-se as condições de saúde das trabalhadoras e as estratégias de resistências das mulheres aos problemas de vida, trabalho e saúde. Ademais, como parte dos resultados desse estudo, no Apêndice A encontra-se a revisão de literatura nacional e internacional sobre as condições de trabalho e saúde de mulheres rurais, organizada em formato de artigo.

Na última parte, as considerações finais, retoma-se os principais resultados encontrados e as relações com o desenvolvimento do agronegócio no estado do Mato Grosso e as formas de resistência das trabalhadoras rurais, assim como se destacam alguns apontamentos sobre avanços e limites do estudo e perspectivas para investigações futuras.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as condições de vida e saúde de trabalhadoras do campo e suas relações com o agronegócio no município de Nova Olímpia, Mato Grosso.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o modelo de produção do agronegócio no município de Nova Olímpia-MT;
- Conhecer as condições de vida, trabalho e saúde de trabalhadoras do campo no município;
- Analisar as situações de trabalho na perspectiva interseccional de gênero, classe e raça e suas relações com o desenvolvimento do agronegócio;
- Investigar as formas de resistência e de enfrentamento aos problemas de vida e saúde das trabalhadoras do campo do município.

3 MUNDO DO TRABALHO E ATIVIDADE HUMANA: ARTICULAÇÕES ENTRE O MACRO E MICRO DO TRABALHO

3.1 OS MODOS DE TRABALHAR EM TRANSFORMAÇÃO

Faz parte da natureza do trabalho humano passar por modificações constantes, contudo, esse processo não é neutro ou a-histórico (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007a). Tais mudanças têm influências históricas, políticas, socioeconômicas e subjetivas, e repercutem em mudanças nos ambientes materiais, técnicos, institucionais e jurídicos; nas relações e gestão do trabalho; na relação do corpo humano com o trabalho e nas habilidades e competências exigidas para o trabalho.

No desenvolvimento do trabalho assalariado capitalista, dois momentos históricos da forma de organização do trabalho e do regime de acumulação capitalista remontam modelos produtivos importantes que compõem, de forma mais ou menos predominante, parte do cenário atual: o fordismo-taylorismo e a acumulação flexível-toyotismo.

O fordismo-taylorismo baseava-se na produção em massa de mercadorias, de forma homogeneizada e verticalizada. Esse modo de produção constituiu-se apoiado no trabalho parcelado e fragmentado, decomposto em pequenas tarefas repetitivas que compunham um todo maior, com a intensificação do trabalho objetivando o aumento da produtividade. Para Antunes (2009), “esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução” (p. 39). O fordismo-taylorismo mergulhou na ilusão de reduzir o trabalho a uma ação mecânica e repetitiva, o que para a ergologia é impossível de acontecer (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007a).

A partir dos anos de 1970, observou-se transformações do modo de produção capitalista com queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção dado pela diminuição do consumo que se acentuava; maior concentração de capitais; crescimento da esfera financeira e ganho de relativa autonomia em relação aos capitais produtivos; esfacelamento do Estado de bem-estar social impulsionada pela transferência de investimento público para salvaguardar o capital privado; e incremento acentuado nas privatizações (ANTUNES, 2009), configurando uma crise estrutural do capital.

Com o esgotamento do fordismo, as décadas de 1970 e 1980, configuraram um período de reestruturação da produção e do trabalho e de reajustamento social e político, na qual

começaram a se desenhar novas formas de organização industrial e da vida social e política. Para Harvey (2008), a acumulação flexível, é marcada pelo “confronto direto com a rigidez do fordismo” (p. 140), e é ancorada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Surgem novos setores de produção, novos serviços financeiros, novos mercados, e há o avanço do desenvolvimento industrial em algumas regiões (principalmente as ditas subdesenvolvidas), e o aumento de empregos no setor de serviços. Em contrapartida, pelo aumento da flexibilidade e mobilidade do capital, o desenvolvimento da acumulação flexível em regiões com pouca ou nenhuma tradição de movimento sindical e o incremento de força de trabalho excedente, impôs regimes e contratos de trabalhos também mais flexíveis e precários (HARVEY, 2008).

Em relação às mulheres, a acumulação flexível foi uma mudança considerável no seu papel nos mercados e nos processos de trabalho, isso não de um modo progressista ou alinhado com o movimento de mulheres do período que lutavam por uma maior consciência coletiva e por melhorias nas condições de trabalho, mas sim de modo precário, parcial e flexível em substituição ao trabalho integral do homem branco (HARVEY, 2008). As novas formas estruturais do mercado de trabalho favoreceram a exploração da força de trabalho das populações mais vulnerabilizadas socialmente, mulheres, negros(as), imigrantes, indígenas e a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, população trans, queer, intersexual, assexual, pansexual, não-binária e mais).

Esse novo momento de organização da acumulação capitalista é dominado “pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, de mercados de trabalho e nichos de consumo” (HARVEY, 2008, p. 304).

Diante das mudanças do modo de acumulação capitalista, observa-se que o proletariado industrial, baseado na lógica de produção taylorista e fordista, apresenta diminuição em diversos países do capitalismo central. Nos países do Sul econômico há um crescimento exponencial de trabalhadoras e trabalhadores empregados no setor de serviços, na agroindústria e indústrias (os casos da China, Índia, Brasil, Coreia, México, África do Sul, etc.) (ANTUNES, 2018).

Antunes (2018) argumenta que, ao contrário da tese de fim do trabalho com o advento do maquinário informacional-digital na produção, o que estamos vivenciando atualmente é a expansão do “novo proletariado na era digital” (p. 30). As tecnologias da informação e

comunicação (TICs) conectam pelos celulares as diversas modalidades de trabalho, impulsionando principalmente aquelas mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ou seja, trabalhos mais precários, informais e degradantes. O autor caracteriza esse processo como “uma variante global do que se pode denominar escravidão digital” (ANTUNES, 2018, p. 30). Esses postos são comuns serem ocupados por mulheres, jovens e negros, pois dada a tríplice exploração e opressão de classe, gênero e raça, tais sujeitos são obrigados a venderem sua força de trabalho por salários menores.

Sendo assim, o capital da era da financeirização e da mundialização apresenta uma nova divisão internacional do trabalho, com duas tendências que se mesclam: o crescimento dos níveis de precarização e informalidade e a “intelectualização” do trabalho, principalmente nas TICs (ANTUNES, 2018). Tais tendências em simbiose possibilitam que o mundo do capital amplie seus mecanismos de funcionamento, através da incorporação dessas novas formas de produção de trabalho excedente. Em todos os espaços possíveis, “os capitais convertem os trabalhos em potencial geral de mais-valor” (ANTUNES, 2018, p.31).

Os altos lucros das empresas são garantidos pela intensificação do trabalho, maximização do tempo, altas taxas de produtividade, redução de custos referentes à força de trabalho e a flexibilização dos contratos de trabalho. A terceirização é a principal estratégia empresarial utilizada, pois tenta esconder a relação social entre capital e trabalho por meio do intermédio de outras empresas. Para Antunes (2018), na atualidade, os capitais vêm aplicando a terceirização, a informalidade e a flexibilidade de forma inseparáveis, constituindo-se em um tripé destrutivo em relação ao trabalho numa lógica de expansão global denominada “uberização do trabalho” (p. 37). Para as trabalhadoras e trabalhadores as consequências dessa nova configuração do trabalho são profundas, desestruturam cada vez mais seu tempo de trabalho, seus direitos sociais e suas condições de vida e saúde.

3.2 TRABALHO E GÊNERO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O trabalho das mulheres, principalmente das camadas populares e população negra, sempre existiu em todas as épocas e lugares e vem contribuído de forma significativa para a manutenção de sua família e produção da riqueza social (SAFFIOTI, 2013), seja ele o trabalho doméstico não remunerado (limpeza da casa, cuidado com alimentação, criação dos filhos, etc.), o trabalho formal assalariado ou o trabalho autônomo e informal. As mudanças de função e valorização social que as atividades de trabalho das mulheres e homens vêm adquirindo

historicamente remetem às relações sociais de gênero, classe e raça, refletem relações de poder e repercutem na divisão social e sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como uma forma de repartição social do trabalho entre homens e mulheres. Por sua vez, essa divisão não remete necessariamente a noção de complementariedade e/ou igualdade, uma vez que é baseada nas relações de exploração-dominação de gênero, classe e raça. Kergoat (2009) aponta que as feministas antropólogas foram as primeiras a demonstrar que a divisão do trabalho tinha uma dimensão de poder dos homens sobre as mulheres em diversas sociedades, e não somente uma relação de complementariedade de tarefas, como alguns antropólogos chegaram a supor.

Sendo assim, a noção da divisão sexual do trabalho não parte de uma concepção naturalista que pode remeter a um destino natural dos machos e das fêmeas da espécie, mas que as práticas baseadas em argumentos biológicos (sexo biológico, por exemplo) “são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais” (KERGOAT, 2009, p.68). A divisão sexual do trabalho tem como aspecto central a atividade de trabalho dos homens estarem voltadas à esfera da produção e das mulheres à esfera da reprodução social. Esse processo de divisão entre os gêneros também possui caráter de hierarquização, na qual o trabalho masculino possui maior valorização social do que o trabalho feminino.

No capitalismo, para Ferguson (2020), a esfera do trabalho enquanto uma problemática para as mulheres é ressaltada, uma vez que tal sistema se desenvolve, principalmente, apoderando-se e explorando a capacidade dos seres humanos de trabalhar, se beneficiando não somente do potencial da atividade produtiva de trabalhadores(as) assalariados(as), mas também da reorganização e desvalorização de todas as atividades da vida das pessoas, o trabalho de reprodução social, sendo que em sua maioria são atividades atribuídas às mulheres.

Em meio a reestruturação produtiva do capital, a partir da década dos anos 1980, uma vez que o trabalho masculino formal se torna estagnado ou regride, o trabalho produtivo feminino cresce. Entretanto, ancorado nas desigualdades estruturais de gênero, classe e raça, o trabalho assalariado das mulheres tende a ser mais precarizado e desvalorizado socialmente. Hirata (2002) aponta que é de acordo com o gênero de seus trabalhadores e trabalhadoras que as empresas elaboram a sua política de salários e de gestão do trabalho, pois a vulnerabilidade social das mulheres as coloca em posições mais favoráveis a aceitarem situações controladoras e degradantes em seu trabalho.

Atualmente, observa-se desigualdades expressivas no mercado de trabalho entre homens e mulheres, em relação aos tipos de trabalho ocupados, aos valores dos salários, aos

tipos de contratos e as condições de trabalho, caracterizando uma segregação horizontal e vertical. A segregação horizontal diz respeito à tendência das mulheres se concentrarem em determinadas atividades assalariadas de trabalho – seja porque não tem acesso a outras ou são socialmente incentivadas para tais. E a segregação vertical aponta que os trabalhos realizados majoritariamente por mulheres são menos valorizados economicamente e socialmente e possuem poucas perspectivas de crescimento na carreira (HIRATA, 2015).

Em 2016, 28,2% das mulheres brasileiras estavam ocupadas em trabalhos de tempo parcial (menor de 30 horas semanais), ao passo que a proporção entre os homens ocupados em trabalhos de tempo parcial foi menor (14,1%), o que contribui para o rendimento médio das mulheres serem cerca de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens. Em relação as mulheres negras, essas ocuparam mais os trabalhos de tempo parcial do que as mulheres brancas (IBGE, 2018).

Ao olharmos para a esfera do trabalho doméstico as desigualdades das relações de gênero e raça ficam mais intensas. A atribuição do trabalho doméstico às mulheres permanece de forma predominante em todas as regiões do mundo, mas com diferenças no grau de realização pelo modelo tradicional (a mulher executa a tarefa em sua casa) ou modelo de delegação a outras mulheres (contratação de serviços domésticos, principalmente de mulheres negras ou migrantes) (NOGUEIRA, 2010; HIRATA, 2015). Para Davis (2019),

o trabalho doméstico encarna a rejeição histórica e ideológica das mulheres à esfera doméstica; encarna a rejeição histórica e ideológica do trabalho das mulheres à esfera privada, porque as economias capitalistas não reconhecem que o trabalho reprodutivo que permite o trabalho produtivo. Esse trabalho foi desvalorizado em sua versão tanto não remunerada quanto remunerada. [...] o trabalho doméstico é marcado pela dupla herança da escravidão e do colonialismo e pelas hierarquias raciais que nos lembram que a escravidão e o colonialismo ainda não foram inteiramente relegados ao passado (p. 26).

As mulheres, mundialmente, realizam 75% do trabalho doméstico e dos cuidados não remunerados, gastando até três horas a mais do que os homens em atividades de limpeza e preparo das refeições, e de duas a dez horas cuidando de crianças e idosos (FERGUSON, 2020). No Brasil, as mulheres dedicam 73% a mais de horas do que os homens em afazeres domésticos (IBGE, 2018). Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em 2017, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Distrito Federal e Porto Alegre, 96% do trabalho doméstico remunerado foram realizados por mulheres, sobretudo negras (DIEESE, 2018).

As atividades de trabalho da mulher no espaço doméstico (alimentação, limpeza da casa, cuidados, etc.) garantem a reprodução social da força de trabalho, ou seja, garantem a manutenção físico-biológica, mental, social dos seres humanos, que estarão aptos para exercer suas funções de trabalho. Essas atividades realizadas de forma não-remunerada, reverbera na redução dos custos da reprodução social (NOGUEIRA, 2010).

Para Federici, (2019), em meio à globalização capitalista, três principais fatores contribuíram para o aumento da jornada de trabalho das mulheres dentro e fora de casa. O primeiro diz respeito a análise que as mulheres tiveram que compensar com seu trabalho a piora das condições econômicas advindas da liberalização da economia mundial e o crescente desinvestimento dos Estados nas políticas sociais. O segundo fator refere-se ao crescimento do trabalho domiciliar, caracterizado por atividades de trabalho, em geral informais, que as mulheres realizam em suas casas para obtenção de renda (ex. preparar comida, costurar roupas e outros produtos para comercializar), tentando conciliar com o cuidado da família. E o terceiro fator, diz respeito à permanência das desigualdades salariais e desvalorização social do emprego feminino em relação ao emprego masculino.

Em suma, pode-se dizer que, a partir da reestruturação produtiva do capital, a divisão sexual do trabalho apoia-se de forma contundente na articulação da exploração e precarização do trabalho assalariado das mulheres com a exploração e opressão do trabalho de reprodução social, também realizado em grande parte por mulheres (NOGUEIRA, 2010).

3.3 TRABALHO RURAL E AGRONEGÓCIO

O trabalho no setor agropecuário brasileiro apresenta várias características que se ligam à tendência mundial capitalista de acumulação e exploração do trabalho. A produção agropecuária é altamente informatizada, mecanizada, dependente de um pacote tecnológico de sementes transgênicas e agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e totalmente articulada ao capital financeiro mundial (DELGADO, 2012a).

A reestruturação produtiva da agropecuária mundial, tem como marco o período pós-Segunda Guerra Mundial com a expansão do mercado agrícola internacional e a aceleração da industrialização no campo, impulsionadas pelos Estados Unidos e o modo de produção do agronegócio (ELIAS, 2005). O termo agronegócio (*agribusiness*) ficou conhecido ao ser utilizado pelos economistas da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, em 1957, para caracterizar a produção agrícola que passava por intensas transformações, principalmente

tecnológicas, e sua acentuada articulação/dependência com outros setores empresariais, como o de armazenamento, transporte, indústrias de maquinários e produtos químicos, centros de pesquisas, agroindústrias, dentre outros (WELCH, 2005; MENDONÇA, 2015).

Esse processo de transformações produtivas na agricultura, baseado no desenvolvimento tecnológico de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários, a partir da década 1950, também ficou conhecido e foi propagandeado como Revolução Verde (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; SHIVA, 2003).

No Brasil, a construção do agronegócio está alicerçada no que se pode chamar de modernização conservadora na agricultura, implementada pelos governos militares, a partir de 1965. O projeto da modernização conservadora significou uma modernização técnica-industrial na agricultura, contudo sem nenhuma reforma social, permanecendo os problemas da estrutura agrária brasileira. Tal projeto se impôs frente a derrota do projeto da Reforma Agrária de 1964. Nesse período, por meio da pressão política das Ligas Camponesas e com apoio da Igreja Católica, partidos de esquerda e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), se iniciava um debate político-institucional da questão agrária e seus problemas estruturais de acesso à terra como uma agenda do Estado brasileiro. Entretanto, essa agenda foi interrompida e retrocedeu no regime da ditadura civil-militar (DELGADO, 2012a, b).

A modernização conservadora contou com expressivo apoio estatal por meio de políticas de créditos rurais (Sistema Nacional de Crédito Rural), incentivos fiscais, execução de políticas de estímulo produtivo e comercial, avanços tecnológicos, e uma política fundiária altamente permissiva caracterizada pela posse ilegal da terra e desregulamentação do Estatuto da Terra (Lei nº 4. 504 de dezembro de 1964) e do Código Florestal (Lei nº 4.771 de setembro de 1965) (DELGADO, 2012a).

Delgado (2012a) refere que a política da modernização conservadora perdurou até os anos de 1985, sendo que o final dos anos de 1980 e a década 1990 são marcados por um período de transição entre os pactos do poder agrário com o Estado. Este período de transição carrega as contradições do processo da redemocratização do Estado brasileiro, a luta por reconhecimento de direitos sociais conquistados, a pressão externa da liberação de mercados, a aderência à política neoliberal e a crise cambial.

A partir dos anos 2000, a economia do agronegócio é reestruturada com base contundente na exportação de bens primários via mercado financeiro de *commodities*, sendo essencial a remontagem do sistema público de crédito rural, a intensa valorização e apropriação de terras, e a exploração de bens naturais e trabalho humano. Para Delgado (2012a, p. 111) esse

processo “corresponde no plano interno a reestruturação daquilo que caracterizamos como pacto de economia política do agronegócio”. A diferença entre o atual período e o operado pelo regime militar, concentra-se na construção do agronegócio com base na ordem democrática, com uma ampla sustentação parlamentar e dos governos federais desde 1999, e com caráter exportador-primário reforçado (DELGADO, 2012a).

Atualmente, o agronegócio se organiza em variadas cadeias produtivas, ou subsistemas do negócio agrícola. As cadeias produtivas são compostas por diversas conexões de fluxos de capital, materiais e de informação, que englobam desde “as organizações supridoras de insumos básicos para a produção agrícola ou agroindustrial, as fazendas e agroindústrias com seus processos produtivos, as unidades de comercialização atacadista e varejista e os consumidores finais” (CASTRO; LIMA; CRISTO, 2002; p. 08).

A produção agropecuária das principais cadeias produtivas está concentrada em produtos que são comercializados como *commodities* (mercadorias) nas bolsas de valores. As *commodities* têm como principais características serem de origem primária, não terem passado por nenhum ou pouco processamento industrial, além de poderem ser armazenadas por algum tempo, o que facilita a especulação no mercado financeiro, sendo que elas podem ser estocadas e vendidas quando o preço está mais alto (DELGADO, 2012). As principais *commodities* agropecuárias produzidas e exportadas pelo Brasil em 2019 foram a soja, milho, algodão, açúcar, café, carne bovina e carne de frango (KRETER; SOUSA JÚNIOR, 2019).

O agronegócio brasileiro também se sustenta em uma estrutura agrária arcaica e desigual do latifúndio. Delgado (2012b) argumenta que mesmo passando por mais de 500 anos de conquista patrimonial, e mudando a compreensão e regimes jurídico-políticos da posse de Terra (Sesmaria – Período colonial; Posse precária – 1822 à 1850; Lei de Terras – 1850 à 1984; Estatuto da Terra e Constituição de 1988) o caráter fundamental da grande propriedade territorial não mudou na estrutura fundiária no Brasil. A função social da propriedade e da terra preconizada no Estatuto da Terra de 1964 e na Constituição de 1988, não é aplicada em sua forma jurídico-política, tendo sido confrontada pela absoluta prevalência dos interesses do capital, que reconhece todas as terras como mercadorias (DELGADO, 2012b).

Sob as terras, os bens naturais, o agronegócio exerce dupla pressão para obter ganhos. De um lado a crescente incorporação de novas áreas ao território já explorado, na qual exerce consumo crescente dos recursos naturais existentes sem o trabalho humano – água, solo, biodiversidade de fauna e flora –, e de outro lado, nas zonas agropecuárias já consolidadas, há

uma intensificação do trabalho através do incremento do pacote tecnológico de sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos (DELGADO, 2012b).

Em relação ao trabalho rural, observa-se que com o crescimento da produtividade das atividades agropecuárias nas áreas já consolidadas da agricultura ou em novas áreas de incorporação, não há um aumento proporcional de salários ou de empregos, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias produtivas crescem de 8 a 10% ao ano (DELGADO, 2012a).

As relações de trabalho são baseadas em extensas jornadas, exposição e manejo de produtos altamente tóxicos à saúde e contratações precárias e temporárias nos picos da demanda sazonal da safra – principalmente de trabalhadoras(es) migrantes de regiões mais pobres do Brasil, que remontam um cenário de superexploração do trabalho (DELGADO, 2012a). Em alguns setores, como o da agroindústria da cana-de-açúcar, estudos indicam que as condições de trabalho se agravam e a precarização aumenta (OLIVEIRA DE SOUSA, 2008; RUMIN; NAVARRO; PERIOTO, 2008; SILVA, 2014).

No cenário do desenvolvimento agropecuário brasileiro, se de um lado, temos o modelo de produção do agronegócio como política hegemônica do Estado em consonância com a reestruturação produtiva do capital na agropecuária, de outro lado, temos populações rurais, das florestas e das águas, composta por diversas identidades de trabalhadoras e trabalhadores rurais e povos tradicionais (agricultor(a) familiar, assentadas(os), camponesas(es), comunidades extrativistas, indígenas e quilombolas) que resistem na luta pela terra, seus modos de vida, e na produção de alimentos.

A agricultura familiar, como é classificada pela legislação vigente (Lei nº 11.326, de 2006) – agricultoras(es) que praticam atividades no meio rural com título de propriedade com área igual ou inferior a quatro módulos fiscais e apoiam-se predominantemente na força de trabalho e gestão da própria família –, é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que compõem a dieta diária da população brasileira, pela maior taxa de pessoal ocupado e pelo maior número de propriedades rurais (IBGE, 2017a).

Entretanto, como a economia política hegemônica da agropecuária é o agronegócio, e a reprodução material e ideológica desses modelos de produção se encontram nos mesmos territórios rurais brasileiros, essas trabalhadoras e trabalhadores do campo autônomos, agricultoras(es) familiares, assentadas(os) e demais populações sofrem implicações desse sistema na sua vida, no seu modo de trabalho e na sua saúde.

Nas relações entre a agricultura familiar e agronegócio, Marinho et al. (2011) ao estudarem a vida e trabalho de trabalhadores(as) do campo no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe - Ceará, salientam que o desenvolvimento do agronegócio “reproduz relações especificamente capitalistas no campo (trabalho assalariado com a presença de boia-fria), concomitante e contraditoriamente, produz relações camponesas de produção (presença do trabalho familiar no campo) (p. 275)”. Ou seja, mesmo havendo uma reestruturação no sistema produtivo e na vida social, o agronegócio não substitui totalmente a agricultura familiar camponesa, “mas se superpõe, numa relação contraditória e conflituosa” (MARINHO *et al.*, 2011, p. 275).

A população de trabalhadoras e trabalhadores rurais no Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017, é composta de cerca de 15 milhões de trabalhadores(as), sendo que 42% concentram-se na região Nordeste, 21% no Sudeste, 16% no Sul, 13% no Norte e 8% no Centro-Oeste. Em relação ao gênero, 10,7 milhões (71%) são homens e 4,3 milhões (29%) são mulheres. No Nordeste, Norte e Sul, as mulheres são em torno de 30% da população de trabalhadores rurais, no Centro-Oeste e no Sudeste, 26% e 23% respectivamente, são mulheres (IBGE, 2017a).

Nos estabelecimentos de agricultura familiar estão ocupados 67% dos trabalhadores(as) rurais brasileiros, e 33% nos estabelecimentos de agricultura não familiar. Ou seja, a agricultura familiar emprega mais trabalhadores do que propriedades de produção em larga escala. A proporção de mulheres empregadas na agricultura familiar em relação aos homens é 32%, sendo maior do que na agricultura não familiar (21%) (IBGE, 2017a).

Em Mato Grosso, são 422.453 trabalhadores(as) rurais, sendo que 72% são homens e 28% mulheres. A quantidade de trabalhadores(as) ocupados(as) na agricultura familiar é de 51%, enquanto na agricultura não familiar é 49%. Seguindo a tendência nacional, em relação a proporção de homens e mulheres, em Mato Grosso, a agricultura familiar emprega mais mulheres (35%) do que a agricultura não familiar (18%) (IBGE, 2017a).

3.4 TRABALHO COMO ATIVIDADE HUMANA

Trabalho é um conceito polissêmico, que pode variar entre diferentes tipos de sociedade e de acordo com o tempo histórico. Partindo da compreensão clássica de Marx (2017), o trabalho é uma relação metabólica entre o ser humano e a natureza, na qual o ser humano por sua ação a transforma para uma determinada finalidade útil para a sua vida. A transformação

realizada na matéria natural pelo ser humano de forma objetivada, ou seja, orientada a um fim e projetada idealmente, é uma característica importante na diferenciação entre o trabalho humano e de outros seres vivos. O trabalho é elemento chave na constituição do ser humano que ao modificar a natureza também modifica a si mesmo

Antunes (2009), baseando-se na concepção marxiana, compreende que o trabalho é fundamento ontológico do ser humano, constituindo-se como elemento mediador na constituição do ser social. É por meio do trabalho que o ser humano é humanizado. Ao buscar a produção e reprodução de sua vida em sociedade por meio da atividade do trabalho, “o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução” (ANTUNES, 2009, p. 136). Ainda segundo o autor, por meio do trabalho, da busca incessante da realização de necessidades, “a consciência do ser social deixar de ser epifenômeno”, uma mera adaptação ao ambiente e configura-se como uma “atividade autogovernada” (p.138).

A ergologia propõe compreender o trabalho pelo olhar da atividade humana, considerando que a atividade é “impulso de vida e de saúde que é próprio ao ser humano, cada vez que ele começa a fazer alguma coisa” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015, p. 375). Para Schwartz (2011) o trabalho “não é um parâmetro, como outro qualquer, do processo histórico, mas é a própria base do que 'faz a história' para os homens” (p. 20).

A ergologia considera que não há uma total descontinuidade entre uma dita ação humana (trabalho para si, atividade esportiva, atividade intelectual, trabalho doméstico) e um trabalho inserido na economia de forma remunerada: ambos são equiparados a uma experiência que se deparará com o debate de normas antecedentes e com suas ressingularizações (SCHWARTZ, 2004). Segundo Schwartz *et al.* (2007a), não se deve negar as particularidades de cada atividade, as conjunturas e determinações sociais e históricas nem tampouco a singularidade implicada nas atividades de trabalho. Para os autores “o trabalho é uma realidade profundamente coletiva. E ao mesmo tempo profundamente individual, visto que é profundamente singular” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007a, p. 194).

O conceito de atividade na perspectiva ergológica tem como base três principais linhagens de pensamento. De forma sintética, a primeira vem da ergonomia da atividade da década de 1970, de Alain Wisner e da tradição francesa, que se apropriou do termo inspirado nos trabalhos da psicologia soviética de Vygotsky e, principalmente, de Leontiev, que retomam e retrabalham a categoria atividade ("Tätigkeit") da tradição marxiana (SCHWARTZ, 2007). A segunda linha de pensamento vem do filósofo Georges Canguilhem e seus antecedentes, que debatem em seus escritos o que é a vida, “pensando na saúde como um debate sempre renovado

entre padrões anônimos provenientes do meio e padrões que cada ser vivo produz e tenta promover” (SCHWARTZ, 2007, p. 128).

A terceira influência histórica baseia-se no modelo operário italiano e no pensamento de Ivar Oddone e o conceito de “comunidades científicas ampliadas” que contribuiu no questionamento do saber formal, científico, que é ensinado sobre o trabalho –, e trazendo à tona a experiência das trabalhadoras e trabalhadores, o saber vivido pelas(os) protagonistas do trabalho. Saberes e valores processados e reprocessados na atividade são parte fundamental do dispositivo dinâmico de três polos (DD3P), em que saberes técnicos e científicos são confrontados com experiências e saberes das e dos trabalhadores, acionados por um terceiro polo, o ético-epistemológico, capaz de provocar a interfecundação entre os dois primeiros polos e de renovar os saberes formais e disciplinares rumo à transformação dos meios de vida, numa postura reflexiva e de humildade ético-epistemológica (SCHWARTZ, 2000, 2007a). Essa inspiração está bastante presente no entendimento que a atividade de trabalho só pode ser compreendida a partir dos sujeitos que trabalham (ODDONE, 2007).

Dessas influências teóricas emana a compreensão de que a atividade humana é **impossível** de ser completamente antecipada ou padronizada, como enfatiza a ergonomia da atividade, e a vida não pode existir com a completa normatização de suas atividades, pois seria **invivível**, nos moldes da filosofia de Canguilhem. A ergologia propõe a síntese dessas duas correntes de pensamento no entendimento da atividade humana: “o que é impossível acaba sendo invivível” (SCHWARTZ, 2007, p. 130), considerando ainda o protagonismo das trabalhadoras(res) na compreensão e transformação do trabalho.

Três características encontradas na categoria de atividade na ergologia são importantes a serem consideradas: a transgressão, a mediação e a contradição. A atividade **transgride** os campos das disciplinas científicas (psicologia, sociologia, antropologia, dentre outras) pois atravessa o consciente/inconsciente, o biológico/cultural, o verbal/não verbal, etc., conectando todas as fronteiras. A atividade é um termo **mediador** entre o sujeito que trabalha e seu ambiente, entre o nível microscópico e o macroscópico da vida, entre o indivíduo e coletivo, etc., e é permeada por **contradições potenciais**, uma vez que é o lugar de debate entre as normas antecedentes arraigadas nos meios sociais de reprodução da vida e as renormatizações que invariavelmente acontecem (SCHWARTZ, 2005; 2007; 2012).

Sendo assim, para a ergologia, a atividade de trabalho é sempre um encontro e debate de normas e valores, uma vez que, entre o trabalho prescrito (o que foi indicado e pensando anteriormente) e o trabalho real (o que realmente foi realizado) sempre há uma distância, uma

diferença que remete à atividade do *corpo-si*, na qual seu conteúdo é parcialmente singular e tende a ser ressingularizado em cada nova situação, envolvendo um debate sobre valores (escolhas) consigo mesmo e debates de valores de ordem social (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007a).

As normas antecedentes são consideradas normas mais gerais que existem antes mesmo do trabalho iniciar e que estão relacionadas aos procedimentos, regras, tecnologias e as relações de autoridade e poder de uma situação de trabalho, bem como ao conhecimento técnico-científico e cultural e os valores de uma sociedade. As normas antecedentes remetem também às normas mais amplas, como as jurídicas, ambientais, econômicas que são permeadas por um contexto histórico e social (SCHWARTZ, 2016, 2011; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b).

Nas situações de trabalho essas normas são recriadas em um movimento contínuo de renormatizações. As renormatizações são sempre algo novo em qualquer situação e nenhum saber antecedente pode antecipar com toda segurança o que será, e expressam um vaivém sucessivo entre o micro do trabalho e o macro da vida social, que estão incorporadas nas normas e ressingularizações (BRITO, 2011; SCHWARTZ, 2016, 2011; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b). Schwartz (2011) considera as renormatizações como uma parte invisível, enigmática da atividade de trabalho e que só são possíveis pois, “todo sujeito, todo grupo humano no trabalho é um centro de vida, uma tentativa de apropriação do meio, e sua vida no trabalho não é uma cerca separada de sua ambição de vida global.” (p.30)

As renormatizações também expressam escolhas baseadas a partir de valores. Os valores são, no sentido subjetivo, uma hierarquia própria dos indivíduos sobre determinadas situações e não são criados de forma isolada, possuem interação com a sociedade, a cultura, com o meio onde estão imersos, na qual são retrabalhados constantemente (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008).

Nas atividades de trabalho, no gerenciamento da distância entre o prescrito e real, no fazer diferente em cada trabalhar, há um “uso de si por si” e um “uso de si pelos outros”. O uso de si por si remete ao uso físico e intelectual do corpo, da sensibilidade, das preferências, da história de cada um dos sujeitos que trabalha. O uso de si pelos outros refere-se a função social da atividade de trabalho, que é variável historicamente (DURAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2007). Para Duraffourg et al. (2007)

[...] é efetivamente na atividade de trabalho que se manifesta a dialética do uso de si, ou seja, a maneira singular pela qual os homens e as mulheres fazem uso deles próprios em função deles próprios e daquilo que os outros lhe demandam (p.70).

Esse “uso de si” não é simples, não é mera execução; é arriscar-se na imprevisibilidade das normas, nas escolhas que devem ser feitas, e a polaridade entre o uso de si por si e o uso pelos outros carrega, em diversos graus, uma tensão (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b). Desse modo, o trabalho tem semelhanças com um drama, “uma dramática do uso de si” (p. 197). Dramática na articulação constante entre esses dois usos e as particularidades que cada um exige.

Este alguém que trabalha, que está no centro do uso de si na atividade pode ser chamado de corpo-si. O corpo-si é o corpo biológico material – células, órgãos, sistemas, com um funcionamento fisiológico e neurológico complexo – em conjunto com a formação do ser social, do consciente, inconsciente, que são atravessados pela história, cultura, por normas e valores. “Ela não é uma entidade inteiramente biológica, nem inteiramente consciente ou cultural”, e nesse sentido o corpo-si pretende ampliar e superar o conceito de subjetividade (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007a, p. 198; DURRIVE; SCHWARTZ, 2008).

A perspectiva ergológica também compreende a necessidade de uma integração dialética, de um vaivém constante entre as dimensões micro e macro, do local e global, das situações de trabalho como são materializadas, vividas e sentidas, e as determinações mais gerais do mundo do trabalho, da sociedade. Segundo Schwartz e Durrive (2007), “uma situação de trabalho contém as questões da sociedade. Inversamente, pela maneira de trabalhar, cada um toma posição nestes debates da sociedade e os recompõe na sua escala” (p. 31).

Para Hennington *et al.* (2011), esse movimento dialético entre o macro e micro, vislumbrando “articulações entre níveis e critérios de gestão pois trabalhar é gerir variáveis macro em função de possibilidades que se abrem no cotidiano das situações de trabalho” (p. 9), constitui um dos pontos fortes da perspectiva ergológica. A ergologia também é uma abordagem que privilegia o olhar no trabalho desenvolvido no “aqui e agora”, “um trabalho encarnado em um sujeito situado historicamente e culturalmente” (HENNINGTON; CUNHA; FISCHER, 2011, p. 9).

A atividade humana transforma continuamente o mundo e os sujeitos, o corpo-si que está em meio da atividade. Sendo assim, a produção de conhecimento sobre a atividade, para a ergologia, exige a necessidade da incorporação dos saberes investidos na atividade numa articulação dinâmica de três polos – saberes que advém da experiência da atividade, em

conjunto com os saberes disciplinares, acadêmicos. Estes dois polos – polos dos saberes disciplinares e polos dos saberes gerados na atividade - para se confrontarem e entrarem em diálogo, necessitam da articulação de um terceiro polo, o polo das exigências éticas, de humildade frente ao outro, do desconforto intelectual, que também é uma exigência epistemológica e científica da ergologia. Estes três polos formam em conjunto o dispositivo dinâmico de três polos (DD3P), “uma espécie de dialética circular ou mais propriamente espiral”, importante contribuição teórico-metodológica da ergologia para compreensão das atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b, p. 267; DURRIVE; SCHWARTZ, 2008).

4 PENSAMENTO UNITÁRIO ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA E A REPRODUÇÃO SOCIAL

Gênero é uma categoria histórica que pode ser concebida e estudada em diversas perspectivas de análise nas diferentes sociedades, mas parece haver um consenso entre as estudiosas feministas, que gênero é a construção social do feminino e masculino, do que é ser mulher e homem nas sociedades (SAFFIOTI, 2004). Falar somente de gênero não implica necessariamente referir-se às desigualdades sociais entre homens e mulheres, podendo referir-se somente às diferenças biológicas e de função social.

As relações de gênero atuais se estruturam como herança de sociedades patriarcais de mais ou menos 2600 anos (SAFFIOTI, 2004), pautadas nas desigualdades sociais e de poder entre os gêneros, favorecendo a dominação e opressão de um sobre o outro – masculino sobre feminino. Todavia a materialidade e subjetividade dos corpos sociais não são construídos unicamente a partir de sua condição de gênero, outras relações sociais estão intrinsecamente articuladas, como a dimensão de classe e raça, sendo que os sujeitos são multifacetados. A classe, o gênero e a raça trazem implicações diferenciadas na vida dos indivíduos (SAFFIOTI, 1991; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Algumas autoras e linhas de pensamento feminista seguem esse esforço de compreender de forma mais abrangente a condição das mulheres nas sociedades contemporâneas, pautando a diversidade e heterogeneidade desse grande grupo. Kergoat (2010), desde a década de 1970, propôs e trabalha com os conceitos de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Para a autora, as relações sociais são consubstanciais, uma que vez que se misturam, se confundem, interagem, em um entrecruzamento dinâmico e complexo, formando uma “unidade de substância” no nível das práticas sociais concretas, e são coextensivas, podem ocupar o mesmo espaço e tempo. Sendo assim, para a autora, “as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente” (p. 94). Por exemplo, o espaço das mulheres no mercado de trabalho cresceu consideravelmente nas últimas décadas, entretanto, os salários ainda são menores em relação aos homens e desigual entre as próprias mulheres dependendo de sua raça/cor; as mulheres ainda são incumbidas da maior parte do trabalho doméstico, mas para mulheres com uma alta renda esse trabalho pode ser repassado para outras mulheres mais pobres (KERGOAT, 2010).

A análise será frágil e incompleta se olharmos somente uma relação social (de classe, de gênero ou raça), mas também não basta olhá-las de forma isolada, o propósito é compreender

os entrecruzamentos que formam o elo no interior dos grupos e individualidades, as relações sociais. Partir da análise das relações sociais como consubstanciais, para Kergoat (2010), contrapõe-se a considerar as relações de classe como inscritas somente na instância econômica e as relações patriarcais e de raça restritas à esfera ideológica. Esses sistemas possuem instâncias próprias, mas se articulam na exploração econômica, dominação e opressão.

Kergoat (2010) também distingue as categorias de relações intersubjetivas e relações sociais: a primeira refere-se as relações próprias estabelecidas entre indivíduos concretos, e a segunda diz respeito a relações abstratas e de disputa entre grupos sociais. Essa distinção seria importante pois permite delimitar uma mudança de situação relativo a uma relação intersubjetiva entre casais, famílias, por exemplo, ou a uma relação social, que podem continuar a se manifestar a nível societário (exploração, dominação e opressão). Relações intersubjetivas e relações sociais se influenciam mutuamente num movimento dialético.

Para Kergoat (2010), nenhuma relação social tem prioridade em relação a outra, sendo que não há uma contradição principal ou contradição secundária. Para análise, a partir da consubstancialidade das relações sociais, as configurações concretas dadas em cada momento dirão se “o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador” (pg. 99).

Outra perspectiva que integra a análise de classe, gênero, raça, dentre outras, é a interseccionalidade. Segundo Collins e Bilge (2021), “a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (p. 15), sendo que essas categorias estão englobadas nas relações interseccionais de poder nas sociedades. Ainda para as autoras, “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (p. 16)

O termo interseccionalidade, nas últimas décadas, passou a ser utilizado em diversos ambientes, como em meios acadêmicos, militantes e institucionais. Apesar dessa pluralidade, o pensamento interseccional tem origens no feminismo negro e no feminismo das mulheres latinas e indígenas norte-americanas, nas décadas de 1960 e 1970, que apresentavam historicamente uma postura interseccional em compreender e propor a luta por emancipação da mulher negra e latina, olhando a questão de classe, gênero e raça. Na década de 1980, pode-se perceber uma pausa nos movimentos sociais nos Estados Unidos, contudo, muitas mulheres negras que haviam entrado nas universidades como estudantes e professoras, passaram a argumentar desses espaços sobre as interconexões entre raça, classe, gênero e sexualidade (COLLINS, 2017). No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, no movimento das mulheres negras,

bem como no pensamento de intelectuais e ativistas, como Lélia Gonzalez, também é possível observar a intersecção construída entre gênero, raça e classe para trazer à tona as questões específicas da vida das mulheres negras brasileiras (COLLINS; BILGE, 2021).

A advogada ativista negra Kimberlé Crenshaw, por meio de suas publicações do início dos anos 1990, cunhou o termo interseccionalidade (ROSETTE *et al.*, 2018; RIOS; SOTERO, 2019). Segundo Collins (2017), é importante considerar que as bases do que ficou conhecido como interseccionalidade são algumas obras de mulheres negras afro-americanas (“Mulheres, Raça e Classe”, de Angela Davis de 1981, “Civil Wars” de June Jordan, em 1981, dentre outras), mas que o texto de Crenshaw é um marco útil para compreender a transição entre as traduções e limitações da interseccionalidade na academia (uma instituição formal imersa em uma política neoliberal) e a perspectiva do movimento feminista.

Hirata (2014), apoiando-se em debates da consubstancialidade de Kergoat, aponta que a interseccionalidade desenvolvida pelo pensamento de Crenshaw, por vezes tende a focalizar mais nas interconexões de gênero e raça, em detrimento da classe social, e tratá-las como meras articulações de categorias e não relações sociais fundamentais. Contudo, também compreende que as análises da consubstancialidade, por questões históricas, tendem a priorizar as relações de classe e gênero e somente mais recentemente tem sido incorporada a noção de raça.

Para Collins (2017), atualmente, é amplo o uso do termo e compreensões da interseccionalidade e nem todas as bases do pensamento dos movimentos sociais migraram para a academia, possuindo suas fragilidades. Contudo, resgatando a tradição e origem do pensamento interseccional articulado aos movimentos sociais, a autora defende que a interseccionalidade “pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis” (p.7), com vistas a emancipação e justiça social.

Como forma de investigação crítica, a interseccionalidade busca investigar como tais “relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15). Por sua vez, a interseccionalidade não é uma estrutura pronta. Dependendo do fenômeno social e contexto, seja local, regional, nacional ou internacional, a interseccionalidade como ferramenta analítica pode tomar várias formas, estando em constante processo de construção. A investigação crítica, em conjunto com a práxis crítica – que compreende que a teoria e ação são interconectadas – são princípios organizacionais da interseccionalidade que devem atuar em sinergia (COLLINS; BILGE, 2021).

Collins e Bilge (2021) enfatizam seis temas centrais no uso da interseccionalidade como ferramenta analítica: desigualdade social, relações interseccionais de poder, contexto social, relacionalidade, complexidade e justiça social. As discussões sobre desigualdade social constituem um objeto fundamental de investigações interseccionais, assim como os debates sobre as relações de poder, uma vez que a interseccionalidade busca compreender como as relações de poder interseccionais produzem e repercutem as desigualdades sociais. Para as autoras, as relações de poder interseccionais estão conectadas aos sistemas de poder, sendo que

Raça, classe gênero, sexualidade, idade, deficiência, etnia, nação e religião, entre outros, constituem **sistemas de poder interdependentes, interseccionais ou mutuamente construídos**. Enquanto categorias de análise, raça, gênero, sexualidade e nação adquirem significado a partir das relações de poder do racismo, do heterossexismo, da exploração de classe e do nacionalismo (COLLINS; BILGE, 2021, p. 250, grifo nosso).

No que se refere ao contexto social, à relacionalidade e à complexidade, Collins e Bilge (2021) ressaltam a importância de construir as análises interseccionais de acordo com o contexto, “de modo que atenda às particularidades históricas e à crescente importância do contexto global” (p. 252), e que foque no exame das interconexões das categorias em análise, a partir de estratégias complexas. Em relação à justiça social, as autoras defendem o projeto da interseccionalidade enquanto investigação e práxis críticas comprometida com a justiça social.

Enriquecendo o debate sobre o imbricamento das dimensões de gênero, classe e raça, Arruzza (2015; 2017) defende que não são sistemas diferentes e autônomos que se interagem (capitalismo, patriarcado e racismo) por meio das relações sociais, como se pode compreender em outras teorias, mas que o patriarcado e racismo hoje não são autônomos em sua reprodução do capitalismo, tampouco o capitalismo consegue desenvolver-se sem mecanismo de dominação e opressão patriarcais e racistas. Isso não significaria entender que a opressão patriarcal, por exemplo, se origina com o capitalismo, mas sim que hoje formam uma totalidade na exploração, dominação e opressão. Saffioti (1991) também partiu da análise que com a emergência do capitalismo, há uma fusão, um processo simbiótico entre os sistemas, formando um único sistema de dominação-exploração, na qual denomina “patriarcado-racismo-capitalismo”.

As autoras que partem dessa compreensão da tese unitária dos sistemas de exploração-dominação (ARRUZZA, 2015; FERGUSON, 2017), se baseiam no conceito de “reprodução social” da tradição marxista, para explicar a unidade intrínseca entre gênero, classe e raça. O termo reprodução social, geralmente é usado para referir-se ao processo de reprodução de uma

sociedade em sua totalidade – cultura, igrejas, sistemas de saúde e educação, política, ciência, etc. No pensamento feminista, a reprodução social indica a reprodução e manutenção da vida na dimensão diária e geracional, “na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (ARRUZZA, 2015, p. 54).

O conceito de reprodução social ultrapassa a visão somente do trabalho doméstico, incluindo uma série de práticas sociais e variedades de trabalho fora do espaço familiar, o que permite analisar o papel do mercado, do Estado e das famílias na reprodução social. A teoria da reprodução social compreende que as esferas de produção e reprodução sociais são diferentes e possuem suas especificidades, mas são “necessariamente combinadas como momentos concretos de uma totalidade articulada” (p. 53). Tal concepção é importante para não cair em uma análise economicista e reducionista das relações de classe ou numa análise somente identitária das relações de gênero e raça (ARRUZZA, 2015).

Na construção desta tese, ancorando-se nas contribuições do pensamento interseccional e da teoria unitária, partimos da compreensão de um único sistema de exploração, dominação e opressão capitalismo-patriarcado-racismo a partir da unidade intrínseca da reprodução social, que estruturam as relações interseccionais de poder, que envolvem o gênero, a raça e a classe e demais marcadores sociais.

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de pesquisa qualitativa, uma vez que almejamos compreender o universo dos significados e relações do objeto em estudo (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2002). Como abordagem teórico-metodológica utilizamos a perspectiva ergológica, com aportes do pensamento feminista da teoria da reprodução social e da interseccionalidade.

A ergologia é uma perspectiva que busca melhor conhecer e intervir nas situações de trabalho, tendo em vista transformá-las (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007b). Propõe uma análise situada, ou seja, a partir das situações reais vividas e experienciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores. Schwartz (2007), aponta que os conceitos, saberes disciplinares e formais são necessários para a compreensão do trabalho, mas é somente com aquelas(es) que trabalham e vivem as situações que se pode realmente compreender o que acontece em uma situação de trabalho, pois não existem modelos de explicação e interpretação única, uma vez que “estamos sempre em situações de trabalho que têm histórias, particularidades, dentro de relações econômicas em que as exigências e as forma de regulação continuam a pesar” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 28).

A Ergologia propõe melhor compreender o trabalho a partir do dispositivo dinâmico de três polos (DD3P), uma ferramenta de trabalho cooperativo, de formação mútua e de investigação das situações de trabalho. O DD3P comporta o polo dos conceitos e saberes disciplinares sobre as situações de trabalho, que pode ser representado, de modo geral, pela figura das(os) pesquisadoras(es) e a instituição formal; o polo dos saberes gerados nas atividades de trabalho, experiências das(os) trabalhadoras(es); e por último, o polo das exigências éticas e epistemológicos, que se caracteriza como um encontro dos polos anteriores, na qual possibilita aprendizagem mútua entre eles. Esses polos articulam-se de forma dialética, não pressupondo uma primazia entres eles, nem a ideia de começo ou fim (SCHWARTZ, 2000).

Para a ergologia intervir nas situações de trabalho pressupõe ter conhecimentos e domínio sobre determinados saberes, entretanto, também envolve reconhecer o saber do outro, uma vez estes saberes são recriados permanentemente na atividade, envolve estar aberto para aprender. É preciso ter humildade científica e um “desconforto intelectual” frente os saberes produzidos na atividade (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007a).

5.2 LOCAL DE ESTUDO

Este estudo foi realizado no município de Nova Olímpia no estado de Mato Grosso, cujo desenvolvimento econômico está atrelado, majoritariamente, às cadeias produtivas do agronegócio. O município está localizado a 203 km da capital Cuiabá, na porção sudoeste do estado (Figura 1), e possui 20.820 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021. Sua área territorial compreende a 1.327,266 km² (Figura 2) e apresenta uma formação vegetal de transição dos biomas cerrado e Amazônia (IBGE, 2022).

Figura 1 - Delimitação geográfica do município de Nova Olímpia, Mato Grosso e Brasil.



Fonte: elaborado por Lima, F. A. N. S., 2020.

A escolha do município foi feita a partir da indicação da Federação dos(as) Trabalhadores(as) na Agricultura do Estado de Mato Grosso (FETAGRI-MT) de sedes municipais com maior atuação junto às mulheres trabalhadoras. Depois de contatar as(os) responsáveis pelas sedes municipais apontadas, Nova Olímpia foi escolhida, uma vez que o Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais da cidade, através de suas representantes, possuía um trabalho mais organizado junto a base de trabalhadoras do campo, possibilitando o contato com as trabalhadoras e a realização da pesquisa.

Figura 2 - Delimitação territorial, via satélite, do município de Nova Olímpia, Mato Grosso.



Fonte: Google Maps, 2020.

5.2.1 Agronegócio e agricultura familiar em Nova Olímpia: breve caracterização

As primeiras ocupações do território de Nova de Olímpia, com o objetivo de colonização, se deram por volta de 1954, e acompanharam o itinerário histórico de desenvolvimento do município de Barra do Bugres – hoje cidade vizinha de Nova Olímpia. A região ficou conhecida como Olímpia, pois várias pessoas e famílias migrantes eram da cidade de Olímpia, do estado de São Paulo (COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994). Nesse período, segundo Castro *et al.* (2002), buscando a incorporação da fronteira agrícola regional à economia nacional, há uma mudança na política de ocupação e colonização do estado de Mato Grosso pelo Estado brasileiro, na qual favoreceu a vinda de populações de outras regiões brasileiras e de colonizadoras privadas. A política era a de ocupação dos ditos “espaços vazios” (BARROZO, 2008). Em propagandas divulgadas por colonizadoras, com ajuda dos governos estadual e federal, em jornais de São Paulo e Paraná, as terras de Mato Grosso (incluindo a região de Barra do Bugres) eram divulgadas como o novo “El Dorado” (SILVA, 2008).

Em 1964, foi criado o Distrito de Paz de Nova Olímpia, município de Barra do Bugres. Com o crescimento relativo da região, expansão da atividade agropecuária, melhoria nas rodovias e incentivos governamentais, em 1980, começou a instalação de uma indústria de

produção de açúcar e etanol, a Usina Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes¹. Em 1982, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial e coordenado pelo governo federal, houve um incentivo para a ocupação e fixação de famílias nas terras da região, com a fundação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. Em 13 de maio de 1986, o município de Nova Olímpia foi emancipado político administrativamente de Barra de Bugres (COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994).

Atualmente, pela presença da usina de produção de açúcar, biocombustível e energia elétrica, uma das principais atividades econômica do município está ligada ao plantio e transformação industrial da cana-de-açúcar, além da presença relevante da pecuária bovina. Na Figura 3 é possível observar a destinação do território em torno do município para áreas de produção agrícola e pecuária.

Figura 3 - Imagem de satélite do perímetro urbano e entorno do Município de Nova Olímpia, Mato Grosso.



Fonte: Google Earth, 2020.

Em Nova Olímpia, na safra de 2020, foram plantados 23.451 hectares de cana-de-açúcar (IBGE, 2020a). Conforme a Tabela 1, pode-se observar que a área plantada de cana-de-açúcar corresponde a 99% do total de área destinada para a agricultura no município, enquanto

¹ A Usina Itamarati, que até 2019 era propriedade e administrada pela família de Olacyr de Moraes, foi vendida nesse mesmo ano para um grupo de investidores “private equity” – o CVCIB, por meio da compra de R\$ 2 bilhões de dívidas financeiras da empresa. Hoje a usina chama-se UISA. Fonte: <https://jornalcana.com.br/os-planos-da-usinas-itamarati-agora-sob-controle-do-fundo-citigroup/>

a área de plantio das demais culturas somadas chegam apenas a 1%. De 2010 a 2020, observa-se que a área plantada total do município aumentou apenas 1%, no entanto, houve significativa variação na área destinada aos cultivos agrícolas, com o crescimento da área de cana-de-açúcar (10%) – *commodity* destinada à agroindústria instalada no território da região – e redução da área de lavouras de alimentos (arroz, mandioca, melancia, abacaxi, milho e feijão), com exceção do amendoim. As culturas de mandioca, melancia, feijão, por exemplo, em Nova Olímpia, são cultivadas principalmente por propriedades da agricultura familiar, diferentemente da cana-de-açúcar.

Em relação ao rebanho bovino, em 2020, o município possuía 88.841 cabeças de gado, sendo que nos últimos dez anos, houve aumento de 34% no efetivo de cabeças (Tabela 1). A área destinada para a pecuária bovina por município não é atualizada anualmente, sendo mensurada apenas nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Em 2006, o município de Nova Olímpia destinou 66.367 hectares para pecuária e em 2017, 94.211 hectares, um aumento de 42% de área destinada para a pecuária (IBGE, 2006). Do total da área de pecuária de 2017, 11.440 hectares (12%) correspondem a agricultura familiar e 82.770 hectares (82%) a agricultura não familiar (IBGE, 2017a)

Tabela 1 – Área plantada (hectares) por lavoura temporária e efetivo de rebanho bovino (cabeças), em Nova Olímpia-MT, nos anos de 2010 a 2020.

Área plantada (hectares)											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cana-de-açúcar	21.348	19.704	22.094	22.094	21.218	22.956	23.146	23.146	23.751	23.051	23.451
Arroz	850	850	400	300	320	8	3	3	-	-	200
Mandioca	200	200	300	300	450	150	150	150	400	400	40
Melancia	12	6	14	25	40	21	15	15	15	15	8
Amendoim	-	-	-	-	-	5	4	5	5	7	7
Abacaxi	30	12	15	8	8	12	3	-	3	3	4
Milho	970	900	500	110	130	12	9	10	11	16	4
Feijão	115	110	150	100	120	90	40	10	6	6	-
Tomate	-	-	3	3	15	15	-	-	-	-	-
TOTAL	23.525	21.782	23.476	22.940	22.301	23.269	23.370	23.339	24.191	23.498	23.714
Efetivo de rebanho bovino (cabeças)											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bovino	66.526	72.970	69.434	74.120	89.918	84.952	90.019	86.964	91.269	93.283	88.841

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2020a); Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2020b).

O município possui seis assentamentos formalizados pelo INCRA (Assentamentos Riozinho, Rio Branco, Vale do Sol, Antônio Conselheiro, Usiel Pereira e Nova Conquista), um assentamento organizado por crédito fundiário (Assentamento São José) e quatro comunidades tradicionais de agricultores(as) familiares (Comunidades Prega Fogo, Pé da Serra, Paulista e Riozinho), nos quais são criados pequenos animais e gado, produzidos alimentos hortifrutigranjeiro e leite que abastecem escolas, supermercados e feiras da cidade (EMPAER-MT, 2015).

Ao total, há 474 núcleos de agricultura familiar nos assentamentos e comunidades tradicionais de Nova Olímpia. Os assentamentos Riozinho e Vale do Sol foram criados em 1998, e possuem 66 e 48 famílias assentadas, respectivamente. O assentamento Rio Branco foi criado em 1999 e possui 85 famílias. Em 2007, foi criado o assentamento Usiel Pereira, que é dividido em duas partes – pois há uma fazenda no meio do território –, possuindo 57 famílias. O assentamento mais recente criado pelo INCRA, em 2012, é o Nova Conquista com 67 famílias assentadas (EMPAER-MT, 2015; INCRA, 2017).

Já o assentamento Antônio Conselheiro, criado em 1997 pelo INCRA, faz parte dos municípios de Nova Olímpia e Tangará da Serra. No território de Nova Olímpia, o assentamento Antônio Conselheiro possui em torno de 36 famílias. As comunidades tradicionais de agricultores familiares são menores, possuindo 12 famílias na Comunidade Prega Fogo, 27 na Comunidade Pé de Serra, 16 na Comunidade Paulista e 9 famílias na Comunidade Riozinho (EMPAER-MT, 2015; INCRA, 2017).

Apesar da presença de assentamentos e pequenas propriedades no território do município, olhando para os dados sobre a área ocupada de acordo com o tamanho da propriedade (em hectares), percebe-se que as propriedades com mais 1000 hectares (em torno de 7% do número de propriedades) ocupam cerca de 82% da área total de estabelecimentos agropecuários em Nova Olímpia (Tabela 2). Essa situação demonstra a concentração de terra em poucas propriedades, ou seja, a concentração da terra na mão de poucos.

Em Mato Grosso, as propriedades acima de 2500 hectares, representam cerca de 3,5% dos estabelecimentos agropecuários, entretanto, ocupam 66% da área total das propriedades. Por sua vez, no território brasileiro, as pequenas propriedades, com menos de 100 hectares, representam 90% dos estabelecimentos, e abrangem somente 20% do total da área ocupada (Tabela 3). Tais dados corroboram com a análise que o agronegócio, enquanto modelo de produção hegemônico no campo, se sustenta e mantém a velha estrutura agrária brasileira

desigual do latifúndio, ocupando a maioria das áreas destinadas à atividade agropecuária (DELGADO, 2012a).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas, em hectares (ha), pelo tamanho da propriedade, no município de Nova Olímpia-MT, em 2017.

Tamanho da propriedade	<i>Nº de propriedades</i>	<i>Área ocupada (ha)</i>	<i>Área ocupada (%)</i>
Menos de 10 ha	90	528	0,4%
De 10-100 ha	283	8.894	6,5%
De 100-1000 ha	47	13.961	10,3%
De 1000-2500 ha	23	36.880	27,1%
De 2500-10.000 ha	7	37.389	27,5%
Mais de 10.000 ha	1	38.414	28,2%

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas (%), pelo tamanho da propriedade, no Brasil e em Mato Grosso, em 2017.

Tamanho da propriedade	Brasil		Mato Grosso	
	<i>Nº de propriedades</i>	<i>Área ocupada (%)</i>	<i>Nº de propriedades</i>	<i>Área ocupada (%)</i>
Menos de 10 ha	2.543.681	2%	17.927	0,1%
De 10-100 ha	1.980.684	18%	63.601	4,9%
De 100-1000 ha	420.719	32%	27.380	15%
De 1000-2500 ha	34.338	15%	5.181	15%
De 2500-10.000 ha	14.415	18%	3.478	30%
Mais de 10.000 ha	2.450	15%	866	36%

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

De acordo com a natureza da unidade de produção agrária identificada pelo Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar no Brasil, Mato Grosso e Nova Olímpia possuem o maior número de estabelecimentos, entretanto, ocupam uma área inferior em relação a agricultura não familiar. Em Nova Olímpia, a agricultura não familiar corresponde a 91% da área ocupada e a agricultura familiar, somente 9%, como observa-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas pela agricultura familiar e agricultura não familiar no Brasil, Mato Grosso e Nova Olímpia, em 2017.

	Agricultura Familiar			Agricultura Não Familiar		
	<i>Nº</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>	<i>Nº</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>(%)</i>
Brasil	3.897.408	80.891.084	23%	1.175.916	270.398.732	77%
Mato Grosso	81.635	5.131.104	9%	37.044	49.791.746	91%
Nova Olímpia	319	11.964	9%	132	124.114	91%

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

O PIB *per capita* de Nova Olímpia, em 2017, foi de R\$ 35.054,39, sendo o 53º PIB mais alto de Mato Grosso, em comparação com 141 municípios. Em relação ao rendimento mensal *per capita*, 40,8% da população tem rendimento de até ½ salário mínimo, estando entre os 30 municípios com rendimento mais baixo do estado (IBGE, 2017b).

Em 2017, 4.546 pessoas estavam ocupadas em alguma atividade de trabalho, sendo que, segundo o Censo Agropecuário, 1.866 pessoas estavam empregadas em estabelecimentos agropecuários no município. Desse grupo, 51% dos(as) trabalhadores(os) estavam empregados em estabelecimentos de agricultura não familiar, e 49% na agricultura familiar. Em relação ao gênero, 32% das empregadas são mulheres e 68% são homens. Na agricultura não familiar são 23% de trabalhadoras mulheres e na agricultura familiar são 40% de mulheres, demonstrando que a agricultura familiar ocupa mais mulheres em suas atividades em Nova Olímpia (IBGE, 2017a).

5.3 PERCURSO METODOLÓGICO

5.3.1 Revisão bibliográfica

Como parte importante do processo de aproximação do objeto e do campo de pesquisa foi realizada uma revisão integrativa da literatura científica sobre as condições de trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras rurais, no período de 2010 a 2020. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) - Saúde Pública, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e PubMed, utilizando os descritores em inglês: *working conditions, rural health, agricultural workers' diseases, rural workers, rural women, e women, working*. Ao total 43 estudos, 11 nacionais e 32 internacionais, foram analisados. Os resultados e análise foram organizados em artigo científico, submetido para avaliação e publicação em periódico da área. O artigo encontra-se no Apêndice A.

5.3.2 Trabalho de campo

As participantes do estudo são trabalhadoras do campo do município de Nova Olímpia. No município há trabalhadoras do campo assalariadas, que atuam, principalmente, nas atividades relacionadas à produção e transformação agroindustrial da cana-de-açúcar, bem como trabalhadoras do campo assentadas e de comunidades tradicionais, sendo estes grupos em

maior número. A proposta inicial do estudo era trabalhar com trabalhadoras do campo dos três segmentos, por meio de entrevistas em grupo, entrevistas individuais e observação participante.

Na perspectiva ergológica a prática de dialogar em grupo com as(os) trabalhadoras(es) sobre suas atividades de trabalho, é conhecida como “encontros sobre o trabalho” (do francês, *reencontre du travail*). Os encontros sobre o trabalho possibilitam o acionamento do DD3P, uma vez que nesses encontros são confrontados os conhecimentos disciplinares com os conhecimentos da experiência, mediados com o do terceiro polo (exigências éticas e epistemológicas) que permite o diálogo das duas formas de conhecimento “garantindo primeiro a escuta mútua e, em seguida, a produção de novos conhecimentos críticos capazes de fornecer essas reservas de alternativas” (DURRIVE, 2014, p.196). Os encontros também são extremamente fecundos pois permitem a apreensão de conhecimentos sobre as atividades do ponto de vista do outro, que trazem consigo percepções, crenças e valores envolvidos na atividade (DURRIVE, 2014).

A entrevista individual é uma técnica de pesquisa baseada no diálogo entre interlocutores (que inclui necessariamente a(o) pesquisadora e um ou mais participantes do estudo), no processo de construção de informações e conhecimentos pertinentes ao objeto em estudo. Tal técnica de pesquisa proporciona a reflexão, contribuição e representação dos sujeitos sobre a realidade que vivenciam. A entrevista também deve ser considerada uma relação social entre a(o) pesquisador(a) e entrevistada(o), na qual estará permeada, em menor ou maior grau, pelas demais dinâmicas e relações sociais como um todo (MINAYO, 2010).

Já a observação participante é uma técnica de pesquisa na qual busca-se compreender algumas dimensões do objeto de estudo por meio da observação de situações, atividades e da interação social (LAPASSADE, 2005). Também é uma técnica importante a ser usada em conjunto com a entrevista, pois auxilia a compreender melhor o contexto de produção da fala dos sujeitos e complementa informações (MINAYO, 2010).

Devido a pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, as medidas sanitárias e o distanciamento social que foram adotados para contenção da doença, o trabalho de campo que estava programado para o período de junho e julho de 2020, não pôde ser realizado. Em novembro de 2020, com a queda no número de casos de COVID-19, programou-se o trabalho de campo para março de 2021. Contudo, neste período estávamos em meio a um aumento de casos da doença e a vacinação da população pouco avançava, impossibilitando novamente o campo. Sendo assim, considerou-se a possibilidade da realização de entrevistas por meio virtual, através de videochamada. Depois de diversas tentativas de viabilizar as entrevistas de

forma virtual, não foi possível a realização, pois as participantes possuíam dificuldades ao acesso à internet em suas residências, pelo baixo sinal da rede em áreas rurais, e o deslocamento das participantes para outros locais com internet mostrou-se inviável.

Dessa forma, continuou-se com o acompanhamento da situação epidemiológica da pandemia no estado de Mato Grosso e em Nova Olímpia, para avaliar o melhor momento para a realização do trabalho de campo de forma presencial, respeitando as normas sanitárias e minimizando os riscos da doença. Em outubro de 2021, quando a imunização completa da população do estado e de Nova Olímpia avançava, bem como os casos de COVID-19 estavam em queda, avaliou-se como possível a realização do trabalho de campo com entrevistas individuais, seguindo as medidas sanitárias recomendadas (BRASIL, 2020). Os encontros sobre o trabalho, por serem entrevistas em grupo, não foram realizados.

As trabalhadoras do campo entrevistadas foram selecionadas em conjunto com uma trabalhadora, representante do grupo de organização das mulheres “Sonho do Campo” do assentamento Riozinho e do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais. Considerou-se a estratégia “bola de neve” (*snowball sampling*), na qual a participante inicial, indica outras mulheres para participar da pesquisa, e assim sucessivamente. O uso da técnica “bola de neve” é recomendado para pesquisas sociais, de amostragem não probabilística, na qual a população em estudo é pequena e de difícil acesso (BIERNACKI; WALDORF, 1981; PENROD *et al.*, 2003). Os critérios de inclusão na pesquisa admitiram qualquer trabalhadora do campo do município de Nova Olímpia, maior de 18 anos, que fosse capaz de fornecer informações, não havendo critério de exclusão relacionado à alfabetização das participantes.

Deste modo, foram realizadas doze entrevistas, sendo onze com mulheres assentadas e de comunidades tradicionais e uma entrevista com uma trabalhadora assalariada da usina sucroalcooleira, durante o período de 07 e 08 de outubro e 07 de novembro de 2021. A quantidade de entrevistas realizadas, principalmente em relação às trabalhadoras assalariadas, foi resultante do adiamento e redução do período de trabalho de campo devido a pandemia, somados ao difícil acesso a essas trabalhadoras dentro e fora do local de trabalho. A trabalhadora assalariada entrevistada fazia parte da gestão do sindicato, facilitando o contato e disposição para participação da pesquisa.

As entrevistas foram semiestruturadas, orientadas por roteiros específicos para as mulheres dos assentamentos e comunidades e a trabalhadora assalariada (Apêndices B e C). A observação foi realizada somente no cotidiano dos assentamentos, em razão da dificuldade do acesso ao local de trabalho da trabalhadora assalariada na usina. A observação foi orientada por

um roteiro de campo (Apêndice D) e sistematizada em um diário de campo que reuniu as observações, percepções, sentimentos e *insights* da pesquisadora durante o percurso da pesquisa.

Com inspiração na Marcha das Margaridas, ação estratégica de luta e mobilização das mulheres do campo, floresta e das águas, que em seu nome carrega uma homenagem a Margarida Alves – trabalhadora rural nordestina, que por 12 anos ocupou a presidência do Sindicato dos(a) Trabalhadores(as) Rurais de Alagoa Grande - Paraíba e foi assassinada em 1983, na porta de sua casa (AGUIAR, 2016) –, nesse trabalho as mulheres entrevistadas são nomeadas por nomes de flores, com intuito de preservar suas identidades. No próximo capítulo encontra-se a descrição das características gerais das participantes (Quadro 1), que serão discutidas ao longo do texto.

5.3.3 Perspectiva analítica

A análise dos dados produzidos foi conduzida à luz da abordagem ergológica, que aciona necessariamente o dispositivo dinâmico de três polos para compreender a atividade humana. Sendo assim, o conhecimento foi produzido a partir da articulação entre o polo dos conceitos, o polo das experiências da atividade e renormatizações, e o polo da ética, do “desconforto intelectual” frente aos saberes investidos na atividade (SCHWARTZ, 2000).

A análise temática foi utilizada para tratar o material produzido a partir das técnicas de pesquisa utilizadas. Esta análise consiste em buscar os núcleos de sentido de uma comunicação, sendo assim, o interesse da análise não está simplesmente na descrição do conteúdo da mensagem, mas sim nos saberes, nos significados contidos no conteúdo (MINAYO, 2010).

A análise foi realizada em 3 fases: pré-análise; a exploração dos dados; o tratamento dos resultados e a interpretação. A fase da pré-análise corresponde a etapa de organização que incluiu a elaboração dos objetivos e das hipóteses, a seleção do material a ser analisado, a elaboração dos indicadores ou categorias e a preparação do material (MINAYO, 2010).

Na fase de exploração do material, iniciou-se a análise propriamente dita. Foram realizados o tratamento descritivo e a decomposição das entrevistas e diário de campo, para a identificação das categorias e principais características do *corpus* (MINAYO, 2010). Trabalhar com categorias “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger” aspectos característicos e comuns, que possuem uma relação entre si

(GOMES, 2002, p.70). Na última fase, foi realizada uma síntese e seleção dos principais resultados que possibilitaram a interpretação (MINAYO, 2010)

A partir do referencial teórico-metodológico, objetivos e pressuposto, foram definidas as seguintes categorias analíticas: “trabalho/atividade rural e renormatizações”; “relações interseccionais de gênero, classe, raça e trabalho”; “agronegócio e processo saúde-doença-trabalho”; “resistências e enfrentamento aos problemas de saúde”. Utilizou-se o *software* de análise de dados qualitativos MAXQDA (VERBI SOFTWARE, 2019) para identificação das categorias, organização e análise do material produzido.

5.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), por meio do parecer consubstanciado nº 3.992.564 de 27 de abril de 2020 (Anexo A). Toda pesquisa foi realizada respeitando os preceitos éticos contidos na Resolução nº 466 de 2012 (BRASIL, 2013a) e Resolução nº 510 de 2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam, respectivamente, as normas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos e as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

Às participantes envolvidas na pesquisa foram repassadas todas as informações da mesma (instituição e pesquisadoras promotoras, objetivos, justificativa, etc.), os riscos e possíveis danos e desconfortos que poderiam sentir durante as entrevistas, bem como foi assegurado o sigilo e confidencialidade de suas informações pessoais e o direito de desistir a qualquer momento. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice E) foi aplicado individualmente, em local que garantisse a privacidade, e foi lido pela pesquisadora, procurando dirimir todas as dúvidas. As participantes foram orientadas a assinar o TCLE, apresentado em duas vias.

6 CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E VULNERABILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE TRABALHADORAS DO CAMPO EM NOVA OLÍMPIA-MT

6.1 TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO

Os caminhos trilhados pelas trabalhadoras rurais de Nova Olímpia são múltiplos, e se inter cruzam nas atividades de trabalho realizadas na área rural e urbana ao longo de suas vidas, e no sentimento de ter seu próprio “pedacinho de chão” – como mencionado por Melissa ao referir-se a seu sítio – para poder viver e tirar dele o sustento de sua família.

As trabalhadoras entrevistadas, em sua maioria, possuem de 40 a 60 anos de idade e são casadas. Ademais, duas mulheres são viúvas, uma divorciada e uma solteira. Todas as trabalhadoras possuem filhos(as) adultos(as), sendo que três mulheres, moram com ao menos um de seus filhos (Quadro 1). Como observado em outros estudos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; FROEHLICH *et al.*, 2011; SALLES; FERREIRA, 2019; SPANEVELLO *et al.*, 2011), a área rural visitada em Nova Olímpia segue o padrão das últimas décadas da permanência de casais mais velhos e o êxodo de jovens, principalmente solteiras(os), para áreas urbanas, em busca de outras oportunidades de trabalho e estudo.

Em relação a autodeclaração racial, sete trabalhadoras identificaram-se como pardas, uma como morena, uma como negra e três como brancas. De acordo com a discussão realizada por intelectuais e a militância negra brasileira, as pessoas de pele parda, morena ou preta são englobadas politicamente na categoria negros(as), considerando a similaridade de condições socioeconômicas compartilhadas por esses grupos, além da necessidade da construção de uma identidade racial em torno de uma categoria comum, em vistas a combater a fragmentação da identidade racial negra e o mito da “democracia racial” brasileira (GOMES, 2021). Sendo assim, a maioria das mulheres entrevistadas fazem parte da população negra.

Referente à escolaridade, a maior parte das mulheres possuem o ensino fundamental incompleto (7), seguido do ensino médio completo (3), fundamental completo (1) e médio incompleto (1). Somente uma trabalhadora possui o curso de magistério, realizado em conjunto com o ensino médio.

Entre as doze trabalhadoras entrevistadas, sete nasceram e viveram boa parte de suas vidas na área rural. Rosa nasceu no Paraná, veio com sua família para Mato Grosso em 1998, e há 19 anos, mora no assentamento Riozinho. Ela relata que sempre morou e trabalhou em sítio

Quadro 1 - Caracterização geral das trabalhadoras do campo participantes da pesquisa.

Nº	Participante	Idade	Autodeclaração racial	Cidade/estado de origem	Escolaridade	Estado civil	Filhos(as)	Local de moradia	Renda familiar	Religião	Observações
1	Acácia	85	parda	Rosário Oeste-MT	Fundamental incompleto	viúva	6	Assentamento Nova Conquista	Até 2 SM	Cristã	Aposentada pelo INSS
2	Açucena	61	branca	Tupi Paulista-SP	Fundamental completo	divorciada	1	Assentamento Riozinho	De 2 a 4 SM	Evangélica	—————
3	Caliandra	56	parda	Acorizal-MT	Fundamental incompleto	casada	3	Área urbana – Nova Olímpia	Até 2 SM	Evangélica	Trabalhadora da usina de açúcar e etanol
4	Camélia	55	parda	Rio Pardo-MG	Médio incompleto	casada	3	Assentamento Riozinho	Até 2 SM	Evangélica	—————
5	Hortênci	68	branca	Mariópolis-SP	Médio completo - Magistério	viúva	6	Comunidade Paulista	De 2 a 4 SM	Católica	Além de trabalhar no campo, é professora aposentada pelo município
6	Jasmim	53	parda	Diamantino-MT	Médio completo	casada	3	Assentamento Nova Conquista	Até 2 SM	Evangélica	—————
7	Margarida	58	morena	Coxim-MS	Fundamental incompleto	solteira	6	Assentamento Nova Conquista	Até 2 SM	Evangélica	—————
8	Macela	50	parda	Nova Olímpia-MT	Fundamental incompleto	casada	3	Assentamento Riozinho	Até 2 SM	Católica	—————
9	Melissa	63	negra	Mato Grosso do Sul	Fundamental incompleto	casada	3	Assentamento Riozinho	De 2 a 4 SM	Evangélica	Aposentada pelo INSS como trabalhadora rural

Nº	Participante	Idade	Autodeclaração racial	Cidade/estado de origem	Escolaridade	Estado civil	Filhos(as)	Local de moradia	Renda familiar	Religião	Observações
10	Petúnia	63	branca	Cacique Doblê-RS	Fundamental incompleto	casada	3	Assentamento Riozinho	Até 2 SM	Católica	Aposentada pelo INSS como trabalhadora rural
11	Rosa	55	parda	Paranavaí-PR	Médio completo	casada	2	Assentamento Riozinho	Até 2 SM	Católica	Além de trabalhar no campo, é Agente Comunitária de Saúde
12	Violeta	41	parda	Alagoas	Fundamental incompleto	casada	2	Assentamento Usiel Pereira	Até 2 SM	Evangélica	_____

Fonte: elaborada pela autora, 2022; Legenda: SM – salário-mínimo;

e que não gosta de viver na cidade: “Essa região...é porque a gente sempre morou em sítio. Aí, meu velho tinha saído da fazenda. E aí, eu não quis morar em cidade, nós fomos para a cidade, eu fiquei agoniada, não queria cidade” (Rosa, 2021). Atualmente, além de trabalhar nas atividades produtivas do sítio, Rosa é agente comunitária de saúde do Assentamento Riozinho.

Assim como Rosa, outras sete participantes do estudo migraram de outros estados (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Alagoas) para Mato Grosso, entre os anos de 1966 e meados dos anos 2000 (Apêndice E). Somente quatro entrevistadas nasceram em municípios do estado de Mato Grosso. Esse movimento de migração acompanha de forma mais ampla o processo de colonização estratégica de ocupação e exploração dos ditos “espaços vazios” do estado de Mato Grosso, iniciada na década de 1940 com a Marcha para o Oeste, no governo Vargas, e impulsionada fortemente a partir dos anos de 1970, nos governos da ditadura civil militar (BARROZO, 2008).

Esses projetos de colonização, se por um lado tinham por objetivos oficiais a ocupação do “vazio demográfico” no Centro-Oeste e Amazônia Meridional, a integração do território e produção ao sistema econômico-político nacional e internacional, por outro lado tinha também por objetivo oficial “resolver” os problemas agrários das regiões Nordeste e Sul, com a migração de milhares de famílias para projetos de colonização privadas e públicas (em assentamentos da Reforma Agrária, organizados pelos INCRA e órgãos estaduais) (BARROZO, 2008).

Entretanto, neste período, em poucos anos, por meio de incentivos fiscais, preços baixos e créditos fartos dos governos, as empresas de colonização privada se apropriaram de milhões de hectares de terras devolutas do Estado, expropriaram diversas populações indígenas em Mato Grosso, fortalecendo a concentração de terras e latifúndios no estado (BARROZO, 2008). Para as(os) sem-terra e pequenas(os) e pobres agricultoras(es), as políticas de assentamentos e incentivos a agricultura familiar e Reforma Agrária foram residuais e deram pouca resolutividade aos problemas agrários do próprio estado e demais regiões.

Algumas trabalhadoras rurais entrevistadas, como Melissa e Petúnia, ao chegarem em Mato Grosso trabalharam por anos em fazendas de terceiros até conseguirem uma renda para poderem comprar sua terra ou serem contempladas pelas políticas de assentamento do INCRA. Melissa morava no Mato Grosso do Sul, quando em meados da década de 1970, seus pais e sogros ouviram falar que Barra do Bugres, na época município na qual o distrito de Nova Olímpia pertencia, era uma região boa para trabalhar. Decidiram então mudar-se com a família para a região. Em Barra do Bugres, moraram e trabalharam por 25 anos em uma grande fazenda

que pertencia à família de um deputado estadual. Melissa cuidava da fazenda e desenvolvia diversas atividades, recebendo por trabalho realizado, a empreitada:

Cuidava, só que não era assim assalariado. Aí nós plantávamos roça, aí nós pagamos a eles a renda da lavoura que nós colhíamos. Depois nós fizemos a empreitada. Fazia meio mundo de pasto para roçar, para matar babaçu, para formar e formamos 105 alqueires de terra deles aqui do lado. Aí de lá nós viemos para aqui e estamos aqui (Melissa, 2021).

Durante toda sua vida, Melissa trabalhou no campo, recebendo pagamento de acordo com sua produtividade, e ressalta que somente no período atual ela e seu marido são assalariados, pois recebem aposentadoria do INSS como trabalhadores rurais.

Trabalhamos com lavoura em Mato Grosso do Sul. Aí viemos para essa fazenda que é do Hitler Sansão e trabalhamos lá. Nunca fomos assalariados. Nós somos assalariados hoje. Mas em fazenda nenhuma nós fomos assalariados. Nós trabalhávamos assim de empreita. Aquilo que a gente fizesse a gente recebia, se não fizesse... (Melissa, 2021).

No Brasil, a informalidade sempre foi uma prática presente no trabalho rural. Tal cenário é influenciado pela característica sazonal de atividades agrícolas (que varia de acordo com o período de plantio, manutenção e colheita das culturas agrícolas), pela demanda de atividades específicas como construção de cerca, limpeza de pasto, entre outras, bem como pela longa tradição histórica do trabalho no campo ligado ao trabalho escravo e ao trabalho precário no Brasil (FIRMIANO, 2018).

As(os) trabalhadoras(es) rurais, historicamente, possuíam menos direitos garantidos na legislação, em relação ao trabalhador(a) urbano(a). Somente a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, tais trabalhadoras(es) obtiveram uma legislação específica com a iniciativa de equipar aos direitos das(os) trabalhadoras(es) urbanas(os). Com a Lei nº 5889/1973, o Estatuto foi revogado, buscando uma extensão mais efetiva da legislação das(os) trabalhadoras(es) urbanas(as) aos rurais. A partir da Constituição Federal de 1988, as(os) trabalhadoras(es) rurais alcançaram os mesmos direitos dos urbanos (carteira assinada, férias remuneradas, seguro-desemprego, etc.), sendo as questões trabalhistas regulamentadas pela Justiça do Trabalho. A atividade de empreitada por contrato, na qual o(a) “empreiteiro(a)” é contratado para realizar atividade específica e possui autonomia sobre seu trabalho, assim como a parceria rural e o arrendamento, atualmente, são regidos pelo Código Civil (OLIVEIRA; PINHO, 2019; PAIDA, 2012).

Em 2002, Melissa e seu marido saíram da fazenda e conseguiram um lote no assentamento Riozinho. Petúnia nasceu no estado do Rio Grande do Sul, e morou por alguns anos em Santa Catarina e no Paraná. Mudou-se com o seu marido, em 1966, para Mato Grosso na região do distrito de Nova Olímpia. No distrito, trabalhou e morou por 6 anos em fazendas de terceiros com sua família. Após sair da fazenda, morou na cidade e começou a trabalhar como autônoma na produção de pães, biscoitos, queijos, bolachas e macarrão, que eram vendidos na feira da cidade e por encomendas. Morou na cidade até 2009, e depois mudou-se para o assentamento Riozinho.

De forma semelhante a Petúnia, outras seis participantes da pesquisa, durante suas trajetórias de vida trabalharam em áreas urbanas antes de mudar-se para o sítio, ou alternaram momentos em que trabalhavam em atividades rurais e momentos que trabalharam na área de serviços domésticos, de educação ou de saúde.

Violeta nasceu no estado de Alagoas, e ainda criança veio com seu pai para Mato Grosso. Aos 15 anos, em Nova Olímpia, Violeta casou-se e teve seus dois filhos. Com 18 anos, ela e sua família mudaram-se para o assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangará da Serra, e permaneceram morando e trabalhando na roça por 12 anos. Por problemas de saúde do filho mais novo, venderam o sítio e foram para a cidade de Tangará da Serra, para facilitar o tratamento médico. Durante esse período, Violeta trabalhou como operária no frigorífico da região e como cozinheira em um restaurante da cidade. Após 2 anos, conseguiu retornar para a área rural no assentamento Usiel Pereira, em Nova Olímpia, onde está com sua família há 7 anos.

Margarida morava no Mato Grosso do Sul e mudou-se para Tangará da Serra, no Mato Grosso, há trinta anos. Seus filhos eram pequenos e havia acabado de separar-se do marido. Margarida desde criança trabalhou na roça com seus pais, mas quando chegou em Tangará da Serra trabalhou de doméstica em casas de famílias para poder criar seus filhos. Quando seus filhos cresceram, ela foi em busca de seu sonho de voltar para a área rural e ter seu pedaço de terra. Margarida, relata esse processo de luta, até chegar no assentamento Nova Conquista em Nova Olímpia, no ano de 2012.

Depois que eles cresceram e todo mundo procurou suas vidas, eu vim procurar, porque eu tinha um sonho de ter um pedaço de terra [...] quando eu me vi sozinha, eu vim. Eu fiquei 12 anos acampada. O primeiro acampamento foi no Junqueira, aqui mesmo na região. Aí depois a gente foi para o Usiel, e do Usiel que nós viemos para cá (Margarida, 2021).

Jasmim, mato-grossense nascida na cidade de Diamantino, também trabalhou como doméstica e cozinheira em Tangará da Serra, antes de ficar acampada por 10 anos na região rural de Nova Olímpia e ser assentada no assentamento Nova Conquista. Sua mãe, Acácia, atualmente também mora no assentamento, depois de ficar anos em acampamentos. Acácia é mato-grossense e durante parte de sua vida, morou e trabalhou com seu marido e filhos em uma região de garimpo de ouro e diamante em Alto Paraguai, no Mato Grosso. Depois de alguns anos no garimpo, foram para a cidade de Diamantino e posteriormente para Tangará da Serra. Acácia relata as condições de vida e trabalho no garimpo para sua família, como a falta de escola e o trabalho duro e, posteriormente, o trabalho doméstico que desenvolveu em Diamantino até conseguir aposentar-se.

No garimpo a gente, assim, às vezes ia ajudar meu marido, não é? Aí os meninos foram crescendo, já foram ajudando ele, às vezes eu ia lavar um ouro, uma coisa para ajudar. Mas aí ele já foi ficando assim de idade. Ele já era de idade e doente e as crianças sem estudar porque na Merengueira não tinha escola, assim, direito para as crianças, minha filha, a mais velha, teve que vir para Diamantino para estudar e trabalhar e eu fiquei lá no garimpo com o meu marido e os meninos pequenos. Aí ‘demos’ debandada de lá para Diamantino e de lá foi todo mundo esparramando, procurando meio para estudar, mas como os meninos deu para trabalhar em serviço grosseiro, a situação precisava logo e ninguém quis quase estudar (...) E eu em serviço grosso mesmo. Lavei muita roupa. Trabalhei diária em casa de família, nos hotéis, nas pensões, nos restaurantes, nas coisas...Até que deu para eu me aposentar bem (Acácia, 2021).

As atividades garimpeiras fazem parte historicamente da formação e exploração do território de Mato Grosso. A bacia do Alto Paraguai compõe uma das regiões de produção garimpeira em Mato Grosso e sua exploração pode ser descrita em ciclos, tendo início no século XVIII com a mineração de ouro. O ciclo mais recente iniciou-se no final da década de 1930, no Garimpo do Gatinho (BARROZO, 2017). A vida no garimpo tem uma faceta dura, na qual as condições trabalho e saúde, em geral, são de baixa qualidade, com poucos direitos sociais e trabalhistas (MARTA, 2000).

Assim como Acácia relata, Barrozo (2017) descreve a falta de escolas e outras oportunidades na região dos garimpos em Alto Paraguai, além do papel da mulher na geração de renda para a família em serviços domésticos e autônomos, em momentos que o marido não conseguia nenhuma renda com o garimpo. Para Marta (2000), “de forma geral, o garimpo tem gerado ciclos de pobreza e desolação, com poucos e inexpressivos resultados, como se constata na maioria das cidades onde essa atividade foi implementada” (p. 67)

Quando o marido falecera e já estava aposentada, Acácia e dois de seus filhos mudaram-se para um acampamento na área rural de Nova Olímpia, em busca de um pedaço de terra. Durante alguns anos ficou migrando entre acampamentos na região, até que em 2012, o assentamento Nova Conquista foi criado, podendo mudar-se em definitivo para a terra.

Caliandra trabalhou em serviços domésticos e de cuidado para terceiros, do mesmo modo que Margarida, Acácia e Jasmim. Caliandra nasceu na área rural do município Acorizal (MT), trabalhou com seus pais no sítio e quando se mudou para áreas urbanas, trabalhou de cuidadora de crianças (babá) e de doméstica. Atualmente, reside há 30 anos na cidade de Nova Olímpia, trabalhando há mais de 20 anos na usina de açúcar e álcool. Na usina, trabalhou mais de dez anos diretamente com o plantio e corte de cana nos canaviais: “Eu trabalhei mais de 10 anos, cortando cana, carpindo, limpando as canas. O plantio também as mulheres iam, que era pra picar a cana colocar assim no sulco” (Caliandra, 2021).

Nessa época, Caliandra relata que suas condições de trabalho eram desgastantes, principalmente, pela natureza do trabalho pesado na lavoura de cana. O regime de trabalho praticado era de 5 dias corridos, com 1 dia de folga. Ela não tinha horário fixo de entrada, mas a partir das 4:30 horas da manhã, Caliandra estava no ponto de ônibus esperando a condução da empresa, chegando na usina entre as 6:00 e 6:30 horas da manhã e voltando no final da tarde, início da noite. O ônibus levava as(os) trabalhadoras(es) pela manhã para o campo de cana-de-açúcar, após tomarem café da manhã, e voltava somente no final da tarde. As(os) trabalhadoras(es) eram responsáveis por levar seu almoço para o trabalho (prática histórica das e dos trabalhadores conhecidos como “boia-fria”), mas recebiam um auxílio da empresa através de vale-alimentação.

Em conjunto com o salário, as(os) trabalhadoras(es) recebiam por metas de produção cumpridas no processo de plantio e corte de cana-de-açúcar, bem como pelas horas-extras e feriados. Segundo Caliandra, ela recebia uma remuneração um pouco melhor quando trabalhava na roça de cana, do que atualmente que trabalha no setor de produção de mudas da usina. Entretanto, o mecanismo de metas por produtividade, em alguns casos, induz a(o) trabalhador(a) a investir, por exemplo, um esforço físico além da capacidade suportada, na perspectiva de aumentar o rendimento de seu salário, podendo gerar diversos danos e agravos à saúde. Sobre essa questão, Caliandra nos conta:

Claro, porque você trabalhar na produção não é igual a você fazer devagarinho, porque se você não fizer, você não ganha, não é? Se a gente não trabalhar muito na produção, a gente não ganha (Caliandra, 2021).

As relações de poder interseccionais de gênero e classe também estavam presentes no âmbito do trabalho de plantio e corte de cana, pois mesmo as mulheres desenvolvendo a mesma atividade dos homens, a remuneração não era igual: os homens ganhavam mais que as mulheres. Caliandra (2021) relata, “As mulheres faziam a mesma atividade. Só não ganhava igual a eles [...] porque o homem nunca ganha igual a mulher, sempre ganha mais. Essa discriminação”.

Além do mais, por ser um trabalho exaustivo e que exige um grande esforço físico, como o corte da cana-de-açúcar manual (com o uso do facão), Caliandra relata que muitas mulheres desmaiavam durante o trabalho e que ela passava mal, principalmente, pela exposição constante ao sol. Segundo a entrevistada, “Muitas desmaiavam. Eu, graças a Deus, nunca desmaiei lá. Mas passava mal, eu passava, por causa do sol.... porque têm pessoas que o organismo não é igual, né. Tem uns que é mais fraco, outros que são mais fortes” (Caliandra, 2021).

Por tais condições de trabalho desgastante e alta demanda física, diversas mulheres não continuaram nesse trabalho por muito tempo, Caliandra relata que era preciso ter persistência para continuar. Para ela, sair do trabalho não era uma opção. Na época, estava separada do ex-marido e com a responsabilidade de criar seus filhos e bancá-los financeiramente sozinha, assim como todas as despesas da casa. Apesar das dificuldades enfrentadas no trabalho, o salário era melhor do que ela ganharia se trabalhasse de doméstica, sua principal opção de trabalho fora dali. O que demonstra a repercussão da desvalorização social e monetária das atividades de reprodução social na sociedade, que historicamente no Brasil e nas Américas, pelo passado escravocrata e colonialista, estão ligadas, sobretudo, à atividade de mulheres negras (DAVIS, 2019).

Umam foram mandadas embora, outras pediram. Eu tive que aguentar porque eu não tinha outra condição. Não tive outro meio de sobreviver, eu tive que aguentar. Eu tinha meus filhos para criar, eram de menor. [...] Era precisão, não é? Porque se eu fosse trabalhar de empregada doméstica eu não ganhava o que eu ganhava lá (Caliandra, 2021).

Outro mecanismo importante que contribuiu para Caliandra persistir no trabalho no plantio e corte da cana foi o companheirismo de suas(seus) colegas de trabalho. As(os) trabalhadoras(es) impulsionaram e animavam suas(seus) companheiras(os) caso fosse necessário, criando um espaço solidário e acolhedor entre as(os) trabalhadoras(es).

Além de Caliandra, mais de cem mulheres chegaram a trabalhar no plantio e corte de cana na usina em Nova Olímpia, entretanto nos últimos anos as mulheres foram demitidas ou

remanejadas para outros setores, e a usina parou de contratar mulheres para esse trabalho. Para realizar tais mudanças, a usina alegou que o trabalho das mulheres era menos produtivo em relação ao trabalho dos homens, contudo para Caliandra, essa alegação é inverdade e caracteriza discriminação com o trabalho da mulher. Segundo a trabalhadora, “Ah, eles alegam que as mulheres não produzem igual aos homens assim, mas tem mulher que trabalha mais que homem. Era uma desculpa. Mas é mais uma discriminação mesmo, mas foi de uma outra gerência que teve aí” (Caliandra, 2021).

Essa situação demonstra como setores da economia capitalista, por vezes, utilizam e reproduzem argumentos e práticas pautados nos sistemas de poder (no caso, o patriarcado) e nas relações interseccionais de poder de classe, gênero e raça, para conduzir suas políticas de emprego e salários, discriminando e marginalizando determinados grupos sociais, como as mulheres, negras e negros, pessoas deficientes, a população LGBTQIAPN+, entre outros (COLLINS; BILGE, 2021).

Após trabalhar por mais de 10 anos no processo de plantio e corte de cana-de-açúcar, Caliandra foi remanejada para a atividade de limpeza da cantina e dos alojamentos dos trabalhadores que vinham de outras cidades e estados, na qual permaneceu por 2 anos. Atualmente, Caliandra está trabalhando no setor de produção de mudas de árvores, que são utilizadas em áreas de reflorestamento da usina e doadas para escolas, prefeituras da região e organizações não-governamentais.

No setor de mudas da usina, trabalham 5 pessoas, sendo 2 mulheres e 3 homens, que desenvolvem todas as atividades relacionadas à produção de mudas (encher os sacos de terra, colocar sementes, fazer o manejo das mudas já produzidas, etc.). São produzidas de 6000 a 7000 mudas de árvores por ano. A diferença entre o trabalho das mulheres e dos homens no setor está relacionado à limpeza do banheiro, na qual são as mulheres que realizam. Decorrente de suas experiências na usina e a desvalorização histórica do trabalho da mulher, Caliandra acredita que a desigualdade salarial entre os homens e mulheres do mesmo setor permanece. “Os homens eu acho que ganham mais que a gente mesmo. É porque toda a vida eles trabalham e ganham mais, não é?” (Caliandra, 2021).

Ademais, as entrevistadas Hortência e Açucena nasceram no estado de São Paulo e além de trabalharem no campo, atuaram como professora e técnica de enfermagem, respectivamente, ao longo de suas vidas. A família de Hortência é de Mariápolis (SP), mas por alguns anos moraram no Mato Grosso do Sul, em uma fazenda perto de Três Lagoas. Em 1973, Hortência e sua família mudaram-se para Nova Olímpia, pois sua mãe havia trocado a terra que moravam

no Mato Grosso do Sul, por outra na área rural de Nova Olímpia. Hortência recebeu um pedaço de terra de sua mãe que dividiu entre os filhos, porém antes de fixar-se na região, Hortência se casou e foi morar em Minas Gerais com seu marido. Em Minas Gerais, trabalhou como inspetora de alunos e quando voltou para Nova Olímpia com suas filhas, após separar-se do marido, trabalhou no campo e como professora na escola rural da região.

Ah, trabalhei na roça, quando eu estava com as minhas meninas pequena que eu vim, trabalhei na roça. Lá em Minas eu trabalhava na escola, trabalhei como inspetora de aluno, como servente, trabalhei lá também. Aí depois eu vim pra cá... eu trabalhava na roça, ganhava o salário da escola e ajudava meus irmãos, trabalhava pra eles. É, carpindo, plantando capim, plantando arroz e colhendo arroz. O nosso trabalho era esse... (Hortência, 2021).

Por sua vez, Açucena nasceu em Tupi Paulista (SP), e morou e trabalhou parte de sua vida na cidade de São Paulo. Mudou-se para Nova Olímpia em 1987, quando seu irmão, que era caminhoneiro, passou pela região e conheceu a cidade que estava em início de expansão com a instalação da usina de cana-de-açúcar. Açucena relata que estava cansada violência dos grandes centros urbanos e queria morar em uma cidade menor. Em Nova Olímpia, ela trabalhou como técnica de enfermagem em uma unidade básica de saúde e casou-se com um trabalhador rural, na época cortador de cana. Açucena nunca tinha trabalhado ou morado no campo, mas após conhecer e convencer-se pelo movimento da Reforma Agrária decidiu mudar-se, em 1997, para o assentamento e trabalhar com a agricultura familiar.

Apesar das diferenças e singularidades, as trajetórias de vida e trabalho das participantes do estudo trazem elementos importantes que compõem o cenário onde essas mulheres estão inseridas, como o desenvolvimento agrícola mato-grossense e brasileiro voltado para a grande propriedade de monocultura e exportação; a luta pela terra por pequenas(os) agricultores(as) e camponeses(as); a inserção de trabalhadoras(es) em trabalhos precários e desgastante, como em áreas de garimpos, em trabalhos informais em fazendas, no plantio e corte manual da cana-de-açúcar, e em atividades domésticas e de cuidado, dentre outros.

Através de algumas dessas trajetórias é possível perceber o impacto do modelo de desenvolvimento do agronegócio na vida de famílias camponesas, tanto pela manutenção da concentração de terras no Brasil, desfavorecendo as(os) pequenas agricultoras(es), quanto pela manutenção de relações e condições de trabalho rural precárias, como nos garimpos e algumas fazendas. Além do mais, pelas relações interseccionais de poder de gênero, raça e classe, tais trajetórias refletem como as mulheres, principalmente as negras e mais pobres, em situações com poucas alternativas de trabalho, são absorvidas para as atividades de reprodução social,

como os serviços domésticos e de cuidado. Essas trajetórias também auxiliam na compreensão das condições de trabalho e saúde mais recentes relatadas pelas mulheres, que serão debatidas nos próximos tópicos e capítulos.

6.2 PROCESSO DE TRABALHO RURAL E RENORMATIZAÇÕES

O trabalho desenvolvido pelas mulheres de forma autônoma nos assentamentos e comunidades rurais em Nova Olímpia e de forma assalariada na usina sucroalcooleira reúne uma diversidade de atividades de produção e de reprodução social, como o cultivo e beneficiamento de produtos agrícolas, a criação de animais, a produção de mudas, a fabricação de artesanatos e as atividades de limpeza, domésticas e de cuidado. Tais atividades são permeadas constantemente pelo macro e micro do trabalho, isto é, pelas relações mais amplas históricas e sociais e pelas relações particulares e singulares da vida dessas trabalhadoras (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007a).

No contexto do trabalho feminino assalariado rural, identificou-se o desenvolvimento da atividade de produção de mudas, assim como o histórico do trabalho realizado no plantio e corte de cana-de-açúcar e de limpeza na usina sucroalcooleira, discutidos no tópico anterior. Como foi possível realizar somente uma entrevista com trabalhadoras do campo assalariadas, a produção de dados foi limitada, sendo assim, as discussões nesse tópico serão focalizadas no contexto das agricultoras familiares.

No que diz respeito ao processo de trabalho das mulheres nos assentamentos e comunidades rurais, no Quadro 2 encontra-se uma sistematização das atividades desenvolvidas, as principais condições de trabalho identificadas e as dificuldades encontradas pelas mulheres no desenvolvimento de seu trabalho.

De modo geral, nos assentamentos observou-se o predomínio de atividades produtivas de subsistência – para o consumo interno da família e venda local de parcela excedente da produção com o objetivo de obtenção de outros recursos necessários à manutenção e reprodução cotidiana da vida. O trabalho produtivo do sítio é realizado pelo núcleo familiar, ou seja, pelas mulheres entrevistadas em conjunto com seu companheiro ou com o auxílio de outros familiares (irmão, filho, etc.), como é característico na organização da agricultura familiar.

As principais culturas agrícolas produzidas são de frutas (maracujá, banana, melancia e pequi), verduras e legumes (mandioca, quiabo, jiló, maxixe e abóbora), produtos utilizados diretamente na alimentação cotidiana da população. Na maioria das propriedades visitadas, ao

menos um desses produtos é cultivado, seja para consumo próprio e comercialização em feiras, comércios da cidade ou entre os moradores dos assentamentos.

Quadro 2 - Síntese das principais atividades de trabalho desenvolvidas, as condições de trabalho e as dificuldades encontradas no trabalho pelas mulheres nos assentamentos e comunidades rurais de Nova Olímpia, MT.

Atividades desenvolvidas	Condições de trabalho
-Agricultura e pecuária de subsistência; -Produção em pequena escala de frutas, legumes e verduras para venda na feira da cidade;	-Alta demanda de esforço físico; -Longas jornadas de trabalho, principalmente na época de colheita; -Sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo; -Retorno financeiro baixo; -Exposição aos agrotóxicos;
- Produção de leite e queijo; -Fabricação de doces, pães e conservas; - Atividades domésticas, de limpeza e cuidado com a casa e a família;	Dificuldades encontradas - Falta de fontes de água disponíveis, impactadas pelo regime de chuvas; - Ausência de transporte para levar a produção para venda na feira da cidade; -Falta de recursos financeiros para melhorias no processo de trabalho; -Falta de incentivos públicos para a produção na agricultura familiar;

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Rosa, em seu sítio, cultiva quiabo, jiló, melancia, mandioca, algumas verduras e recentemente iniciou um plantio de café, além de produzir queijo com o leite de vacas leiteiras que cria. Com a produção de mandioca, além de vendê-la *in natura*, a trabalhadora produz farinha artesanal e comercializa para pequenos mercados do município. Todo o trabalho é realizado por ela e seu marido.

A entrevistada relata que está com uma produção diversificada, pois pretende retornar com a venda na feira livre da cidade, que foi interrompida pela baixa produção no sítio. Nesse período, estavam privilegiando entregar diretamente em pequenas quitandas da cidade, para padarias (no caso do queijo) ou dentro do assentamento.

Aqui eu planto jiló, eu tenho um plantio de jiló, tenho um plantio de quiabo, que eu trabalho na feira e aí, agora plantei mandioca, sempre trabalhei com plantio de mandioca, porque eu faço farinha também. Entrego farinha nos mercados [...] tornei a plantar mandioca de novo esse ano e tenho 3.500 pés de café também plantado na minha horta ali embaixo e dentro dela eu tô trabalhando com plantio de melancia, um pouco de mandioca, quiabo, plantando de tudo um pouco para 'mim' voltar para a feira, vender novamente (Rosa, 2021).

Para o plantio de café, iniciado no sítio de Rosa, o fornecimento das mudas e toda orientação técnica para o cultivo tem sido realizada pelos(as) trabalhadores(as) da empresa pública estadual, EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, das unidades de Barra do Bugres e Tangará da Serra. Diferente de outras agricultoras familiares do assentamento, como veremos mais adiante, Rosa e seu marido conseguiram um financiamento como pequenos produtores e construíram um sistema de irrigação ligado a uma represa de água do sítio, para irrigação artificial do café, compensando os dias de pouca chuva.

No sítio de Violeta, ela e sua família plantam e vendem mandioca e pequi, e estão se organizando para iniciar um plantio de maracujá. Sobre o processo de trabalho no plantio da mandioca, ela detalha a organização e divisão entre a família para a realização da atividade:

Eu adubo e jogo as ramas e cubro mais meu menino e passo veneno na rama da mandioca e quando nós vamos carpir é todo mundo junto. E na hora de colher também. Meu marido arranca mais meu menino, põe na carrinhola e, eu trago para cá, nós descascamos, nós embalamos, nós pesamos...Joga tudo numa sacola de 1kg. Nós descascamos 100, 150, 200 kg de mandioca por dia. Começamos com a mandioca de manhã, ou, senão nós arrancamos no outro dia, no final da tarde e quando é no outro dia, descasca a mandioca. Aí, todo mundo vai descascar a mandioca (Violeta, 2021).

Em sua fala, é nítida a importância de todos os membros da família na produção de mandioca, sendo que algumas atividades, como carpir, todos realizam, sem distinção de gênero. O plantio da mandioca, e de outras culturas, de modo geral, que não utilizam a irrigação artificial, é realizado no período que começa a estação chuvosa em Mato Grosso, geralmente em meados de setembro. No caso da mandioca, segundo Violeta, quatro meses após o plantio, eles começam a colheita e a organização para venda na feira e por encomenda. A mandioca é vendida descascada e fresca, em embalagens contendo 1 quilo, pois é possível vender a produção por um preço maior.

Assim como Violeta, Margarida e outras agricultoras também aproveitam o período de chuvas para iniciar o plantio na agricultura, pois no período da estiagem não é possível depender de um sistema de irrigação em diversos sítios da região. Margarida cultiva diversos alimentos (banana, quiabo, abóbora, mandioca, cará, maracujá) para venda dentro do assentamento e por encomenda direta da cidade, mas ressalta que desenvolve essa atividade somente no período chuvoso, pois seu sítio está em uma região mais seca, sem possibilidade de irrigação artificial.

E também, aqui para mim, o negócio das plantas, é só no tempo das águas, porque eu não tenho uma água, não tenho uma regação. Agora mesmo passei apurado, tem o

poço manual aí, mas quando chega nessa época, a água fica pouquinha... (Margarida, 2021).

Por terem diversos produtos agrícolas somente em algumas épocas do ano, principalmente por dependerem das chuvas para o plantio na agricultura, a estratégia de conservação do produto congelado, a fabricação de doces, compotas e de conservas em óleo são bastante utilizadas pelas trabalhadoras. Em seu sítio, Melissa utiliza diversas técnicas para conservar e vender por mais tempo os alimentos que produz.

Oh, o quiabo, a abóbora eu vendo, às vezes, esse não conserva, não é? Eu vendo eles cru. Eu faço muito doce, muito doce, inclusive eu até tenho ali uma ‘potada’ de doce para poder colocar nos vidros, porque quando tem uma lavoura assim, eu aproveito bastante a época da lavoura. Oh, milho, eu coloco bastante milho para congelar. Todo tempo eu tenho um milho congelado, eu congelo pequi, eu faço doce de caju para que eles possam ‘aturar’ de um ano para o outro. Chega o tempo de caju, eu tenho doce do ano passado ainda. E, assim, faço uma conserva de pimenta... (Melissa, 2021).

Além de possibilitar a conservação e o aproveitamento integral do alimento cultivado na agricultura, a fabricação de doces, compotas e conservas, geram um incremento no valor do produto, a partir do trabalho de transformação e beneficiamento realizado pelas mulheres.

A criação de animais (galinha, porco, gado bovino e vaca leiteira) também é desenvolvida por praticamente todas as mulheres entrevistadas, para consumo de subsistência ou para venda por encomenda direta. Não são criados, nos assentamentos, grandes rebanhos de gado bovino para corte, essa atividade é realizada nas grandes propriedades do agronegócio que ficam no entorno dos assentamentos. Petúnia e seu marido, vendem frangos e bezerras, e produzem queijo, que é vendido diretamente para um comprador da cidade, que busca o produto no sítio, periodicamente. Há três anos, eles realizavam a venda desses produtos na feira livre da cidade – atividade que desenvolveram por mais de 30 anos –, entretanto, pelo alto custo do transporte e a falta de incentivos por parte da prefeitura, Petúnia e seu companheiro pararam com a venda na feira.

Em seu sítio, Macela e seu marido criam vacas leiteiras e vendem leite para um laticínio da região. Eles realizam a ordenha das vacas no início da manhã e retiram, em média, 30 litros de leite por dia. O leite é armazenado em um resfriador e a cada 6 dias, o laticínio faz o recolhimento do produto no sítio. A venda do leite é o principal componente da renda de Macela, pois a falta chuvas nos últimos anos na região impossibilitou a permanência de alguns cultivos que eram realizados e a manutenção do pasto para o gado bovino.

Nós vendemos assim, só o leite mesmo. Só o leite. Antigamente, nós vendíamos abóbora, banana, essas coisas, mas agora não dá nada. Está tudo seco. Nós paramos e, os bichos agora comem tudo, porque não tem nada o que comer. Você planta, os bichos comem. Tá igual a manga, não sobra (Macela, 2021).

[...] Bezerro, mas tem pouco, não tem bastante, porque se ele vender as vacas de leite nós vamos comer o quê? Porque a nossa renda aqui é o leite, não é? Porque o nosso sustento aqui é o leite. E agora essa seca, do jeito que está seco, não tem pasto, não tem nada (Macela, 2021).

Outras trabalhadoras, como Hortência, Jasmim e Camélia também criam vacas leiteiras, retiram o leite, produzem queijo, e vendem tais produtos para os moradores do assentamento. Além do mais, Camélia cria e vende bezerros, frango e ovos caipiras.

Em relação à divisão do trabalho entre os membros da família, em geral, as mulheres relatam que não há uma divisão fixa das atividades na roça e na criação de animais. Algumas atividades como alimentar os animais, ordenha das vacas, irrigação dos cultivos, dentre outras, são realizadas com maior frequência pelas mulheres, como observado em algumas propriedades. Entretanto, as mulheres ressaltam a realização do trabalho em conjunto com seus companheiros e familiares.

Nós dois fazemos tudo. Colocar semente, todos os dois, nós dois juntos. Capinar, colher. Sempre juntos. Fazemos sempre juntos. Nós não dividimos função, não (Rosa, 2021).

Não. Tudo junto. O serviço que tiver que fazer, nós fazemos juntos. Se tem que fazer uma cerca nós vamos fazer, se tem que arrumar um curral nós vamos arrumar. É assim (Petúnia, 2021).

Em todas essas situações de trabalho vivenciadas pelas agricultoras familiares de Nova Olímpia, a própria atividade de trabalho e o conhecimento sobre ela adquirido e experienciado ao longo de suas vidas são renormatizados a cada novo trabalhar. Visto que, o trabalho dessas mulheres, enquanto uma atividade humana, está mergulhado em um mundo de normas antecedentes, que por sua vez são renormatizadas em uma trama constante de renegociações de normas e valores, permeadas pelas singularidades das trabalhadoras e por determinações históricas e sociais (SCHWARTZ, 2016).

Tais renegociações e renormatizações são importantes e essenciais, pois proporcionam individualmente e coletivamente às mulheres, “uma possibilidade de viver com saúde cada encontro com o momento presente, momento sempre misto de sedimentações históricas e de circunstâncias inéditas” (SCHWARTZ, 2016, p. 94). Em meio a essas constantes renormatizações há efetivamente o “uso de si” no trabalho, ou seja, o engajamento físico,

intelectual, histórico, cultural das trabalhadoras – o corpo-si – no gerenciamento entre as normas antecedentes e o trabalho realizado, no aqui e no agora (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b).

Ainda no processo de trabalho das mulheres, é possível identificar diversos saberes da experiência – os saberes investidos – que são mobilizados para a realização das atividades de trabalho (TRINQUET, 2010). Estes saberes estão relacionados, por exemplo, com o conhecimento da forma de lidar e tratar os animais que são criados; as melhores técnicas de plantar e manejar determinadas culturas agrícolas em seu sítio; o melhor período do ano para o plantar; o reconhecimento das condições climáticas e do solo da região; as formas de conservação e beneficiamento dos alimentos produzidos, dentre outros. Nas falas das trabalhadoras, estão presentes alguns desses elementos:

Eu divido o plantio de melancia que é sempre dia 6, lua minguante. Aí eu falei: essa semana eu vou me preparar mais para plantar minha melancia no dia próprio (Rosa, 2021).

Ela [*mandioca*] está crescendo devagar porque não está tão molhada a terra, não é? Mas só que já está nascendo bastante (Violeta, 2021).

Em meados de setembro nós plantamos ela [*mandioca*]. Daqui a 4 meses, mais ou menos, começa a colher. [...] Pelo que nós plantamos, até outubro, setembro do ano que vem vai ter bastante mandioca ainda (Violeta, 2021).

Agora está começando, começou a chover já...hoje mesmo eu plantei umas 50 covas de quiabo ou mais (Margarida, 2021).

Inclusive o pequi está aflorando e eu ainda tenho um tanto no freezer ainda [...] eu faço assim, eu faço um processo com ele, que ele não estraga. Eu dou um choque térmico nele. Faço, lavo, dou um choque térmico, empacoto e congelo. Fica fresquinho, parece que você colheu do pé e está comendo, de um ano para o outro (Melissa, 2021).

Esses saberes investidos, advindos da experiência profissional, social, familiar, cultural, isto é, da história singular de cada uma dessas mulheres, são essenciais para preencher e gerir a distância entre o trabalho prescrito, idealizado, e o trabalho real, sempre posto em uma situação única e histórica, com determinadas condições de trabalho (DURAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2007; TRINQUET, 2010). Sendo que, para a ergologia, a experiência única e singular do sujeito que trabalha está cravada no corpo-si - “ao mesmo tempo no corpo e na alma” –, que se encontra no centro da atividade de trabalho (TRINQUET, 2010).

6.2.1 Condições de trabalho e relações interseccionais de gênero, raça e classe

De acordo com Schwartz et al. (2007a), trabalhar é gerir. É gerir a distância entre o prescrito e o real; é gerir as variabilidades organizacionais, materiais, ambientais e humanas do meio, sendo que este é sempre infiel, ou seja, ele nunca pode ser totalmente antecipado. O conceito ‘infidelidades do meio’, na ergologia, tem base no pensamento e na categoria trabalhada por Canguilhem, referindo-se às infidelidades do meio vivo para se pensar a saúde. Para a abordagem ergológica, as infidelidades do meio podem se referir a ambientes técnicos, culturais, naturais, dentre outros (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007b).

As trabalhadoras do campo em Nova Olímpia, em suas atividades de trabalho, deparam-se constantemente com as variabilidades do meio e determinadas condições de trabalho, que engendram adaptações e renormatizações em suas atividades. A partir das situações de trabalho relatadas pelas trabalhadoras assentadas, algumas condições de trabalho foram observadas, como: alta demanda de esforço físico; longas jornadas de trabalho; sobrecarga de trabalho das atividades de produção do sítio com o trabalho doméstico; baixo retorno financeiro; e exposição aos agrotóxicos (Quadro 1).

A **alta demanda física** e as **longas jornadas de trabalho** são condições de trabalho notadamente reconhecidas nos estudos sobre o trabalho rural (LASTARRIA-CORNHIEL, 2008; MARTINS; FERREIRA, 2015; MENEGAT; FONTANA, 2010), e também estiveram presentes nos relatos das trabalhadoras do campo de Nova Olímpia. No sítio de Violeta, no “tempo da mandioca” – período de colheita, limpeza, embalagem e venda da mandioca –, a jornada e o ritmo de trabalho de sua família aumentam, para poderem sanar a alta demanda dos produtos.

Mas no tempo da mandioca, nós trabalhamos doído. É o dia todo e ainda tem que trabalhar um pouco à noite, não é fácil, não. Tem dia que tem trabalho o dia inteiro, quando nós descascamos mandioca. Tem vezes que descascamos mandioca até às 11 horas da noite [...] E começa aquela rotina de novo de acordar cedo, o dia que nós descascamos a mandioca, nós dormimos tarde e acordamos cedo. Acorda 3 horas da manhã, porque nós temos que pesar aqueles quilos, tudinho. Levar para as quitandas, para as feiras, porque o povo quer tudo fresquinho, nós não congelamos. Dorme tarde e acorda cedo para entregar as mandiocas (Violeta, 2021).

Rosa, do mesmo modo, nos conta que as atividades do sítio demandam muito tempo, necessitando de dedicação os setes dias da semana, para terem uma boa produção e venda. “É muita coisa. Aqui nós não temos feriado, nós não temos nem sábado nem domingo” (Rosa,

2021). Ademais, Hortência, que mora sozinha, relata o esforço físico que empenha no trabalho de cuidado dos animais, além do cuidado com algumas árvores frutíferas que cultiva.

Se você traz um saco de milho, não tem quem ajuda você. Você tem que se virar, ou no balde ou você passa pra carriola, da carriola você leva. É um sal pro gado e tem que colocar um sal pro gado, e um saco de sal é pesado também, né? Você vai às vezes arrumar um pé de laranja aí, você tem que carregar essas lascas pesada aí porque a gente tem que colocar pra poder tapar a raiz das laranjas... (Hortência, 2021).

Essas condições de trabalho desgastante levam algumas trabalhadoras, como Violeta, a refletirem sobre o impacto de tais atividades na sua saúde e até quando conseguirão trabalhar, mesmo antes de alcançarem a idade para se aposentarem. A trabalhadora considera que o modo de vida e trabalho na roça é muito “puxado”, ou seja, o trabalho demanda um grande investimento físico e mental, e pensa na possibilidade de ter que deixar de viver no assentamento quando for mais velha.

Eu só penso assim, quando eu estiver com mais idade e não puder trabalhar, eu vou ter que caçar um jeito de sair da roça, não é? Aí eu não vou mais aguentar. (...) É verdade, porque a vida da roça é muito puxada. É muito desgastante o serviço. Não é igual ao serviço que a pessoa fica só ali sentado. Vem o sol, vem a chuva, o calor, mas, graças a Deus, nunca tive nenhum problema de saúde (Violeta, 2021).

A demanda de trabalho do sítio soma-se com as atividades domésticas desenvolvidas dentro de casa, que na maioria dos sítios visitados, é desenvolvido somente pelas mulheres, caracterizando uma condição de **sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo**. Segundo Macela,

O máximo que eu fico sentada é umas duas horas por dia. O restante é trabalhando. Quando tira esse tempo, porque no sítio é muito serviço, menina. Oh, você está vendo o meu quintal, é tudo para limpar ainda. Eu estou mexendo desde cedo. Até a casa acabar de limpar, tá batendo roupa, para mais tarde eu limpar o quintal. Aí, como você vai parar, o serviço fica. Se você não parar umas duas horas por dia, você fica em pé o dia todinho trabalhando. Roupa para lavar, roupa para passar, esse quintal grande para limpar, criação para cuidar, casa para cuidar (Macela, 2021).

Das onze entrevistadas, nove mulheres relataram que são elas que realizam as atividades domésticas, sendo que, entre elas uma trabalhadora mora sozinha e duas estão com o companheiro com problemas de saúde. Indagadas sobre a divisão do trabalho no sítio, Camélia e Jasmim expõem o contraste entre o trabalho na roça desenvolvido de forma coletiva com seus companheiros e o trabalho de casa desenvolvido somente pelas mulheres.

A gente faz junto. A gente trabalha junto. Só em casa que eu trabalho sozinha. (...) A gente faz o serviço do homem, mas o homem não quer fazer o serviço da mulher (Camélia, 2021).

Sempre ajudando ele, porque o homem sempre faz o dele e a gente ajuda, mas os da gente sempre faz sozinha. Mas eu sempre o ajudo a fazer porque vai fazer uma cerca, vai ajudar, vai carpir, vou ajudar. Então é sempre junto que nós fazemos (Jasmim, 2021).

Petúnia, do mesmo modo, é responsável pelo trabalho doméstico, além de cuidar de seu neto de 10 anos. Ela nos conta que incentiva seu neto a colaborar com o trabalho de casa, e em uma das ocasiões seu neto argumentou que isso é serviço de mulher. “Um dia ele falou assim para mim: “que é serviço de mulher, homem não faz”. Eu falei: “Serviço de homem, mulher não faz também, a vó ajuda” (Petúnia, 2021).

Os termos “serviço de mulher” e “serviço de homem” estão calcados na construção sociopolítica e ideológica da divisão sexual do trabalho, na qual reforça as atividades das mulheres estarem voltadas para a esfera da reprodução social e as atividades dos homens para a produção social, sendo o trabalho feminino menos valorizado socialmente e economicamente em relação ao trabalho masculino (KERGOAT, 2009). Para as mulheres negras, essa situação é mais aguda e profunda, pois, historicamente nas Américas, fruto da dupla herança da escravidão e colonialismo, seus corpos são ligados à exploração do trabalho doméstico e de cuidado (DAVIS, 2019).

É possível perceber, que a reprodução cultural da divisão sexual do trabalho também está presente em algumas falas das trabalhadoras que se referem ao trabalho na roça como “trabalho de homem” e ao trabalho doméstico como “trabalho de mulher”, mesmo tais mulheres não se beneficiando socialmente dessa cultura discriminatória e das relações de poder interseccionais. Entretanto, as falas das mulheres também expressam a contradição e a fragilidade dessa divisão social e sexual do trabalho, ao indicar que na prática as mulheres tentam romper com essa divisão, ao realizarem o trabalho na roça, mas que ainda existe resistência por parte de seus parceiros e familiares em relação a compartilharem o trabalho doméstico.

De forma similar, Melissa ao refletir sobre seu trabalho e o papel na agricultura familiar, expõe que antigamente ela e outras mulheres se consideravam somente como “do lar”, mas hoje reconhecem, pela diversidade de seu trabalho, em relação às atividades de casa e às atividades de produção na roça, que são “do lar e da roça”.

De tudo um pouco, porque há uns anos atrás, a gente se colocava como dona de casa, do lar, não é? Só que hoje, a gente vive numa agricultura, hoje, que não tem homem, não tem mulher que diz assim: “eu sou só do lar. Eu sou do lar, mas eu sou também da roça”. Tenho os meus trabalhos na roça, não é? Planto, colho, de cada coisinha eu sei fazer um pouco nas lavouras.” (Melissa, 2021)

A fala de Melissa demonstra uma mudança de perspectiva importante sobre o trabalho das mulheres do campo, que segue em disputa na sociedade, uma vez que o trabalho produtivo das trabalhadoras do campo, por vezes, é invisibilizado ou tratado como complementação em relação ao trabalho masculino. Na Marcha das Margaridas, por exemplo, realizada desde 2000, é histórica a luta pelo reconhecimento e valorização política e social do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, assim como sua cidadania plena, com a garantia de todos os direitos (AGUIAR, 2016).

Nos sítios de Rosa e Violeta, em relação ao trabalho doméstico a situação é um pouco diferente, pois o serviço é compartilhado entre os membros da família. Violeta expõe a organização do trabalho doméstico no sítio e relata que demandou de seu companheiro e filhos que também realizassem o trabalho de casa.

Quando eu estou fazendo a janta, um está lavando a louça, fazendo alguma coisa e assim, todo mundo ajuda. Eu vou lavar roupa, alguém lava a vasilha e um faz o almoço e, assim sucessivamente. (...) A nega também não vai aguentar trabalhar e... Aí, eu falo: “eu trabalho na roça, ajudo vocês, vocês também têm que me ajudar.” No dia que nós lavamos roupa, nós não vamos para a roça, meu marido lava a vasilha, ou, ele faz o almoço e o outro menino vai lavar vasilha ou enche as garrafas para pôr na geladeira e assim, dividem o trabalho até quando eu acabo de lavar a roupa (Violeta, 2021).

Da mesma forma, Rosa e seu parceiro dividem o serviço de casa: “O meu velho me ajuda muito porque assim, nós dois trabalhamos muito na roça e quando chega, se eu mexo com comida ele limpa aqui [...] Estamos sempre junto nas atividades” (Rosa, 2021). Ademais, ela ressalta que não gosta de realizar o trabalho de casa, e o que lhe faz bem é o trabalho na roça. “[...] Eu não gosto do serviço do dia a dia da casa. Eu vou para roça parece que eu viro outra pessoa, dá um alívio na minha vida, melhora (Rosa, 2021).

Apesar das importantes exceções encontradas, a condição de sobrecarga de trabalho observada na rotina das mulheres no campo, de modo geral, se assemelha à rotina das mulheres trabalhadoras como um todo, com as duplas ou triplas jornadas de trabalho, persistindo o acúmulo do trabalho remunerado (produtivo) “fora de casa” e o trabalho não-remunerado

(reprodutivo) “dentro de casa”. O trabalho de reprodução social não remunerado realizado pelas mulheres, e tratado de forma invisível em algumas análises, pode parecer menos importante para o capitalismo se comparado ao trabalho produtivo. Entretanto, esse trabalho é essencial para a estruturação da sociedade e economia capitalista, uma vez que os(as) trabalhadores(as) enquanto força de trabalho, necessitam de cuidados básicos (alimentação, educação às crianças e jovens, cuidado de crianças e pessoas idosas, descanso em um lugar adequado, etc.), para se manterem aptos ao trabalho. Sendo assim, o trabalho de reprodução social não pago também é apropriado, incorporado e essencial na estrutura capitalista (ARRUZZA, 2015; FERGUSON, 2020; FERGUSON; MCNALLY, 2017).

No contexto do agronegócio em Nova Olímpia, pode-se observar que o trabalho de reprodução social das mulheres dos assentamentos também é essencial para a manutenção da força de trabalho, uma vez que hoje, ao menos, três trabalhadoras entrevistadas possuem filhos(as) e netos que trabalham em fazendas e frigoríficos da região. E, durante suas trajetórias de vida, algumas mulheres e seus companheiros foram trabalhadores assalariados em fazendas.

No que se refere ao **retorno financeiro**, decorrente de suas atividades, a maioria das entrevistadas têm renda familiar mensal de um a dois salários-mínimos (Apêndice E). Somente três trabalhadoras apontaram que possuem renda mensal de dois a quatro salários-mínimos, como no caso de Hortência (professora aposentada pelo município), Melissa (ela e seu marido são aposentados como trabalhadores rurais pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS) e Açucena. Além de Melissa e Hortência, Acácia e Petúnia também são aposentadas pelo INSS como trabalhadoras rurais, e Rosa é agente comunitária de saúde do município, proporcionando uma renda fixa da casa durante o mês. Acácia, relata “[...] porque dinheiro aqui você sabe, só da aposentadoria mesmo. Meu filho também aposentou e ele me ajuda e eu ajudo ele esses dias” (Acácia, 2021).

As mulheres que não contam com um salário fixo ou aposentadoria, expressam a incerteza financeira em que vivem, pois, sua renda é variável, dependendo do que conseguirem produzir e vender em determinado período.

É assim, quando tem plantação para a gente vender, se a gente vende bem, a gente tira um salário por mês, se vender bem, senão fica difícil (Margarida, 2021).

Por isso que eu falo, difícil a pessoa começar assim se não tem nenhuma renda. Para ela comer, pra ela sobreviver, ela tem que tirar aqui de dentro. Ela não é aposentada, ela não tem nenhum salário (Rosa, 2021).

As trabalhadoras que vivem em lotes que estão em regiões mais secas, com pouca disponibilidade de água, sofrem maior impacto na produção agrícola e, conseqüentemente, em sua renda. Margarida, expõe a dificuldade diária para manutenção das necessidades básicas e que não pode contar com o auxílio de outros familiares, como seus filhos, pois também vivem em uma situação pouco confortável financeiramente.

E é assim, menina, é por Deus. É por Deus que nós come, nós bebe. Por que, eu tenho 6 filhos, por exemplo, aí eu tenho aquele ditado, né "Um pai e uma mãe, cuida de 10 filhos e 10 filhos não consegue cuidar de uma mãe ou de um pai." Cada um já tem suas casas, suas famílias, aí não tem jeito de ajudar, também são fraco... (Margarida, 2021).

Em algumas situações, a estratégia adotada pelas mulheres é a venda de alguns animais que normalmente não são criados para comercialização cotidiana, mas sim utilizados na reprodução bovina e produção de leite, como o caso de touros e vacas leiteiras. Jasmim, por exemplo, vendeu os touros e algumas vacas leiteiras para poder manter a renda da família, pois seu companheiro passou por uma cirurgia no coração e não pôde trabalhar fora do sítio, e a produção de frutas e legumes do sítio caiu muito, devido à falta de água.

Só eu e meu esposo, antes dele fazer a cirurgia do coração ele até saía para trabalhar para fora, como agora ele fez, não pode pegar peso, nós estamos sem renda no momento, uma renda fixa. Porque a gente está sobrevivendo assim, de alguma coisa que você faz, você vende, porque no mais não tem como fazer (Jasmim, 2021).

Em estudo realizado com agricultores(as) familiares, no contexto da expansão do agronegócio na Chapada do Apodi – Ceará, Marinho *et al.* (2011) identificaram que mais de 50% das famílias entrevistadas também contam com um a dois salários-mínimos em sua renda mensal. De forma similar, Costa *et al.* (2014), ao realizar estudo sobre condições de vida e trabalho de trabalhadoras rurais assentadas no Rio Grande do Norte, observaram que 84,2% das famílias possuía renda mensal de até um salário-mínimo.

Além de impactar na manutenção das necessidades básicas diárias, relacionadas à alimentação, moradia, transporte, dentre outros, as dificuldades financeiras vividas pelas trabalhadoras também impedem o investimento necessário em infraestrutura, equipamentos e demais recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas do sítio. Margarida relata que tem planos de expandir a produção de legumes e verduras e construir um galinheiro, para a criação de galinhas, mas tais ideias esbarram na falta de recursos financeiros.

A gente está com planos de fazer um galinheiro bom, uma coisa boa, para começar a fazer umas galinhas para vender. Não tem condições, não tem dinheiro para gente fazer um galinheiro bom. Uma coisa boa (Margarida, 2021).

Outra dificuldade está relacionada ao valor que deve ser pago ao aluguel do trator da associação do Assentamento Riozinho, quando é preciso do maquinário para preparar a terra para o plantio. Caso não possuam dinheiro para alugar o equipamento, a atividade de limpeza e roça do terreno é realizado manualmente.

Ai também pro preparo da terra tem que pagar, tem o trator da associação, mas a gente tem que pagar o óleo. Mesmo assim tem que pagar. Ai quando a gente precisa, ele vem, mas tem que pagar. Uma hora é cem reais (...) agora nós íamos precisar ali embaixo, para plantar mandioca, né. E aí nós vamos acerar a cerca e colocar fogo, né... e se nós não tivermos os cem reais, vai na mão mesmo. É uma braquiária (*tipo de capim*) dessa altura. Porque nós não temos nenhum salário, nem ele, nem eu (Margarida, 2021).

O aumento dos preços do milho, da soja e das rações, que chegou a mais de 70% no 1^a semestre de 2021, devido a impactos na produção pela falta de chuvas, altas de preços internacionais e a desvalorização cambial (IPEA, 2021), somados a pouco controle dos preços no mercado interno, também foi um impasse na manutenção das atividades produtivas nos assentamentos. Em seu sítio, Jasmim costumava ter uma grande quantidade de galinhas caipiras e porcos, entretanto, pelo aumento do preço da ração e do milho, diminuiu a criação de galinhas, e não conseguiu manter a criação de porcos. A dificuldade na criação dos porcos, impactou diretamente na renda mensal de Jasmim, pois a venda desses animais sustentava boa parte da renda da família.

E o que está difícil também para os rurais são os insumos, porque está caro, do milho para ração. Ninguém está criando mais pintinho, porque para você criar, às vezes nem compensa. Você já pensou uma galinha a 70 reais? É o que está acontecendo aí. Ninguém quer vender por menos, como que vai vender? Se você vende por menos o seu lucro acaba, então, acaba que você, não é? Meu marido falou: “Vamos esperar mais um ano, se as coisas não melhorarem, o que nós temos que fazer, é sentir muito, mas como você vai ficar aqui? (Jasmim, 2021)

Eu tinha bastante porco, mas por causa do insumo muito caro, que tudo subiu, a gente teve que parar de criar os porcos, não é? Era uma renda sustentável até porque você vendia. Mas agora, com a alta do milho, essas coisas ficaram bem difíceis. Difícil mesmo (Jasmim, 2021).

A falta de rentabilidade com as atividades desenvolvidas nos assentamentos, fazem as mulheres e seus familiares questionarem a viabilidade de continuarem a depender de tal trabalho para poderem viver e manter suas necessidades, como observa-se na fala de Jasmim.

A pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, também afetou a renda das entrevistadas. Devido a suspensão da feira da cidade, nos primeiros meses da pandemia, a orientação de distanciamento social e o receio da população e das trabalhadoras em se contaminarem com o vírus, algumas trabalhadoras não conseguiram realizar a venda de seus produtos. Segundo Jasmim e Rosa, a pandemia

Afetou muito, porque até para vender as coisas foi mais difícil, não é? Porque o pessoal conhecido, todo mundo fica com medo e até você, [...] foi feio. Atingiu todo o pessoal da igreja, muita gente aqui foi contaminada (Jasmim, 2021).

Afetou na venda também, porque todo mundo tinha medo de sair, todo mundo parou de ir entregar os produtos que a gente tinha para levar, entregar na feira. Diminuiu muito a renda, com certeza alterou muito, a gente parou porque teve muito caso. A gente achava que era só na cidade e ficava com medo de ir para a cidade. Levar as coisas que tinha aqui no sítio, mas depois começou a vir muito caso para dentro (Rosa, 2021).

Para Melissa, além de impactar na queda da venda dos produtos dos assentamentos, o contexto da pandemia de COVID-19 influenciou no aumento dos preços dos produtos no mercado, desvalorizando o seu poder de compra e ganho mensal, que é em torno de um salário-mínimo.

Mas afetou outra parte também, devido aos preços, não é, menina? Que as coisas foram na nuvem. Então, isso afeta a gente, porque um 'salarinho-mínimo. Eu, com um salário-mínimo é o quê? Nada. E a gente ainda glorifica a Deus porque a gente tem esse pouquinho, mas você pega esse salário-mínimo para você pagar energia, para você comprar um remédio, para você comprar o que comer. Às vezes, uma roupa, um calçado. O povo já fala um salário-mínimo e é mínimo mesmo (Melissa, 2021).

De forma similar, Terzian *et al.*, (2022) apontam que na pandemia uma das dificuldades de mulheres de comunidades rurais, no interior de São Paulo, foi a dificuldade financeira. Os desdobramentos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, somados a ações sociais insuficientes do governo brasileiro, aprofundaram as desigualdades sociais já existentes no país, como as desigualdades entre regiões brasileiras e entre populações urbanas e rurais (NEVES *et al.*, 2021). Segundo Neves *et al.*, (2021), após o início da pandemia, identificou-se o aumento do desemprego e da extrema pobreza na população, culminando na redução do poder de compra e acesso aos alimentos adequados, afetando, sobretudo, grupos sociais como as mulheres e moradores das regiões Norte e Nordeste.

A **exposição aos agrotóxicos** também foi um problema relacionado ao trabalho identificada na maioria dos sítios visitados. Das onze entrevistas realizadas nos assentamentos,

oito mulheres relataram que utilizam algum tipo de agrotóxico nas atividades agrícolas. Entretanto, foi comum o apontamento que o veneno é utilizado com frequência baixa e que, quando possível, dão preferência para produtos caseiros e naturais para o controle de espécies indesejadas, por entenderem que os agrotóxicos prejudicam a saúde humana e o ambiente.

Além do uso direto em suas atividades de trabalho, foi identificado que as mulheres estão expostas aos agrotóxicos pelas pulverizações nas fazendas, sobretudo de pecuária, que estão no entorno dos assentamentos e comunidades rurais. Uma vez que as matrizes ambientais, como a água de rios, lençóis freáticos, poços artesianos, o ar e a chuva, se tornam vias de contaminação ambiental pela intensa pulverização de agrotóxicos nos territórios do agronegócio (BESERRA; OLIVEIRA; PIGNATI, 2021; CARNEIRO *et al.*, 2015), tal qual o município de Nova Olímpia, a exposição indireta ambiental também deve ser amplamente considerada na vida e no trabalho dessas mulheres. No próximo capítulo, será retomada e detalhada a discussão sobre a exposição e os casos de intoxicação por agrotóxicos.

6.2.2 Escassez de recursos hídricos e de incentivos públicos

Além das condições de trabalho vivenciadas pelas agricultoras que, por vezes, dificultam o desenvolvimento de suas atividades no trabalho, algumas situações relacionadas ao ambiente natural e às relações político-institucionais foram identificadas como dificuldades.

Em relação ao ambiente natural, a falta de água nos assentamentos foi o principal problema no trabalho expresso pelas mulheres. Das 11 trabalhadoras assentadas entrevistadas, seis relataram dificuldades nos últimos 3 anos para a produção na agricultura e a criação de animais, por falta de água na região. Embora algumas trabalhadoras consigam uma boa produção de alimentos e desenvolvam a criação de animais, com a disponibilidade de fontes de água próximas, em outras propriedades a situação é diferente. Alguns sítios estão situados em regiões mais secas, sem fontes hídricas disponíveis e que foram afetadas de forma mais severa pelo baixo volume de chuva nos últimos anos.

Para Margarida, a falta de água é a maior dificuldade relacionado a seu cotidiano de trabalho, pois além de prejudicar a atividade produtiva do sítio, as atividades da rotina de limpeza da casa também ficam comprometidas, como a lavagem das roupas. Em seu sítio, Margarida possui apenas um poço simples, que não é tão profundo comparado ao poço artesiano. Ela conta que tinha planos de furar um poço artesiano, mas tem receios de não dar certo pela falta de chuvas na região e também por não possuir recursos financeiros para tal.

Só dá para a casa. Só. O dia que eu lavo roupa, fica sem água. E a gente tem o sonho de furar um poço artesiano, um sonho de pôr uma roda d'água, mas as águas secaram tudo. Fica difícil (Margarida, 2021).

Ademais a falta de água para a agricultura, Macela relata que em seu sítio é preciso colocar água retirada do poço artesiano para vacas leiteiras, pois a represa que havia em sua propriedade, onde os animais bebiam água, acabou secando, gerando uma renormatização em seu processo de trabalho. Para contornar a situação em relação a falta de água, Jasmim nos conta que utiliza a água do poço semiartesiano (profundidade de 22 metros), construído há dois anos. A água do poço é utilizada para consumo na alimentação da família e nas atividades domésticas, e também para a hidratação das vacas, da mesma forma que Macela, pois a represa de água que as vacas utilizavam está seca.

Era aquele ali, meu marido fez quando nós chegamos aqui, porque nós buscávamos água na represa para molhar as plantas, a gente fazia muita coisa buscando água lá. Aí teve que fazer aqui, todo mundo, cada um fez o seu poço porque o reservatório de água, lá embaixo é para as vacas, mas como secou, teve que dar na caixa d'água, não é? Para as bichinhas não morrerem de fome (Jasmim, 2021).

Acácia também relata que anos atrás, ela e seu filho plantavam mandioca, milho, banana, cana, laranja e vendiam em Nova Olímpia e Tangará da Serra, mas devido à seca na região não estão produzindo mais. Ela nos conta que chegou a ficar 3 meses sem água no sítio, sendo que o poço simples, de 16 metros de profundidade, que havia em seu sítio secou, e a única fonte de água que sobrou foi uma pequena represa. Para poderem beber água potável, seu filho busca água no sítio de Jasmim, que possui um poço com uma profundidade maior.

Aqui nós ficamos 3 meses sem água. Pegando água no vizinho para beber e lavar roupa. Difícil [...] Meu poço de água que era de água mineral, água boa, secou. Fez lá na beira do mato. Quero beber outra água. Eu quero a minha saúde, água limpa. Eu não quero beber essa água, não. Vamos pegar uma água limpa. Aí ele vai lá e traz para ele e para mim, porque ele tem problema de rim (Acácia, 2021).

Nos sítios de Camélia e Petúnia, a falta de água também é uma preocupação, impactando na produção na agricultura, do mesmo modo que na propriedade de Jasmim. Segundo Petúnia (2021), “A gente cultivava, porque tinha uma horta boa aí, mandioca, banana, mas com a seca, minha filha. Ficamos quase sem água.”

A escassez de recursos hídricos para as atividades produtivas dos assentamentos também prejudicou o desenvolvimento de uma cooperativa de pequenas(os) produtores(as). A

partir de reivindicações realizadas pelas(os) moradoras(es), Jasmim relata que existe um compromisso do município em furar alguns poços mais profundos na região para distribuir água para os sítios, mas ressalta que terão que cobrar à prefeitura para poder efetivar essa promessa. Além do mais, para Jasmim, se a situação da escassez de água perdurar, muitas famílias irão embora dos assentamentos, por falta de condições mínimas para permanecer e produzir nos sítios.

[...] Veio uma cooperativa uma vez para cá, tentou nós fazer um grupo de pequeno produtor, mas não deu certo por falta de irrigação. O prefeito veio aí nós explicamos para ele, mas, na verdade, não tinha o que fazer, por que como que ia trazer água? Tinha que fazer água canalizada, fazer poste, fazer isso, então, acabou que esfriou [...] Aí ficaram de fazer uns poços para distribuir água né, é o que esse ano a gente vai cobrar porque esse ano, se der essa seca aqui que deu esse ano, o que vai acontecer é que muitas famílias vão embora. Não vão ter condições de ficar (Jasmim, 2021).

O município de Nova Olímpia, onde os assentamentos estão localizados, faz parte da bacia do rio Paraguai – sub-bacia do Alto Paraguai. A bacia do rio Paraguai é uma importante região hidrográfica, que percorre os estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de parte do território do Paraguai e Bolívia e a região alagada do Pantanal, abrigando uma diversidade de espécies biológicas e diversos modos de vida humana. Na Figura 7, Anexo B, pode-se observar a delimitação geográfica da bacia no Brasil, sendo que o município de Nova Olímpia se encontra na região denominada P2, conforme mapa elaborado pelo Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, em 2017 (ANA, 2018).

Na região dos assentamentos e comunidades rurais o principal curso d'água é o rio Branco, que nasce no município de Nova Olímpia próximo a áreas de fazendas e assentamentos, sendo afluente do rio Paraguai. Na Figura 4 é possível observar o rio Branco, percorrendo uma área do município cercado por fazendas e pelos assentamentos.

A região da bacia do rio Paraguai, de modo geral, tem sofrido diversas pressões e modificações ambientais relacionados aos usos do território, principalmente, por setores econômicos do agronegócio como a agricultura em larga escala de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar; a pecuária extensiva; a pesca predatória; as agroindústrias (usinas sucroalcooleiras, de laticínios e frigoríficos) e a mineração e siderurgia (ANA, 2018); tal como pode-se observar em algumas atividades no território de Nova Olímpia. Todas essas atividades, especialmente as relacionadas ao desmatamento, a erosão do solo e o assoreamento dos rios (agricultura em larga escala, pecuária, etc.), impactam o regime de chuvas e a disponibilidade de água nos rios e lençóis freáticos.

Figura 4 - Imagem de satélite do rio Branco atravessando áreas de fazendas e de assentamentos, em Nova Olímpia-MT.



Fonte: Google Maps, 2022.

No que diz respeito ao regime de chuvas na região, de acordo com o relatório de acompanhamento das precipitações de outubro de 2021, do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), no ano hidrológico 2020/2021 (outubro de 2020 a setembro de 2021), a precipitação na bacia do rio Paraguai foi a mínima desde 2000/2001, estando 35% abaixo da média para o período, sendo um ano mais seco. A precipitação em setembro de 2021 também estava abaixo da média mensal do período (SALVIANO; MOREIRA; PINTO, 2021).

As mudanças climáticas também vêm influenciando no regime de chuvas e em outros fenômenos naturais ao redor do globo terrestre. Nos últimos anos, observa-se a ocorrência de fenômenos climáticos extremos, como enchentes, secas, ondas de calor, furacões, dentre outros, em diversas partes do planeta. Entretanto, é importante ressaltar que as mudanças climáticas estão sendo causadas por atividades humanas – sobretudo, de alguns setores econômicos –, entre elas, o desmatamento para o avanço da monocultura, as queimadas, a pecuária extensiva, etc., que contribuem com a emissão de gases de efeito estufa (FERNÁNDEZ DURÁN, 2010).

Sendo assim, a falta de água e chuvas, nos últimos anos, observada pelas mulheres nos assentamentos em Nova Olímpia, pode estar relacionada aos impactos ambientais das atividades econômicas do agronegócio na região e na bacia do rio Paraguai, bem como aos efeitos sistêmicos no clima que as mudanças climáticas estão provocando no globo terrestre.

Como relatado pelas trabalhadoras, a única iniciativa por parte do poder público local para minimizar os efeitos da falta de água na produção agropecuária dos assentamentos foi o compromisso, que ainda não foi efetivado, de furar poços artesianos na região. Em relação aos setores do agronegócio e o compromisso em minimizar os efeitos desse modelo de produção no ambiente e no clima, somente foi identificada a produção de mudas para reflorestamento realizada pela usina sucroalcooleira.

Por parte das trabalhadoras, existe a organização coletiva em grupos de mulheres que discutem alguns problemas locais, contudo não foi observada nenhuma ação mais organizada pelas mulheres em relação à escassez de água nos assentamentos.

Quanto às dificuldades relacionadas as questões político-institucionais, as trabalhadoras relatam a falta de incentivo públicos, como a falta de transporte público para a venda de seus produtos. Há alguns anos a prefeitura fornecia um ônibus que passava pelos assentamentos no início da madrugada para buscar as(os) agricultoras(es) e seus produtos para serem vendidos na feira na cidade aos sábados, entretanto, esse transporte foi retirado. Tal situação dificultou para algumas agricultoras a venda dos produtos na feira. Nas entrevistas, ao menos cinco trabalhadoras, relataram que a falta de transporte público para a feira prejudicou seu trabalho.

Margarida, atualmente, tem dificuldades para vender o que produz, pois não dispõe de veículo próprio para levar os produtos na cidade, sendo assim, ela passou a produzir menos e vender somente para os vizinhos do assentamento e para clientes que buscam diretamente em seu sítio. Segundo a trabalhadora, “E aí a gente planta e chega o tempo da colheita. Aí é difícil, não tem para quem vender a produção, para levar para a cidade. Antigamente a gente fazia feira, aí o Prefeito foi “bonzinho” conosco e tirou a condução” (Margarida, 2021).

Petúnia e sua família possuem um veículo, na qual poderiam transportar a produção do sítio para venda na feira. Contudo, ela argumenta que não compensa financeiramente o gasto com o transporte em relação ao ganho financeiro com a venda na feira, por isso deixaram de vender nesse espaço.

Quem quiser se locomover tem que ter o seu mas, daí também não compensa você ir. É longe, não é? Não compensa, por isso que a gente parou mais. Mas agora ir, às vezes, o que você ganha lá, vai tudo de combustível. Se acontece algum problema com o carro, você já tem que tirar um pouquinho, você tem que tirar para você poder arrumar, aí não dá. Melhor parar (Petúnia, 2021).

Jasmim, do mesmo modo, argumenta nesse sentido, “Não compensou. Eu falei para ele, você gasta para ir, gasta para vim, chegava nessa época, você colocava no lápis, cadê seu

lucro?” (Jasmim, 2021). A alegação da prefeitura para a retirada do ônibus foi a utilização do transporte por pessoas que não eram feirantes, que estariam utilizando o ônibus somente para ir à cidade. Entretanto, segundo Jasmim, não havia outro transporte público que os moradores dos assentamentos poderiam utilizar durante a semana para se deslocar à cidade. Na realidade, a retirada do ônibus, suprimiu uma necessidade no plano de corte de gastos que a gestão municipal realizou.

Com a retirada do transporte, muitas famílias agricultoras desanimaram e diminuíram a produção, sendo uma demanda concreta mais incentivos por parte da prefeitura e órgãos públicos para manterem a produção e venda, e, conseqüentemente, a geração de renda para as famílias nos assentamentos.

E nós precisávamos muito que voltasse esse transporte, porque ajudou muito, muita gente aqui parou até de plantar, porque desmotivou. Não tem para onde ir vender e porque querendo ou não você tem um gasto na lavoura, muito incerto. Não adianta, você precisa fazer o seu próprio sugestivo em casa, mas você também precisa vender para você comprar [...] (Jasmim, 2021).

Além da dificuldade com o transporte, Rosa relata o problema para emissão de nota fiscal para venda de seus produtos, principalmente da farinha e queijo, pois no sistema de nota fiscal do governo disponibilizado para as(os) pequenas(os) produtoras(es) rurais, tais produtos são enquadrados como produtos industriais e não produtos da agricultura familiar. Sem a emissão da nota fiscal, empresas maiores, como supermercados, não compram seus produtos.

Diante do contexto da agricultura brasileira, bem como no contexto local vivenciado, com diversas dificuldades para o desenvolvimento da produção nos assentamentos e poucos incentivos públicos para as(os) agricultoras(es) familiares frente ao potencial da agricultura familiar na economia brasileira, Margarida acredita que sempre o prejudicado é o pequeno produtor.

E a gente fica vendo na televisão, no jornal, o prejudicado é toda vida o pequeno produtor. Mas fico toda...me dá uma coisa tão ruim, eu fico pensando "Meu Deus, porque que tem que ser assim, né?" Sendo que é uma coisa que dá, que dá pra fazer... (Margarida, 2021).

Historicamente, a questão agrária brasileira está permeada pela desigualdade na estrutura fundiária, na qual privilegia-se a manutenção dos latifúndios, em detrimento das pequenas propriedades (DELGADO, 2012a). O agronegócio e agricultura familiar no Brasil e

em Mato Grosso estão em uma relação desigual de condições e políticas públicas para sua reprodução. No Plano Safra 2021/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os recursos públicos disponibilizados para subsidiar o crédito rural foram de R\$ 251,22 bilhões, sendo que destes somente R\$ 39,34 bilhões estão disponíveis para as(os) pequenas(os) produtoras(os), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MAPA, 2021).

Em Nova Olímpia, a partir das entrevistas, observou-se que o principal apoio institucional recebido pelas mulheres na agricultura familiar é junto a assistência técnica das(os) trabalhadoras(es) da EMPAER-MT, que tem como objetivo apoiar a agricultura familiar no estado. Por sua vez, cabe pontuar que, em 2019, o governo do estado de Mato Grosso propôs extinguir a empresa pública, projeto que só foi interrompido pela reivindicação de sindicatos, trabalhadores(as) e apoio de alguns deputados estaduais (G1 MT, 2019).

Situações políticas e ambientais que dificultam o trabalho das mulheres no campo, somadas às condições de vida e trabalho identificadas, sobretudo, o baixo retorno financeiro, a sobrecarga de trabalho e a exposição aos agrotóxicos, pode-se caracterizar um preocupante cenário de vulnerabilização socioambiental.

De acordo com Acselrad (2013), a vulnerabilização deve ser entendida enquanto um processo e a condição de vulnerabilidade como uma relação, tratando o tema como uma questão de direitos humanos com profundas raízes sociais, afastando-se de perspectivas individualizantes da vulnerabilidade reduzida a suscetibilidade de indivíduos e populações a determinados riscos e agravos. No processo de vulnerabilização deve-se considerar os mecanismos socioeconômicos e culturais que convertem determinados grupos sociais em situação de vulnerabilidade, através por exemplo, da proteção desigual do Estado a esses grupos e populações. Sendo que, tal condição de vulnerabilidade é uma relação social histórica entre os diversos segmentos da sociedade (ACSELRAD, 2013).

De forma similar, Porto (2012) debate dois tipos de processos de vulnerabilização relacionados ao conceito de vulnerabilidade social que geram as denominadas: vulnerabilidade populacional e vulnerabilidade institucional. A primeira compreensão está relacionada às situações de injustiças ambientais às populações mais vulnerabilizadas pelas desigualdades de gênero, raça e de classe. Já a vulnerabilidade institucional está relacionada com as limitações do “Estado, instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas tanto na regulação e controle dos riscos, dos efeitos à saúde, dos impactos ambientais e na defesa dos direitos fundamentais.” (p. 187)

Para Freitas *et al.* (2012), a vulnerabilidade socioambiental é resultante da combinação de processos sociais e mudanças ambientais que estão condicionados por

estruturas socioeconômicas que produzem simultaneamente condições de vida precárias e ambientes deteriorados, se expressando também como menor capacidade de redução de riscos e baixa resiliência (p. 1579).

Sendo assim, no contexto das trabalhadoras do campo em Nova Olímpia, é possível evidenciar processos e mecanismos socioeconômicos, como a proteção desigual do Estado para o agronegócio e a agricultura familiar, e consequências ambientais de um modelo extrativista e predatório, como a falta de água e a exposição aos agrotóxicos, que em conjunto com as históricas relações interseccionais de poder de gênero, raça e classe, determinam o processo de vulnerabilização socioambiental dessas trabalhadoras.

7 PROCESSO SAÚDE-DOENÇA-TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DE TRABALHADORAS DO CAMPO EM NOVA OLÍMPIA-MT

7.1 SAÚDE DAS TRABALHADORAS DO CAMPO

Os principais problemas e agravos a saúde relacionados ao trabalho das mulheres do campo de Nova Olímpia foram organizados em quatro grupos: distúrbios osteomusculares, transtornos mentais, intoxicações por agrotóxicos e doenças infecciosas. No Quadro 3, encontra-se uma sistematização das doenças e sintomas, de acordo com problemas e agravos à saúde das trabalhadoras identificadas nos relatos das mulheres.

De modo geral, tais problemas relacionados ao processo saúde-doença-trabalho das mulheres trabalhadoras do campo em Nova Olímpia, se assemelham às condições de saúde de trabalhadoras rurais identificadas no artigo de revisão da literatura científica nacional e internacional, descrita no Apêndice A. Os distúrbios osteomusculares foram os problemas mais relatados pelas mulheres, seguido dos transtornos mentais, intoxicações por agrotóxicos e doenças infecciosas.

Quadro 3 – Principais problemas e agravos à saúde relacionados ao trabalho de mulheres do campo em Nova Olímpia-MT.

Problemas e agravos a saúde	Doenças e sintomas
Distúrbios osteomusculares	Dor na coluna Dor nas mãos, braços e pés Bico-de-papagaio (osteofitose)
Transtornos mentais	Depressão Ansiedade Estresse Síndrome do pânico
Intoxicações por agrotóxicos	Mal-estar Desmaio Dor de cabeça
Doenças infecciosas	Hanseníase

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

7.1.1 Distúrbios osteomusculares e doenças infecciosas

Os distúrbios osteomusculares referem-se a diversas afecções no sistema musculoesquelético, ocorrendo principalmente nas regiões dos membros superiores, pescoço e coluna, quando relacionadas ao trabalho (MAENO *et al.*, 2001). No caso das trabalhadoras entrevistadas, os principais sintomas relatados foram dores na coluna e dores nos membros

superiores e inferiores ao executarem determinadas posturas (agachar e levantar) movimentos repetitivos e levantamento de cargas pesadas. Oito trabalhadoras, entre as 12 entrevistadas, relataram alguns desses sintomas e enfermidades, como o bico-de-papagaio (osteofitose).

Há alguns anos, Petúnia sente dores na coluna quando realiza algum trabalho que necessita de esforço físico, como abaixar, levantar e carregar cargas pesadas. Quando as dores são muito fortes, ela precisa tomar medicação injetável, pois os analgésicos mais fracos não são suficientes. A trabalhadora acredita que essas dores foram decorrentes de suas atividades de trabalho no campo durante anos. Hortência e Camélia, da mesma forma, associam as dores sentidas na coluna e pescoço com as atividades que realiza:

Mas é, eu acho que é peso, é varrer terreiro, aqui também. Porque a gente sozinha, você sabe, né? Como que é. Se você traz um saco de milho, você não tem quem ajuda. Você tem que se virar, ou no balde ou você passa pra carriola, da carriola você leva [...] (Hortência, 2021).

Se fosse só o serviço leve de lavar a louça, serviço levinho assim, não ataca, mas dependendo do serviço tem que abaixar e levantar. [...] Por que eu já fui no médico, deu bico de papagaio, deu coluna desviada. Aí faço o serviço mais devagar (Camélia, 2021).

Jasmim também sente fortes dores na coluna, o que afeta diretamente a realização de seu trabalho. Segundo Jasmim (2021), “Já cheguei a ficar aqui sem trabalhar, sem poder levantar, travada com problema de coluna. Isso aí afeta muito”. A entrevistada já consultou com médicos e realizou alguns exames, mas não chegou a um diagnóstico conclusivo, e quando está com as dores, toma analgésicos para amenizar a dor.

Ademais, Rosa deixou de produzir farinha de mandioca manualmente, pelo desgaste físico da atividade, e que foram intensificadas por problemas nos nervos das mãos e braços, decorrentes da hanseníase.

Os distúrbios osteomusculares são um dos problemas de saúde que mais atingem os(as) trabalhadores(as) do campo em todo o mundo, tanto trabalhadores(as) assalariados(as) quanto agricultores(as) familiares, decorrentes, sobretudo, da alta demanda e carga pesada de trabalho. Revisão de literatura identificou a alta prevalência de dores musculoesqueléticas em trabalhadores(as) rurais, principalmente nas regiões da coluna, ombros e joelhos (FIEGENBAUM *et al.*, 2021).

Para as mulheres do campo, os distúrbios osteomusculares também estão relacionados com a sobrecarga de trabalho, do acúmulo das atividades da roça e do trabalho doméstico, como

debatido no capítulo anterior. Em estudo realizado com trabalhadoras de comunidades rurais de Santa Catarina, por exemplo, Motta *et al.* (2010) apontam que 93,3% das trabalhadoras rurais já sofreram com dor lombar durante algum período da vida, podendo estar relacionada com tempo de trabalho no campo, movimentos repetitivos no trabalho, idade e aumento de peso.

Em contexto similar, observado no trabalho de mulheres rurais na Índia, Singh e Arora, (2010) identificaram diversos distúrbios osteomusculares relacionados ao levantamento e transporte de carga pesada, agachamento, dentre outros. Como medidas importantes para diminuição da prevalência desses problemas de saúde, os autores apontam a melhoria nas ferramentas e equipamentos e no processo de trabalho, de modo geral, com a diminuição da carga de trabalho e dos movimentos repetitivos, dentre outras.

No que diz respeito a doenças infecciosas, foi identificado nos assentamentos casos de hanseníase, nos últimos três anos. Entre as entrevistadas, 4 mulheres foram acometidas pela doença, sendo que no caso de Rosa, a enfermidade esteve ligada a seu trabalho na área rural como agente comunitária de saúde (ACS). A trabalhadora relata que nos últimos anos percebeu-se um aumento nos casos de hanseníase nos assentamentos, entretanto, ela não conhecia a doença e não recebeu orientação sobre a enfermidade das autoridades de saúde, sendo assim, acabou contaminando-se durante seu trabalho.

[...] eu me contaminei com a hanseníase. Eu não conhecia essa doença e estava tendo muito caso e depois quando eu descobri. Eu mal, e inchando e as juntas inchando. Passei pelo médico e o médico pediu um exame. E, ele perguntou se na minha família tem. Eu falei não. Só que onde eu trabalho tem muita gente com essa hanseníase. Ele falou: “então, vamos fazer o exame”. Fez o exame e confirmou (Rosa, 2021).

Porque já tinha 5 famílias na minha área com hanseníase. Eu não tinha nenhuma orientação sobre ela e não tinha prevenção de não ser contaminado. Eu chegava, me alimentava, bebia água, muitas vezes, eu pegava até o mesmo copo da pessoa. Eu não sabia que ela era contagiosa, depois disso eu fui ter um pouco de conhecimento sobre essa doença. Daí eu acredito que eu peguei na área, como todas as outras agentes, ou eu poderia ter passado para outras agentes (Rosa, 2021).

Além de Rosa, outras 4 agentes de saúde e a técnica de enfermagem da unidade básica de saúde que atende a região, a UBS Ana Rosa, tiveram hanseníase. Na casa de Rosa, seu marido também teve a doença. Em 2021, após 2 anos de tratamento, Rosa ainda fazia o acompanhamento médico terapêutico no hospital de referência para doenças infecciosas em Mato Grosso, o Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá, pois não estava totalmente curada.

Tomei remédio durante 1 ano, aí achei que estava curada, o médico mandou parar. Depois de 3 meses repetimos o exame, meu velho estava curado e eu continuava com ela. Eu estava com muita dor, inchando muito, aí mandaram para Cuiabá e lá confirmou que eu ainda estava com ela. Que eu não estava curada (Rosa, 2021)

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica, transmissível, provocada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. A doença é transmitida por secreções e fluídos contaminados das vias aéreas (gotículas da fala, espirro, etc.) de pacientes sem tratamento. Como a doença afeta os nervos e a pele, os principais sintomas são lesões na pele com alterações na sensibilidade, dor nos nervos dos membros superiores e inferiores, bem como dormência e perda da força muscular. A hanseníase tem tratamento e cura, mas quando não tratada adequadamente, pode gerar importantes incapacidades físicas (BRASIL, 2022; FIOCRUZ, 2013).

No caso de Rosa, a doença afetou os nervos das mãos e pernas, prejudicando os movimentos dos membros e as atividades que normalmente eram desenvolvidas, como andar de moto, segurar e levantar algum equipamento no trabalho na roça, dentre outros, além de causar muitas dores e câimbras. Por tais motivos, ela estava licenciada do trabalho de ACS, para tratamento de saúde por alguns meses.

As dores, dói demais e os movimentos. Hoje, eu ando um pouco mais afastada porque eu vou andar de moto, começa a adormecer, adormecer o braço, aí eu tenho que parar, tentar chacoalhar o braço para voltar, para eu sentir o movimento. Então, eu tive várias quedas de moto porque daí a câimbra pegava, eu ia tentar frear a moto ou parar e eu não conseguia porque minha perna ficava meio dormente. Aí o doutor mandou afastar, já tem 8 meses e esperar agora o final desse tratamento, que Deus abençoe, e que volte um pouco aos movimentos normais (Rosa, 2021).

Ademais, por possuir um tratamento longo em certos casos, além do estigma que a hanseníase possui, a enfermidade pode causar sofrimentos psicológicos na vida dos pacientes. Rosa relata que a doença também incidiu sobre sua saúde mental, principalmente, pelo incômodo das dores sentidas e a situação da contaminação ter ocorrido durante seu trabalho, por não haver orientações de como se prevenir adequadamente. Atualmente, sua maior preocupação em relação a sua saúde é curar-se da hanseníase.

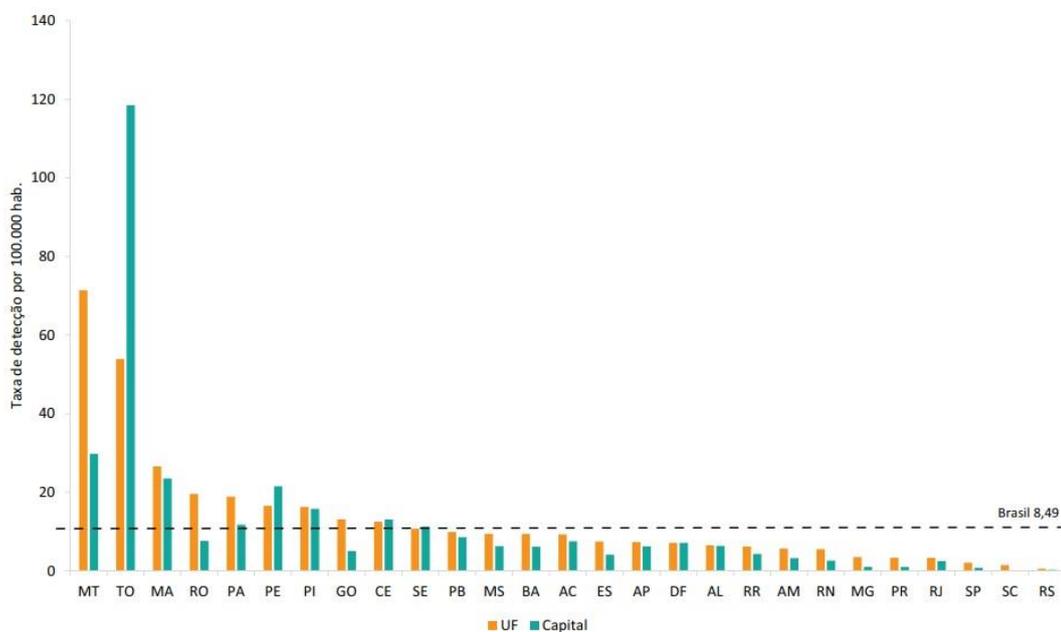
Aí, a minha principal preocupação é combater essa hanseníase, porque é muito cruel essa doença. A gente pensa que é uma doença besta que não tem tanto impacto, mas tem muito, porque é muita dor, é muita dor, é muito, sei lá, até o psicológico da gente ficou afetado, porque o médico chegar e falar assim comigo, porque eu perguntei quanto tempo que eu ia ficar com essa sequela, porque eu tenho muita dor à noite. De dia até passa bem, mas a noite aumenta muito. Que eu vou ficar quanto tempo com essa sequela e ele falou assim: “que após o tratamento eu posso ficar até 5, 6 anos com a sequela, ela não acaba de uma hora para a outra, eu posso ter dor por muito tempo”. Então, é um trem que me afetou bastante o meu psicológico, [fala emocionada] muito

mesmo, porque a gente entrou a trabalhar e muita gente não tinha conhecimento dessa doença. Aí, tinha muito caso na nossa área e, eu não sabia que ela era contagiosa, só fui saber depois que eu peguei (Rosa, 2021).

A hanseníase, também conhecida por lepra, é uma doença antiga e que carrega um estigma social, pois, durante séculos, os enfermos eram excluídos da sociedade ou mandados aos leprosários, por medo do contágio. Tal situação começou a mudar em meados da década de 1940 – período em que se avançou em pesquisas e no tratamento da doença com medicamentos mais efetivos (FIOCRUZ, 2013; OPS, 2016).

No mundo, o Brasil é o segundo país com mais casos de hanseníase, ficando somente atrás da Índia. Nos últimos 10 anos, Mato Grosso esteve entre os 10 estados brasileiros com maiores números de casos novos da doença, sendo que, desde 2015, este número vem crescendo. Em 2020, Mato Grosso apresentou a maior taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase no Brasil - 71,44 casos novos por 100.000 habitantes – como observa-se na Figura 5, estando bem acima da taxa de detecção de novos casos no país (BRASIL, 2022).

Figura 5 - Taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes segundo Unidade da Federação, Brasil, 2020.



Fonte: retirado do Boletim Epidemiológico Hanseníase – 2022 (BRASIL, 2022)

Atualmente, observa-se que a distribuição da doença está relacionada a contextos com precárias condições sociais, econômicas e ambientais, e a baixa condições de acesso aos serviços de saúde. Segundo a OMS, a hanseníase é considerada uma das 20 doenças

negligenciadas no mundo, que afetam mais de 1 bilhão de pessoas, sobretudo em situação de pobreza, gerando sérias consequências econômicas, sociais e na saúde dessas populações (WHO, 2020).

Para Oliveira (2018), as doenças negligenciadas, como a hanseníase, relacionam-se historicamente com dinâmicas de caráter colonial e capitalista, incidindo em determinados territórios e populações em situação de vulnerabilidade. Segundo a autora, “a noção de negligência tem que ser assumida, não apenas em termos de doenças, mas também de pessoas e seus corpos” (p. 2300).

Em relação à atuação dos órgãos públicos de saúde do município para prevenção e controle da doença, Rosa relata que são poucas as ações, e os casos de hanseníase também estão presentes na cidade, além da área rural do município.

Infelizmente, o nosso município nessa parte é muito atrasado. Até que a doutora lá em Cuiabá me falou: “Gente, tinha que ter palestra, tinha que fazer um bloqueio”. Tangará (*cidade vizinha*) teve muito. Teve palestra, teve campanha no posto para sentir o caroço. Aqui no nosso município essa parte é muito atrasada. A gente cobrou, mas até hoje nunca teve nada disso, do jeito que em Tangará) que teve campanha para ver se diminuía um pouco de casos. Infelizmente nosso município está muito atrasado nessa parte. E tem muito caso de hanseníase dentro dos assentamentos e na cidade também, na cidade tem 18 Agente de Saúde contaminados da hanseníase. Até onde eu estava sabendo tinha 18, mas com certeza já tem mais (Rosa, 2021).

Segundo a Organização Panamericana de Saúde, as estratégias dos serviços de saúde para diminuição dos casos da doença devem englobar: atividades de prevenção e conscientização sobre doença e casos suspeitos, detecção precoce, melhoramento no acesso ao diagnóstico e tratamento pela atenção primária, busca ativa de casos com contato direto à pessoas afetadas, luta contra a estigmatização da doença, dentre outras (OPS, 2016).

7.1.2 Saúde mental e violência

Os transtornos e sofrimentos mentais estiveram presentes nos relatos das trabalhadoras do campo em relação a sua saúde, repercutindo de modo importante em suas vidas e trabalho. Rosa, que também é agente comunitária de saúde, e Açucena, que faz parte do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais, relatam que nos assentamentos percebeu-se um aumento de casos de depressão em mulheres, nos últimos anos. Entre as entrevistadas, quatro mulheres relataram sinais e sintomas de sofrimentos e transtornos mentais, como crise de ansiedade, estresse, síndrome do pânico e depressão.

Margarida nos conta que inicialmente apresentou sintomas, como dor no peito e em outras partes do corpo, que parecia com outros problemas de saúde, mas ao realizar um atendimento médico, percebeu-se que estava relacionado com estresse e sua saúde mental.

Teve um dia que eu fui para o médico e o coração estava que nem de criança e a pressão normal. Aí era só um estresse. Deu uma dor muito grande aqui. Uma dor pesada. Um aperto, fiquei sem fôlego. Aí o médico falou que era muita coisa... Muita coisa que a gente vai passando e vai só guardando, guardando e não aguenta. Aí fiquei meio assim... [...] Estou tomando remédio assim, para estresse. Já melhorei bastante, eu não estava conseguindo trabalhar, me deu muita dor nos braços, nas pernas. Assim, parece que estava tudo podre (Margarida, 2021).

De forma semelhante, Jasmim sentiu-se ansiosa e estressada nos últimos nos, principalmente pelo contexto da pandemia da COVID-19, e o receio de alguém familiar ficar doente, além das medidas de distanciamento social que foram adotadas, fazendo-a sentir-se mais sozinha.

Afetou pelo estresse, não é? A saúde mental. Porque, nossa, não foi fácil passar essa pandemia, não é? Sempre fica aquele medo, aquela coisa, os filhos que estão lá na rua. E a gente se preocupa, nossa, ficou muito estressante mesmo. Deu ansiedade, muita ansiedade, porque você não pode sair. Você tem às vezes que sair e não podia. E o tempo que ficou aquele primeiro ano, o primeiro ano foi mais tenso, foi mais estressante (Jasmim, 2021).

Além das situações apontadas pelas entrevistadas, Rosa relata que em uma de suas visitas como agente comunitária de saúde, chegou a interferir em uma tentativa de suicídio de uma mulher com depressão. Para ela, depois desse episódio e outros presenciados, foi difícil lidar com a reação dos familiares das mulheres, principalmente os maridos, que em alguns casos não consideram os sofrimentos mentais como um problema de saúde, mas como um ato proposital para “se aparecer”.

O que me doeu muito no meu serviço de ver essa realidade é que a família não leva em si o que é a depressão. Eles acham que a pessoa quer se aparecer, quer chamar a atenção e não é. Isso aí é um trem que no meu trabalho me deixou assim muito magoada. Mas eu tentei conversar muito com as famílias que a depressão não é querer se aparecer, que às vezes acha que não é uma doença. É uma doença, é uma doença terrível e mata, porque a pessoa com vergonha de falar, vai guardando, guardando para ela ali, depois ela entra em pânico (Rosa, 2021).

Os sofrimentos e doenças mentais, carregam historicamente um forte estigma social, sendo que por muito tempo foram tratados como padrões comportamentais de “loucos”, com ações de intervenção e tratamento centradas no modelo manicomial, culminando na exclusão dos indivíduos da sociedade (AMARANTE, 2007; NASCIMENTO; LEÃO, 2019).

A compreensão, principalmente de familiares, que o transtorno mental é algo controlado pelo indivíduo também foi observado por Nascimento e Leão (2019). As autoras ressaltam que a representação dos transtornos mentais como escolha e falta de vontade, pode aumentar o sofrimento das pessoas acometidas, fazendo que se sintam culpadas, menos importantes e incompreendidas, contribuindo para a internalização do estigma.

Para Rosa, os casos de depressão nas mulheres nos assentamentos estão relacionados com o pouco convívio social fora do sítio, as poucas atividades de lazer e as dificuldades financeiras que muitas mulheres vivem na área rural.

Eu acho que a depressão ela é provocada assim, as mulheres rurais não tinham atividade. É só da roça para casa, outras que não trabalham na roça, ficam só dentro de casa. Só trabalha ali. Não tem uma área de lazer, não tem um convívio assim, é só da roça para casa e aí eu acho que devido à dificuldade do sítio. Aqui a gente vê muito a realidade de passar necessidade de alguma coisa, eu acho que aquilo vai acumulando na cabeça e eu acho que é onde tá (Rosa, 2021).

De forma similar aos relatos das trabalhadoras, Costa *et al.* (2014) em uma pesquisa com trabalhadoras do campo de uma região de assentamentos no Rio Grande do Norte, observaram que 43% das mulheres apresentaram indicativos de transtorno mental comum, sendo o humor depressivo/ansioso o sintoma mais citado. Os principais fatores relacionados ao sofrimento mental foram a pobreza, sobrecarga de trabalho, o casamento e a violência doméstica. Estudo de Parreira *et al.*, (2017), com mulheres rurais em Minas Gerais, da mesma forma, identificou a alta prevalência de transtornos mentais comuns entre as trabalhadoras.

Em uma comunidade quilombola rural no Rio Grande do Norte, Dimenstein *et al.* (2020) evidenciam maior incidência de transtornos mentais nas mulheres, que associam o sofrimento mental a situações estressantes e o cotidiano familiar, conflitos na relação conjugal, desemprego, dificuldades financeiras, dentre outros. Para os autores, o estudo revela a articulação intrínseca entre as relações de gênero, raça, classe e saúde mental.

De modo geral, a literatura aponta uma maior vulnerabilidade das mulheres em relação aos sofrimentos e transtornos mentais, principalmente relacionados aos papéis de gênero, status e poder desigual atribuído às mulheres, sobrecarga de trabalho doméstico, e à contextos de condições precárias de vida (WHO, 2002; ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015). Sendo assim, as questões relativas à saúde mental também estão ligadas às relações interseccionais de poder de gênero, classe e raça.

Sobre a rede de assistência pública à saúde mental no município, Rosa expõe “[...] e a gente não tinha no nosso município, não tinha psicólogo, nem psiquiatra. Se quisesse era tudo

particular e, é onde muitos casos chegaram ao estado gravíssimo por causa disso. Não tinha apoio do município (Rosa, 2021).”

Outra situação citada relacionada com a saúde mental das mulheres do campo nos assentamentos em Nova Olimpia é a violência doméstica. Açucena nos conta que existem diversos casos de violência contra as mulheres nos assentamentos, porém, são invisibilizados, pela falta de denúncias e apoio para as mulheres, de forma que não entram nas estatísticas oficiais. Para a trabalhadora, os casos de depressão têm relação com tais violências sofridas pelas mulheres dentro de casa e a falta de apoio familiar e institucional nessas situações.

A violência contra a mulher no campo, ela é grande e escondida. Ela acontece muito. E essa violência não entra nem nas estatísticas, né. E isso e é eu acho que essa violência, essa falta de assistência no campo, principalmente na saúde, na segurança é que teve a necessidade da saúde mental, de cuidar da depressão, de fazer alguma coisa pela depressão [...] se sente violentada, né, e não tem apoio. E aí, quando isso começa a acontecer, eu acho que a produção toda, de uma maneira em geral vai, vai pra baixo (Açucena, 2021).

A violência doméstica relacionada com a prevalência de transtornos mentais em mulheres moradoras de áreas rurais também foi verificada em estudo na Paraíba, desenvolvido por Furtado *et al.* (2019), assim como no estudo de Costa *et al.* (2014). Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, Mato Grosso esteve entre os cinco estados brasileiros com as maiores taxas de feminicídio do país (BUENO *et al.*, 2022).

Para Saffioti e Almeida (1995), a violência de gênero, assim como a violência de classe e de raça/etnia, são condições estruturais para a instauração e preservação das relações de poder de classe, gênero e raça, seja repercutindo nas relações macro e micro sociais da vida. Segundo as autoras, as “normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros, de ricos e pobres contêm violência” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 30)

Sendo assim, a violência de gênero é um importante componente de controle social e poder dos homens sob os corpos das mulheres. Como observado nos relatos das trabalhadoras, embora existem situações em que as mulheres não conheçam seus agressores, na maioria dos casos, os agressores são parentes ou pessoas conhecidas das mulheres, que aproveitam de relações de confiança construídas com as vítimas, como na violência doméstica. Nestes casos, o controle do corpo e sexualidade das mulheres é ratificado, nas sociedades patriarcais, pelo contrato matrimonial (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Ainda sobre a falta de apoio institucional para as mulheres denunciarem os casos de violência, como delegacias especializadas da mulher, acolhimento profissional e especializado e medidas de segurança necessárias após a denúncia, Açucena problematiza:

Em Nova Conquista (*assentamento*), eu sei de violência terrível ali que não foi registrada. E a gente conversa com a mulher, ela, “mas eu vou fazer o quê, se ele vai voltar pra dentro de casa, vai ficar pior.” E a gente não tem pra onde falar, não, você tem o apoio, você pode fazer isso, ... Ter uma garantia. Se, na zona urbana, essa garantia já é complicada, imagine há 40 quilômetros aqui, 28, 40. E isso dá muita insegurança pra elas. [...] Porque, assim, ela não tem onde se apegar. No mínimo 40 quilômetros da cidade. O assentamento mais perto é o Riozinho. Ela não tem onde se apegar. Ela vem, denuncia o marido e volta pra lá com ele. Então como que ela vai denunciar? Pra quem? Fazer o quê? E ela fica ali naquela angústia, naquele sofrimento (Açucena, 2021).

Diante da carência de mecanismos efetivos para lidar com a violência contra a mulher, além de discursos que minimizam a violência presente no cotidiano dos assentamentos, Açucena (2021) acrescenta, “infelizmente, é aquele tabu: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher,” ainda está muito forte, né”. Essa cultura de naturalização da violência entre homens e mulheres também faz do patriarcado e reforça a ideia de subordinação, posse e controle dos corpos e vida das mulheres pelos homens, principalmente, se tratando de casais. Para Saffioti e Almeida (1995), os homens no espaço privado, no âmbito da família, são vistos socialmente “como detentores do monopólio do uso “legítimo” da força física”, sendo alguns lares “extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas” (p. 33). E “em virtude da sacralidade da família” constrói-se, “um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo” (p. 34).

No que se refere às ações específicas das secretarias de saúde e assistência social em relação à violência doméstica, Açucena relata que são poucas, sendo a maioria relacionada a cursos sobre artesanato e produção de outros produtos (doces, pães, etc.) para melhoria da renda familiar, pois é um dos fatores relacionados à violência nos assentamentos. Entretanto, a entrevistada acrescenta que seria essencial discutir mais abertamente sobre as situações de violência doméstica e como agir nessas situações.

No Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Nova Olímpia, no primeiro mandato em que Açucena fez parte, foi possível debater e fortalecer as mulheres sobre os casos de violência doméstica, entretanto, nos últimos sofreram resistências para debate no próprio sindicato, além de outros conflitos políticos enfrentados com membros da gestão.

A violência doméstica contra as mulheres é uma questão de saúde pública, assim como, é entendida a violência na sociedade, de modo geral (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Sendo essencial, a atenção dos órgãos públicos e políticas de saúde em todas as esferas (municipal, estadual, federal), além da sociedade civil e movimentos sociais atuando para combatê-la.

7.1.3 Exposição e intoxicações por agrotóxicos

A exposição aos agrotóxicos foi identificada no ambiente de trabalho e vida de todas as mulheres entrevistadas, considerando o uso direto pela trabalhadora no seu sítio e a exposição indireta decorrente do uso de agrotóxicos em grandes propriedades ao redor do assentamento e da cidade, principalmente através da pulverização aérea. Tanto a exposição direta e ocasional no trabalho, quanto a exposição indireta ambiental aos agrotóxicos, ou melhor, como nomeia Breilh (2006, p. 207), “a ‘im’posição (ou exposição permanente ou intrínseca)”, podem causar intoxicações agudas e crônicas nas trabalhadoras e na população.

Das entrevistas realizadas, oito trabalhadoras relatam fazer uso de algum tipo de agrotóxico no sítio, mas ressaltam que usam com baixa frequência e preferem controlar as espécies indesejadas (“pragas”) com produtos naturais e caseiros. Margarida utiliza agrotóxicos, principalmente, para realizar o controle de espécies de capim e outras plantas (“mato”) que crescem em espaços do sítio que não são utilizados para a agricultura, e Jasmim utiliza agrotóxicos na agricultura, mas em áreas distantes do espaço da moradia. Macela utiliza agrotóxicos no pasto, pois o trabalho de roçar manualmente é grande e exaustivo, mas resalta, assim como Margarida e Jasmim, que não gosta de utilizar tais produtos, por matarem e prejudicarem outras plantas também.

Às vezes só assim, eu não gosto muito não, às vezes, só passo no mato onde eu não planto, assim em um nascer de cerca que a gente não tem tempo de estar toda a vez cerrando, a gente bate um veneno para demorar o mato a nascer. Mas onde planta eu não gosto de passar (Margarida, 2021).

Às vezes, usamos para matar o mato, não é? Mas na parte que vai plantar mais longe, porque aqui perto da casa eu não gosto muito que passa, não é? Aqui eu gosto mais natural. Carpir e plantar mesmo porque [...] menos agrotóxico é melhor (Jasmim, 2021).

De vez em quando nós passamos. Eu não gosto muito de mexer com veneno, não. Mas é muito pasto que a gente não aguenta está roçando [...] eu não gosto de estar passando muito veneno. Porque acaba muito com as plantas, e hoje, não está bom para passar. É mais com o trator mesmo e foice (Macela, 2021).

No sítio de Petúnia, os agrotóxicos são utilizados no pasto para controle de plantas indesejadas. No momento da aplicação do veneno, algumas vezes o gado é retirado do pasto, e em outras situações o veneno é passado com o gado próximo inalando o produto, prática também bastante rotineira em grandes fazendas da região. A pulverização de agrotóxicos perto de rebanhos bovinos foi observada em fazendas de soja da região de Campo Novo do Parecis-MT, sendo que tal situação foi caracterizada, por Beserra et al. (2021), como “convívio perigoso” entre a pecuária e o uso de agrotóxico, com riscos de gerar uma intoxicação aguda nos animais, assim como nos(as) trabalhadores(as).

Hortência, do mesmo modo, utiliza agrotóxicos no pasto, ressaltando que não é de forma frequente. Em outros espaços do seu sítio, prefere utilizar produtos naturais, como calda de mamona e a mistura de cal com sulfato de cobre. Melissa utiliza os agrotóxicos em situações onde não consegue fazer o controle por produtos caseiros e naturais e em momentos em que as espécies indesejadas aumentam, como no caso de alguns insetos.

Ah, às vezes... às vezes eu passo é comprado, né? Veneno comprado. Mas sempre eu uso a mamona, né? Com mamona, a calda da mamona é boa, eu uso esse negócio azul aí que é... é cal com um sulfato de cobre, que eu passo nas plantas também, que diz que é bom. É... só às vezes quando tá muita praga que não tem jeito eu uso veneno, e no pasto às vezes também, a gente usa (Hortência, 2021).

Às vezes, sim, às vezes, não. Porque, às vezes, é um ano que dá muito inseto, nós, às vezes, passamos um produto químico daqueles mais fracos porque principalmente, legume, verdura, nós não gostamos de coisa química, né, nós fazemos mesmo o natural. Nós fazemos o produto natural para poder combater, purgão, a lagarta, essas coisas. E assim, sobrevive (Melissa, 2021).

De forma similar, Rosa tem preferência por produtos caseiros e naturais, como a calda de fumo e da planta nim (*Azadirachta indica*), na qual vem utilizando na produção de verduras. Entretanto, na produção de café é utilizado inseticidas químicos, principalmente para controle de gafanhotos. Rosa relata que tentou não utilizar agrotóxicos no café e que gostaria de não precisar usar, pois conhece os impactos negativos dos agrotóxicos na saúde, mas o aumento da população de gafanhotos nos últimos anos vem dificultando a situação no seu plantio.

A gente tentou muito não usar produto químico porque a gente gostaria de trabalhar fora do químico, não é? Não tá fácil. A gente está tentando produzir alguns remédios caseiro. A EMPAER deu um curso, de uns produtos caseiros para gente está passando nas verduras que a gente está utilizando, através do mijo da vaca, o fumo. Aí depois veio outro de uma planta que chama nim. A gente está fazendo o veneno dela para tá utilizando. Mas, no café infelizmente, eu tenho que usar algum produto químico porque deu muito gafanhoto (Rosa, 2021).

No café temos que usar inseticida, mas na lavoura, nas verduras, em horta a gente procura não está utilizando porque a gente sabe que o veneno é grande e acaba muito com a saúde, a gente vê o que vem acontecendo muito aí por causa de veneno (Rosa, 2021).

De fato, a transição para uma produção sem o uso de agrotóxicos, demanda alguns anos e é necessário políticas de incentivos por parte do poder público, principalmente nos primeiros anos de produção em que ocorre à adaptação da cultura agrícola, do solo, das técnicas de trabalho, dentre outras (BORSATTO *et al.*, 2019). Além do mais, os assentamentos em Nova Olímpia, assim como outras áreas de pequenas(os) agricultoras(es) no Brasil, estão cercados por fazendas com latifundiários de monoculturas, seja de pasto, de soja, algodão, etc.

A monocultura em larga escala, além de utilizar grandes quantidades de agrotóxicos, acabam com a diversidade biológica do ecossistema natural, levando consigo os predadores naturais de diversos insetos e plantas, que realizam o controle populacional de várias espécies consideradas “pragas” na agricultura. O caso do aumento de insetos na região, como relatado pelas mulheres, pode estar ligado a ausência de predadores naturais, assim como, a uma adaptação genética dos insetos aos agrotóxicos utilizados na região (CARSON, 2010).

Em relação ao trabalho de aplicação dos agrotóxicos, algumas trabalhadoras apontaram que é o seu companheiro que realiza a pulverização dos produtos. Nesses casos é importante considerar que, geralmente, são as mulheres que fazem a limpeza das roupas utilizadas na aplicação, ficando também expostas diretamente a resíduos (gotículas, respingo) do agrotóxico no tecido.

Em outros casos, as próprias mulheres fazem a aplicação. Macela, por exemplo, aplica veneno nas vacas leiteiras para controle de moscas e carrapatos e Violeta pulveriza veneno contra cupim na rama da mandioca, durante o plantio. As duas trabalhadoras utilizam apenas uma máscara de proteção facial simples durante a pulverização, pois argumentam que utilizam em pouca quantidade e os produtos são fracos, em relação aos efeitos à saúde que possam sentir durante a aplicação. Segundo Violeta,

Não, ele nunca fez mal para nós, não. Porque ele é um veneno muito fraquinho. Só para matar cupim para ele não brocar aquela rama que nós plantamos. Só passa só ali, joga a mandioca, joga um pouquinho ali com a ponta da bomba fraquinho e não espirra em lugar nenhum (Violeta, 2021).

Quando indagadas sobre o nome dos agrotóxicos utilizados no sítio, a maioria das trabalhadoras não soube dizer exatamente, mas foi possível identificar o uso dos agrotóxicos

com nomes comerciais Regent e Tordon, formulados com os princípios ativos fipronil, 2,4-D e picloram, respectivamente.

O princípio ativo fipronil é um inseticida do grupo químico pirazol e o seu produto comercial, Regent, está classificado como “categoria 2 – altamente tóxico” e “potencial de periculosidade ambiental II – muito perigoso ao meio ambiente”. O picloram e o 2,4-D, componentes do Tordon, são herbicidas com autorização de uso no ano de 2002, apresentando a classificação toxicológica “I – extremamente tóxico” e “potencial de periculosidade ambiental III – perigoso ao meio ambiente”² (AGROFIT, 2022).

Sobre o uso correto de equipamentos de proteção individual (EPI) durante o manejo e aplicação de agrotóxicos, Rosa reflete que na agricultura familiar ainda estão longe de se adequarem as orientações e legislações de segurança no trabalho rural.

Isso é uma parte que na agricultura familiar, ainda somos muito relaxados a não usar os equipamentos certos. Isso eu não tenho vergonha de falar, não. Porque esses dias eu estava pastando e chegou um rapaz: “mas você não usa a proteção nenhuma, o equipamento, cadê a roupa certa?”. A gente ainda não comprou, eu falei que iria comprar, mas não comprei ainda. Eu uso a bota de borracha, não é? Veste a calça comprida, mas aquela normal, não é aquela própria e a gente costuma usar a máscara para não receber aquela respiração do veneno. Mas é máscara de tecido, nunca comprei a máscara própria (Rosa, 2021).

O uso de EPI, visando “à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” é regido pela Norma Regulamentadora (NR)-06 (BRASIL, 1978), sendo reforçado, no caso das(os) trabalhadoras(es) rurais, pela NR-31, que trata da “segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura” (BRASIL, 2005). Na manipulação e aplicação de agrotóxicos, o EPI inclui luvas, chapéu, botas, avental, camisa com mangas longas e calça impermeáveis, óculos de segurança e máscaras com filtros específicos para agrotóxicos (SENAR, 2015). Tais normativas, entendidas como normas antecedentes à atividade de trabalho, não tomam em consideração a singularidades dos sujeitos que trabalham, possuindo uma “desaderência” com a atividade, ou seja, estão desligadas das situações vivenciadas pelas trabalhadoras no “aqui e agora” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 2).

² Em 2019, o Tordon foi reclassificado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para a “categoria 5 - improvável de causar dano agudo” (AGROFIT, 2022). Essa reclassificação, não só dos ingredientes ativos do Tordon, mas também de outros, como o glifosato, vem sendo questionada como forma de interferência política na regulação de agrotóxicos, para o ocultamento de evidências científicas dos fortes efeitos tóxicos para humanos dessas substâncias (GRIGORI, 2019).

Ademais, para Augusto et al., (2011) é questionável a estratégia de segurança no trabalho pelo uso de EPI, uma vez que em sua fabricação, realizada principalmente por empresas estrangeiras, não são consideradas as características individuais das(os) trabalhadoras(es) e as condições do ambiente de trabalho (temperatura, umidade, espaço aberto ou fechado, etc.), podendo gerar desconfortos físicos, bem como dificuldades na realização do trabalho.

Do mesmo modo, diversos estudos demonstram a dificuldade no uso do EPI pelas(os) agricultoras(es) familiares, que está ligada, entre outros fatores, ao desconforto e calor causados pelo uso do EPI; às dificuldades na obtenção dos equipamentos, pelo alto custo e à ausência de orientações técnicas sobre a utilização correta (ABREU; ALONZO, 2016; BURALLI *et al.*, 2021; KRAEMER; KRAEMER; SOARES, 2021; SZNITOWSKI; MENEGON, 2012; TEIXEIRA *et al.*, 2011).

Corroborando com a discussão, o estudo de Abreu e Alonzo (2016) realizado com agricultores(as) familiares no município de Lavras-MG sobre a utilização de agrotóxicos, concluindo que não há o uso seguro de agrotóxicos no trabalho, uma vez que as medidas de segurança sobre o manuseio e uso de agrotóxicos são complexas e custosas, sendo incompatíveis com a estrutura socioeconômica, administrativa e laboral das unidades agrícolas familiares.

A exposição das trabalhadoras aos agrotóxicos não está ligada apenas ao uso ocasional que fazem desses produtos em suas terras, mas também a exposição gerada pela intensa utilização de agrotóxicos pelas fazendas do agronegócio no entorno dos assentamentos. Na região dos assentamentos, a principal atividade exercida pelas fazendas é a pecuária, e em outras regiões do município são plantadas em larga escala a cana-de-açúcar.

Rosa relata uma grave situação que ocorreu no ano de 2013, na qual um avião de uma das fazendas de gado da região realizou uma pulverização irregular de agrotóxicos sob o assentamento Riozinho. O alvo da pulverização aérea, por parte da fazenda, era áreas de pastagens para controle de espécies de plantas de folha larga. No entanto, a pulverização atingiu áreas de produção das(os) agricultoras(os) familiares, matando e contaminando diversas plantações de hortas e frutas, que estavam voltadas para o abastecimento de escolas e a feira livre da cidade. No sítio de Rosa, pela pulverização, foram perdidos 45 pés de mamão, 20% do seringal e a totalidade da horta.

Agora, assim, nas grandes fazendas do entorno aqui passa muito veneno para matar mato. Isso a gente tem um problema sério aqui que já vai para 7, 8 anos. Onde eu estava com uma horta muito grande, várias pessoas aqui do assentamento estavam com uma horta muito grande. Onde a gente tinha o PAC, um projeto na horta que o governo forneceu o Kit da horta e a gente trabalhava com a horta. E aí, um fazendeiro passou com o avião, onde matou toda a nossa produção. E, essa causa já está na justiça já tem mais de 7 anos e estamos aguardando (Rosa, 2021).

O caso foi denunciado pelas(os) moradoras(es) do assentamento em conjunto com Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais de Nova Olímpia para a Polícia Civil e outros órgãos competentes, e ainda segue na justiça. De acordo com a perícia realizada no local, foi repassado para as agricultoras que, pelo menos, 5 princípios ativos de agrotóxicos estavam na mistura que foi pulverizada irregularmente, sendo que um dos princípios ativos era proibido o uso, além de ser considerado cancerígeno³. Segundo Rosa, o perito chegou alertá-las(os) sobre uma possível epidemia de câncer no assentamento, nos próximos anos.

Mas, quando o perito veio, eles fizeram a perícia, e foi usado 5 tipos de venenos. E um diz que é totalmente cancerígeno, que é proibido de passar. O perito falou com a gente para se preparar porque daqui a 5, 6 anos vai ter uma epidemia de câncer nos assentamentos devido a esse veneno (Rosa, 2021).

Em Mato Grosso, outro caso de pulverização aérea de agrotóxicos atingiu a população, no ano de 2006, no município de Lucas do Rio Verde. A névoa de agrotóxicos, proveniente de uma pulverização realizada em plantações entorno da cidade, causou intoxicações agudas na população e danificou hortas e plantas ornamentais de ruas e quintais da cidade (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007). Em 2013, no município de Nova Guarita – Mato Grosso, um assentamento também foi atingido por uma pulverização aérea irregular de agrotóxicos. No caso relatado por Freitas et al., (2022) há indícios de intencionalidade, uma vez que os(as) moradores(as) do assentamento estavam sofrendo outras agressões por conta de conflitos por terra na região.

Ademais, em maio de 2013, na área rural da cidade de Rio Verde – Goiás, 92 estudantes e professores da Escola Municipal Rural São José do Pontal foram intoxicados por uma “chuva” de agrotóxicos de uma pulverização aérea que estava sendo realizada em uma plantação de milho próxima a escola (LIMA JÚNIOR, 2015). Pode-se perceber que o ocorrido em Nova Olímpia não é um caso isolado, e que em todas as pulverizações de agrotóxicos deve-se

³ A trabalhadora entrevistada não soube dizer os nomes dos princípios ativos de agrotóxicos identificados na perícia.

considerar que os agrotóxicos atingem todo ambiente e organismos vivos ao redor, e não somente o organismo alvo.

Ainda sobre o caso da pulverização aérea sob os assentamentos, a trabalhadora relata que não queriam entregar nas escolas a produção que havia sido contaminada pelos agrotóxicos, e foram buscar apoio e informações junto a prefeitura do município de como deveriam prosseguir. Entretanto, a posição da prefeitura foi apoiar o fazendeiro, argumentando que a situação não tinha sido grave e que os alimentos não estavam contaminados.

Nessa época a gente estava entregando toda a produção para a feira, para os colégios, levava nas feiras. Aí, nas minhas visitas pedi para o povo não fornecer essas alimentações, não é? Mas teve uns que: “ah! A gente começou a ganhar dinheiro agora, vou parar de entregar?” Aí ligamos para Nova Olímpia, para os órgãos que poderiam dar uma ajuda para gente. Ver o que ia fazer. Eles ao invés de virem aqui nos auxiliar, para nós não entregarmos essas frutas para os colégios porque estão envenenadas, infelizmente eles foram apoiar o fazendeiro e vieram contra a gente (Rosa, 2021).

O posicionamento da prefeitura de Nova Olímpia, na época do ocorrido, expressa como parte dos órgãos e instituições públicas brasileiras que deveriam priorizar a segurança e saúde da população, diante de uma situação de risco iminente de intoxicação por agrotóxicos, ao invés disso optam por priorizar os interesses econômicos dos grandes produtores e o contínuo uso de agrotóxicos.

Entre as trabalhadoras que não fazem uso de agrotóxicos, estão Camélia e Açucena, que dão preferência exclusiva a utilização de receitas caseiras e naturais, quando necessário. Açucena relata que não utiliza, pois, seu ex-marido sofreu uma intoxicação aguda grave por agrotóxicos anos atrás, quando era cortador de cana assalariado, deixando seu organismo muito sensível aos venenos, de modo geral.

Em relação às intoxicações provocadas por agrotóxicos, entre as mulheres entrevistadas, Rosa relatou ter sofrido um caso grave de intoxicação aguda por agrotóxicos. A situação aconteceu alguns anos atrás durante uma pulverização manual de agrotóxicos para o controle de mato no pasto, na qual o veneno caiu acidentalmente em sua perna. Rosa descreve o ocorrido:

Já me intoxiquei sim com veneno e me senti mal na roça mesmo. Eu falei: “Nossa! Parece que eu tô bêbada, tô querendo cair”. Aí tinha um rapaz trabalhando conosco e gritou meu velho que estava mais próximo. Eu sei que eu não vi a hora que eu cheguei em casa, chegaram aqui me banharam e me levaram para a cidade e acho que eu fui acordar depois de dois dias que eu estava na cidade, intoxicada com o veneno. [...] Hoje eu não aguento mais muito cheiro de veneno. Qualquer cheiro de veneno me dá dor de cabeça e já começo a passar mal (Rosa, 2021).

As intoxicações agudas por agrotóxicos são um dos principais agravos à saúde das(e) trabalhadoras(es) do campo. Estima-se que 385 milhões de pessoas adoecem todos os anos em decorrência de intoxicações por agrotóxicos no mundo (CHEMNITZ; WENZ; HAFFMANS, 2022). As intoxicações crônicas, por terem efeito a longo prazo e acumulativo, manifestam-se de forma variada no organismo e em conjunto com outras condições biológicas e ambientais, por vezes são menos perceptíveis às trabalhadoras e população. Entretanto, também devem ser consideradas e investigadas de forma mais aprofundada, levando em conta situações como essas, de exposição permanente aos agrotóxicos.

7.1.4 Acesso aos serviços de saúde

As trabalhadoras assentadas, acessam os serviços de atenção primária à saúde (APS), sobretudo, pela unidade básica de saúde (UBS) Ana Rosa, que fica no assentamento Rio Branco. Entre as mulheres entrevistadas, somente uma acessa os serviços pela UBS-São João localizada no perímetro urbano de Nova Olímpia, e outra trabalhadora possui convênio privado da PAX-Nacional e Univida, sendo atendida em Cuiabá, quando necessita. Algumas mulheres também utilizam os serviços públicos de saúde em Tangará da Serra, pois a distância entre a área urbana de Tangará e de Nova Olímpia com os assentamentos são bem parecidas.

A área de cobertura da UBS-Ana Rosa abrange os assentamentos Riozinho, Rio Branco, Nova Conquista, Vale do Sol e Usiel Pereira, além de comunidades rurais tradicionais e fazendas do entorno, atendendo cerca de 400 famílias. Segundo Rosa, a equipe da UBS, atualmente, é composta por quatro agentes de saúde, uma técnica de enfermagem, e um médico clínico geral, que atende na unidade uma vez por semana, as quintas-feiras no período da tarde. Quando é necessário consultar-se com alguma especialidade médica ou realizar um exame, o(a) morador(a) é encaminhado para o município. Como a área de abrangência da UBS é grande, Rosa (que também é ACS) acredita que deveria ter mais dias de atendimento médico, pois somente um dia não supri a demanda da população. Em relação a quantidade de ACS, Rosa relata que está defasada e há áreas, como os assentamentos Nova Conquista e Usiel Pereira, que não possuem cobertura de agentes de saúde.

Na verdade, o assentamento está quase todo descoberto. Aqui na minha área, como são 72 famílias, devido ao assentamento, o espaço ser grande, era para ser duas agentes de saúde, a outra companheira minha morreu, porque a gente atende o assentamento e toda a fazenda do entorno, não é? Ai a companheira minha morreu, já vai para quatro anos, até hoje a área dela está descoberto. Aí o assentamento Rio

Branco eram dois agentes de saúde, 1 morreu e já vai para quase 10 anos e ainda não ‘ponharam’ outra, está descoberta. E, os dois assentamentos que abriram, Usiel e Nova Conquista, ainda não foi aberto seletivo para agente de saúde, já tá com um bom tempo que está assentado esse pessoal e não tem agente de saúde. Isso não é só aqui nos assentamentos. Nova Olímpia tá quase com a metade descoberta de agente de saúde, infelizmente (Rosa, 2021).

Jasmim e Margarida, moradoras do assentamento Nova Conquista, acreditam que deveria ter uma unidade básica de saúde no assentamento ou, ao menos, mais próxima, pois a UBS Ana Rosa é longe para se deslocarem e a prefeitura não disponibiliza transporte público para esse trajeto, somente uma ambulância para emergências.

Para mim que não tem uma condução, depende de carona, pra mim é ruim, porque o posto de saúde aqui é longe. Muito longe [...] eu não tenho condução para ir lá. Quando nós íamos no ônibus da escola, o Prefeito cortou. Não pode andar no ônibus da escola. [...] Não oferece outro tipo de transporte. E quando se aperta mesmo. Daí, só vai na última hora, não é? Vai para Nova Olímpia, ou, Tangará. Na última hora, se aperta, paga um carro ou vai de carona, assim (Margarida, 2021).

[...] porque nós moramos aqui há quanto tempo, já devia ter aqui um posto de saúde. [...] Um atendimento pelo menos uma vez no mês de um ginecologista, essas coisas, né...vim um preventivo, porque às vezes tem de sair daqui e fazer em outro lugar, e o que é mais preocupante assim é a questão de você passar mal, até chegar na cidade, mas graças a Deus, agora a gente tem uma unidade de ambulância que veio para ficar, acalmou mais. Mas muitas famílias não têm condições de sair, o mais preocupante é isso aí (Jasmim, 2021).

Não foi identificada atuação do Centro de Referência em Saúde do(a) Trabalhador(a) (CEREST) nos assentamentos. Em Mato Grosso, além do CEREST Estadual, que tem sede em Cuiabá, há mais quatro CERESTs regionais, sendo dois com atuação rural. Contudo, Nova Olímpia não faz parte da abrangência destes centros regionais (RENAST, 2018). A principal referência de acesso aos serviços de saúde nos assentamentos é a UBS do assentamento Rio Branco, entretanto, como relatado pelas trabalhadoras, pela alta demanda de atendimento, baixa oferta de serviços e a distância entre os assentamentos e a UBS, somente essa unidade é insuficiente.

No âmbito do SUS, tem-se instituída desde 2011, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) que tem como objetivo promover a saúde dessas populações, “visando o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida”, reconhecendo as “especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual” (BRASIL, 2013b, p. 20). Porém, a

realidade observada nos assentamentos e retratada pelas entrevistas, demonstra que não há a implementação adequada da PNSIPCFA nesse território.

7.1.5 Produção de saúde e bem-estar no trabalho

O trabalho, para a perspectiva ergológica, é uma atividade necessária para o ser humano, além de um espaço de vida, de aprendizagem e de confrontação de saberes investidos, advindos da própria atividade, e saberes disciplinares (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007b; TRINQUET, 2010). Nas falas das trabalhadoras entrevistadas percebe-se a importância em suas vidas e saúde do trabalho desenvolvido no campo, estando relacionado à dimensão do trabalho enquanto necessidade vital humana, para além das questões econômicas.

Para Rosa, Melissa e Margarida, apesar das condições de trabalho e dificuldades vivenciadas, suas atividades de trabalho na roça não prejudicam diretamente sua saúde, uma vez que se sentem bem fisicamente e mentalmente ao realizarem seu trabalho. Importante ressaltar que Rosa faz uma diferenciação entre o trabalho na roça, que para ela é terapêutico, ao contrário do trabalho doméstico que ela não gosta de realizar.

Eu acho que o trabalho no sítio não me afeta, não. Eu acho que é o que me aliviou porque eu gosto de estar no sítio, de estar na roça. Eu não gosto do serviço do dia a dia da casa. Eu vou para roça parece que eu viro outra pessoa, dá um alívio na minha vida, melhora. Eu não acho que o trabalho na roça me afeta, não. Eu acho que me ajuda, é mais que terapêutico (Rosa, 2021).

Se eu ficar sem fazer, é prejudicial. Se eu ficar parada, sentada no meu canto eu enferrujo minha junta. Eu não vou dar conta mais. Então, hoje mesmo, a irmã Raquel chegou aqui, eu estava subindo aqui, naquele pé de manga seco lá aguando uma planta. “Onde a senhora está subindo?”. Para aguar minha planta, uai. Eu sou muito pequena. Aí, não. Não prejudica a minha saúde, não, graças a Deus (Melissa, 2021).

O modo de vida e trabalho no campo, na qual as atividades de trabalho estão relacionadas com o cultivo da terra, em contato direto com a natureza, foi ressaltada pelas mulheres como uma importante característica que impulsiona e motiva o desenvolvimento do trabalho. Pois, a atividade de plantar, de mexer com a terra e a natureza lhes trazem prazer e felicidade, além de proporcionar uma alimentação mais saudável e farta, ao cultivar seu próprio alimento em um ambiente natural. Sendo assim, as trabalhadoras gostam de seu trabalho.

A agricultura porque eu adoro, eu amo essa profissão. Faço de coração, se eu pudesse não cuidava do serviço de casa, cuidava só da roça porque eu gosto é de plantar, é de

ver as coisas produzir. Gosto muito de plantar e gosto de ver as coisas produzindo (Rosa, 2021).

O ar é mais gostoso. Eu gosto das plantas, gosto de plantar, adoro ver a natureza, gosto de ver as plantas, têm as plantas também que eu fico mexendo aqui no fundo. Essas plantas, a maioria eu que fico cuidando. Eu amo planta. Eu gosto de sítio assim, porque eu gosto da natureza. Eu gosto de mexer com as plantas, eu gosto de plantar, eu gosto de ver as coisas verdes, plantadas, amo as criações, eu gosto (Macela, 2021).

Ah, eu gosto muito de fartura. Eu não me vejo assim parada, esperando, ir lá no mercado comprar. Não gosto. Eu gosto de fartura, plantar e colher. Comer as coisas da roça é bom para a saúde, não é? [...] A gente trabalha mesmo porque a gente gosta. Tem aquela natureza de mexer. Se eu ficar parada eu fico pior ainda (Margarida, 2021).

Gosto, tudo que eu faço eu faço por amor, tudo que eu faço, eu faço o que eu gosto. Que nem, eu fico aqui sozinha cuidando das coisas aqui, mas porque eu gosto (Hortência, 2021).

Eu gosto de trabalhar na roça [...] eu não moraria na cidade, não. Eu passei dois anos na cidade e nossa, eu fiquei doidinha para voltar para o sítio de novo (Violeta, 2021).

Gosto. Porque quando a gente estava na cidade e ficava sempre aquela coisa: “Ah, nós queríamos tanto um sítio para ir, morar e ficar lá e tal.” Com o tempo você vê que a melhor solução é estar aqui, porque lá na rua também não está fácil as coisas, né... e em prol de que realmente a gente não tem um custo, não tem um negócio para você pegar um emprego melhor, para mim aqui é bem melhor porque aqui você já faz e planta e cria alguma coisa e vende, e aí é melhor, você vive melhor porque você se alimenta de maneira melhor aqui no sítio. E eu gosto, gosto mesmo daqui (Jasmim, 2021).

Como ACS do assentamento Riozinho, Rosa diz que gosta de seu trabalho, pois, consegue construir vínculos afetivos e amizades com diversas famílias, além de auxiliá-las com o acesso às informações e serviços de saúde, sobretudo, em relação aos casos de depressão em mulheres.

Para Trinquet (2010, p. 111), uma “razão de ser, fundamental e ontológica” do trabalho humano, “é favorecer o desenvolvimento de cada indivíduo, tanto no plano humano quanto econômico e social”. Todavia, são as difíceis condições de trabalho impostas aos seres humanos, na contemporaneidade, orientada puramente para interesses econômicos de outrem, que torna a atividade de trabalho alienante, desgastante e que causa sofrimento (TRINQUET, 2010).

Ao analisar o relato das trabalhadoras é perceptível tanto a dimensão desgastante do trabalho, quanto a dimensão satisfação e de autorrealização, atuando de forma contraditória.

Por sua vez, as difíceis condições de trabalho são fruto de relações sociais entre pessoas e grupos, portanto, são passíveis de mudanças e transformações (TRINQUET, 2010).

7.2 ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE MULHERES DO CAMPO: RESISTÊNCIA, SAÚDE E EMANCIPAÇÃO

As trabalhadoras no campo estiveram presentes em diversos momentos na luta pela terra no Brasil, entretanto, na década de 1980, ganharam mais força e protagonismo resistindo também frente às desigualdades de gênero no campo, contra a invisibilidade e a desvalorização social de seu trabalho. Segundo Lorenzoni *et al.* (2021), em meio à luta pela redemocratização brasileira, com a ascensão de diversos movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda, parcela das mulheres trabalhadoras do campo passam a compreender que a luta política e a organização coletiva são essenciais para superar as opressões e violências vivenciadas cotidianamente. Nesse processo, no ano de 1986, acontece o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, espaço precursor do atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), primeiro movimento autônomo de mulheres camponesas no Brasil (AGUIAR, 2016; LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2021).

Ademais, as trabalhadoras do campo, desde a década de 1980, organizam-se internamente em diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais espalhados pelos país, criando comissões e coordenações de mulheres, que debatem especificamente as demandas das mulheres em relação à previdência, às políticas agrárias, as relações de gêneros no campo, dentre outros. As mulheres nos movimentos sociais do campo também são atuantes nas lutas por terra e pela Reforma Agrária, participando, por exemplo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e impulsionando a criação do setor de gênero no movimento, no ano 2000 (LEITE; DIMENSTEIN, 2012).

Soma-se a esse processo de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, a Marcha das Margaridas, movimento e ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, iniciada em 2000. A Marcha é coordenada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e envolve outras diversas organizações, movimentos, sindicatos e mulheres rurais, com diversas identidades e modos de vida – agricultoras, extrativistas, ribeirinhas, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, etc., acontecendo a cada quatro anos em Brasília (AGUIAR, 2016).

Em Nova Olímpia, as trabalhadoras do campo, diante das dificuldades de vida, desigualdades socioambientais e problemas de saúde vivenciados, também buscam a organização coletiva entre as mulheres como forma de se fortalecerem, apoiarem-se e resistirem. Atualmente, quatro assentamentos possuem grupos de mulheres que se reúnem periodicamente, são eles: grupo “Sonho do Campo” das mulheres do assentamento Riozinho; grupo “As Empoderadas” no assentamento Nova Conquista; grupo “Mulheres Ativas” no assentamento São José; e o grupo “As Margaridas” das mulheres do assentamento Vale do Sol.

Nos grupos, as mulheres criam redes de apoio, laços de solidariedade e companheirismo entre elas, conversam sobre os problemas dos assentamentos, desenvolvem atividades de artesanato (crochê, pintura em pano de prato, patch applique, dentre outros), fabricação de doces, compotas de frutas, e participam de alguns cursos de capacitação para o trabalho no campo, oferecido em parceria com a EMPAER-MT. Além do fortalecimento da organização coletiva, os grupos possibilitam a melhoria da renda e autonomia financeira das mulheres, pois os produtos (artesanatos, doces, etc.) fabricados são vendidos. No grupo Sonho do Campo, na venda dos produtos, 10% do valor fica para o grupo realizar a compra de materiais coletivos para o desenvolvimento das atividades, e 90% vai para a trabalhadora que produziu o produto.

O grupo Sonho do Campo começou com 4 mulheres e, atualmente, são 14 mulheres que se reúnem ao menos uma vez por semana. No grupo As Empoderadas, no assentamento Nova Conquista, reúnem-se mais de 10 mulheres em encontros semanais que acontecem há dois anos.

Um dos principais motivos que impulsionaram as mulheres a se reunirem e criarem os grupos, segundo Rosa, foram os diversos casos de depressão em mulheres nos assentamentos, nos últimos 3 anos. Para a entrevistada, os casos de depressão estão relacionados com a solidão e a falta de convívio social das mulheres nos sítios, pois a maioria das mulheres convive somente com seus maridos em casa, além de algumas mulheres estarem vivendo em condições precárias de vida, necessitando de apoio para a melhoria da renda da família.

Depois que eu vi a realidade que estava nos assentamentos da depressão, eu chamei uma amiga pra gente formar um grupo de mulheres e, a gente está reunindo as mulheres ao menos uma vez por semana para estar conversando, fazer alguma atividade pra distrair, para sair um pouco daquela depressão que estava muito grande (Rosa, 2021).

As mulheres, ao falarem dos grupos, reconhecem que a participação no coletivo é importante para aliviar o estresse do dia a dia, para interagir, fazer amizades e conversar com outras pessoas, deixando-as mais animadas e alegres. Por tais motivos, que Violeta, moradora

do assentamento Usiel Pereira, onde ainda não há um grupo de mulheres organizado, se mobiliza e participa junto ao grupo das trabalhadoras do assentamento Riozinho.

Participo do grupo de mulheres, faço uns crochês. Aí quando nós estamos meio tristes assim nós se encontramos para dar risada, para conversar. [...] Ajuda porque a gente fica assim em solidão, né? Eu gosto muito de fazer visita, de estar conversando, estar fazendo amizades (Camélia, 2021).

Estamos nos reunindo e fazendo cursinhos para a gente aqui e está sendo muito bom porque é uma forma de você até interagir mais com outras pessoas, passar um dia, uma tarde fora de casa, junto, conversando. É uma forma de você até desestressar, não é? Porque às vezes têm pessoas com quadro depressivo. Isso aí já tem ajudado um pouco as pessoas (Jasmim, 2021).

E, esses encontros, quando a gente está no grupo de mulheres, é um trabalho que deixa a gente mais alegre, a gente consegue conversar, debater um pouco, alivia um pouco porque nessa epidemia eu sei que a emoção de muita gente foi afetada (Rosa, 2021).

Eu não queria ficar sozinha, parada. Assim, a gente tem que conversar, só vou trabalhar e trabalhar e nunca vou tirar um dia para conversar com as pessoas e ficar só aqui no sítio, dentro de casa? Aí, falei com as meninas que eu vou participar com vocês porque as meninas aqui não querem (*assentamento Usiel*), ninguém quis, ninguém se manifestou. Eu até ensinava as meninas a fazerem crochê voluntariamente, mas elas não quiseram. Eu falei: “se não querem então, vamos largar, vamos procurar quem quer ajudar a gente.” Aí, eu estou lá junto com as meninas do Riozinho (Violeta, 2021).

Sendo assim, pode-se dizer que a organização coletiva e o trabalho cooperativo desenvolvido nos grupos, proporciona e fortalece a saúde mental das mulheres, bem como a construção pelas mulheres do campo em Nova Olímpia, de uma identidade coletiva e política. Em novembro de 2021, em parceria com trabalhadoras da EMPAER-MT, os grupos de mulheres realizaram no município de Nova Olímpia, a primeira feira de artesanatos das agricultoras familiares, com o nome “Artesanato Salva Vidas” (Figura 6).

Figura 6 - 1ª Feira de artesanatos das agricultoras familiares de Nova Olímpia-MT, novembro de 2021.



Fonte: arquivo da autora, 2021.

No que se refere à organização em associações de moradores e agricultores(as) familiares, de modo geral, no assentamento Riozinho a antiga associação está desativada e há uma movimentação entre os moradores para voltarem a regularizar o CNPJ e demais trâmites legais da associação. No assentamento Nova Conquista, Margarida e Jasmim relatam que, anos atrás, quando os moradores do assentamento tentaram organizar uma associação, não conseguiram conciliar as opiniões e interesses de todos(as), gerando um processo de rompimento e a criação de duas associações. Hoje, nenhuma associação funciona, e alguns moradores querem retomar a organização, entretanto, Margarida acredita que não dará certo e fica animada somente com a organização das mulheres. Nesse cenário, Jasmim reflete sobre a importância de uma associação e mobilização da comunidade do assentamento em conjunto:

Interfere assim, a falta de ter uma associação para buscar mais coisas para a gente, não é? Melhorias para o assentamento, para a comunidade porque isso aí está fazendo falta. E o que afeta mais, foi o que eu te falei, os estresses... porque aqui é muito desunido, muita desunião, entre si, pelo próximo. [...] Nós estamos tentando ver se vai voltar uma para ver, porque ficou dois anos uma aí, mas não resolveu totalmente os problemas do assentamento. Como eu falei para você, essa falta de um agente de saúde aqui porque a gente precisa, ou, o atendimento médico. Tudo envolve a comunidade, então, se não tiver trabalhando num conjunto só, a gente já percebeu que isso não vai adiante. Então, tem que se movimentar (Jasmim, 2021).

Ademais, frente a necessidade de uma associação formalizada, as trabalhadoras do assentamento Nova Conquista estão se organizando para iniciar a construção e legalização de uma associação de mulheres do campo, sobretudo, para terem maior independência dentro do assentamento e conseguirem ampliar o trabalho com as mulheres que já desenvolvem no grupo.

Nós estamos com a ideia e, já estamos bem conversadas, nós vamos formar uma associação das mulheres rurais aqui porque precisa, muitas vezes dificulta o esposo ir tomar uma decisão que nós temos que tomar [...] então, isso incentivou mais, porque quando você vai buscar algo é sempre um não. Mas nós vamos nos unir, para ver se unindo a força vem mais, porque nós queremos mexer com várias coisas nessa associação, em prol também de ajudar as mulheres aqui. Tem muita gente precisando, e a gente percebe que falta muito apoio. [...] E nós não vamos desistir, não. Porque nós já percebemos que é muito importante isso, que vai ser muito bom para a comunidade, bom para nós mesmo. Se a gente não correr atrás, como é que vai ficar a situação? (Jasmim, 2021)

Estamos participando desse grupo de mulheres. Nós estamos tentando e vamos ver se continua, para fazer uma associação das mulheres, mas nós estamos conversando, não é? Quer dizer que a gente está tentando, agora vamos tentar ver se organiza bem (Margarida, 2021).

Em relação à organização das mulheres via Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais de Nova Olímpia, desde 2011, Açucena participa na gestão do sindicato, atuando como secretária geral, tesoureira e no departamento de mulheres. Durante anos, foi possível fortalecer a organização e formação política das mulheres através do trabalho no sindicato. Contudo, Açucena e outras mulheres, desde meados de 2021, estão afastadas da gestão por conflitos políticos com o presidente e outros membros, prejudicando a articulação com as mulheres por essa ferramenta.

Desse modo, essa situação do sindicato e as dificuldades relacionadas a organização de associações de moradores nos assentamentos, reforçam a importância da auto-organização e autonomia das mulheres nos grupos e em futuras associações de agricultoras familiares, possibilitando a geração de renda, a construção de redes de apoio e solidariedade, o fortalecimento de laços afetivos e da saúde mental, assim como a construção de um espaço voltado para a ação em prol da maior participação políticas das mulheres (no sindicato, associações, conselhos, etc.) e na melhoria de suas condições de vida, trabalho e saúde.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscamos compreender as condições de vida e saúde de trabalhadoras do campo e suas relações com o agronegócio no município de Nova Olímpia, Mato Grosso. Partiu-se do pressuposto que o agronegócio contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e na perpetuação das opressões de gênero e raça, repercute no processo saúde-doença e resulta em condições mais degradantes de vida e trabalho para as trabalhadoras do campo, uma vez que é um modelo de exploração da natureza e produção capitalista no campo, baseado na concentração de terras e riquezas, latifúndios, monoculturas e no uso intensivo de produtos químicos.

Evidenciou-se que as trabalhadoras do campo, nos assentamentos e comunidades rurais em Nova Olímpia, desenvolvem múltiplas atividades de trabalho, ligadas a produção na agricultura e pecuária de subsistência e às tarefas de reprodução social da vida, sendo essenciais para a provisão da renda da família e manutenção da vida na dimensão diária e geracional. Nessas atividades, identificou-se alguns saberes advindos da experiência, saberes que são investidos pelas mulheres no trabalho no campo e que estão relacionados com o profundo conhecimento do seu território e os processos socioambientais que nele se desenvolvem, como o conhecimento sobre as condições climáticas e do solo da região, o melhor período para o plantio, as técnicas de manejo agrícola mais adequadas, dentre outros.

Observou-se que a organização do trabalho doméstico e de cuidado segue a lógica da divisão sexual do trabalho, na qual as atividades das mulheres tendem a estar voltadas para a esfera da reprodução social, sendo menos valorizado socialmente e monetariamente. A sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo para as trabalhadoras do campo, assim como para as trabalhadoras urbanas, sobretudo, negras e mais pobres, não é um fato novo nos estudos sobre trabalho e gênero, contudo, a contínua identificação dessa condição nos estudos e na presente pesquisa, demonstra como tal relação social de gênero, raça e classe é profunda e determinante na vida das mulheres, necessitando cada vez mais atenção social para reverter tal situação.

As mulheres do campo frente às condições de trabalho, dificuldades e variabilidades encontradas, como a escassez de recursos hídricos na região, realizam constantemente o gerenciamento entre as normas antecedentes e a realidade concreta do trabalhar “no aqui e no agora”, o que gera as contínuas renormatizações, possibilitando a continuidade de seu trabalho. No contexto do trabalho feminino assalariado rural, identificou-se o desenvolvimento da

atividade de produção de mudas e a trajetória de trabalho no plantio e corte de cana-de-açúcar na usina sucroalcooleira, em condições desgastantes de trabalho e permeado por diversas discriminações de gênero.

A exposição aos agrotóxicos – tanto pelo uso no trabalho quanto pelas intensas pulverizações realizadas nas grandes propriedades do agronegócio –, os casos de hanseníase e a violência contra às mulheres, observadas em Nova Olímpia, acompanham parte do contexto estadual. Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos do país, o estado que mais possui novos casos de hanseníase e está entre os dez estados brasileiros mais violentos para as mulheres, com altas taxas de feminicídio (BRASIL, 2022; BUENO *et al.*, 2022; PIGNATI *et al.*, 2017).

As trabalhadoras do campo, nesse contexto de difíceis condições de vida e saúde, buscam a organização coletiva nos assentamentos em grupos de mulheres que realizam a produção de artesanatos e doces, contribuindo para melhoria da renda familiar e autonomia financeira das mulheres. Evidenciou-se que os grupos de mulheres, além de se configurarem como grupos de trabalho, são espaços que propiciam a construção de redes de apoio, o fortalecimento de laços de solidariedade e companheirismo, e a construção de espaços para a organização política das mulheres em busca de melhorias para suas vidas.

Ademais, uma paisagem nos chamou atenção durante o trabalho de campo. No trajeto da cidade de Nova Olímpia para os assentamentos, foi percorrido uma estrada com diversas áreas de pastagem nas fazendas e observou-se que as poucas árvores dentro do pasto eram, em sua maioria, palmeiras sendo envolvidas por figueiras. As figueiras são espécies de árvores que se desenvolvem através da relação de parasitismo com outras espécies. Sem querer cair no equívoco de igualar processos biológicos e ecológicos com processos sociais, mas de forma metafórica, essa paisagem nos fez refletir sobre como a agricultura familiar e o modo de vida camponês, estão sendo “estrangulados” pelo agronegócio em Nova Olímpia e Mato Grosso.

Observa-se que o agronegócio e a agricultura familiar no município e no estado estão em uma relação desigual de condições e incentivos públicos para sua produção e reprodução. Dado que a agricultura familiar possibilita um maior número de mulheres em atividade, favorecendo a geração de renda e autonomia para as mulheres, a falta de financiamento e incentivo de políticas públicas para esse setor contribuem para o aprofundamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

A concentração de terras, também verificada em Nova Olímpia, contribui para a desigualdade social e econômica, principalmente, em relação aos grupos sociais historicamente

explorados e oprimidos, como as mulheres, a população negra e indígena. As condições de vida, trabalho e saúde das trabalhadoras do campo identificadas apontam para um processo de vulnerabilização socioambiental, sobretudo, pelo baixo retorno financeiro, a exposição aos agrotóxicos, os casos de hanseníase, a violência doméstica, em conjunto com a escassez hídrica e a ausência de incentivos públicos.

Posto isso, observa-se que o modo de produção e desenvolvimento do agronegócio em Nova Olímpia e Mato Grosso, vem favorecendo, majoritariamente, uma pequena parcela de produtores e empresas rurais, que possuem grandes conglomerados de terras, capital financeiro para investimentos e apoio de políticas estatais.

Além do mais, não podem deixar de ser consideradas as consequências ambientais do agronegócio na vida das mulheres do campo, uma vez que estão expostas cotidianamente a um ambiente poluído pelas intensas pulverizações de agrotóxicos nas grandes propriedades, e estão vivendo uma escassez hídrica, que possivelmente é reflexo das transformações ambientais causadas na região, como o desmatamento e o avanço da monocultura e do pasto.

Reforçamos a importância do fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente, voltadas para as trabalhadoras do campo, como o PRONAF Mulher, e uma profunda reforma agrária brasileira. Em contraponto ao modelo de produção agroindustrial no campo, aponta-se a agroecologia como sistema de produção agropecuário que interage com os ecossistemas naturais de forma mais harmônica e sustentável, produzindo alimentos sem o uso de venenos e fertilizantes químicos e respeitando os direitos humanos.

Ressaltamos a necessidade da implementação e consolidação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), que foi construída em diálogo com movimentos sociais e, em seu plano operativo prevê o fortalecimento da atenção à saúde da população rural, com a ampliação da atenção básica e atenção especializada; ações de promoção e vigilância em saúde; articulação com os Centros de Referências em Saúde do(a) Trabalhador(a) rurais; educação permanente e educação popular em saúde, dentre outras ações (BRASIL, 2013b).

Acredita-se que a interseccionalidade, como apontam Collins e Bilge (2021), pode ser uma ferramenta importante para construir estratégias de combate às desigualdades e vulnerabilidades socioambientais que as mulheres do campo, em sua maioria negra, vivenciam em Nova Olímpia. É essencial o poder público, em conjunto com a sociedade civil e movimentos sociais, considerarem as relações interseccionais de poder de classe, de gênero, e

de raça, para pensar políticas públicas e demais alternativas que levem em conta a diversidade dessas mulheres.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para visibilidade e reconhecimento da importância do trabalho das mulheres do campo, que atuam na produção de alimentos e na reprodução social da vida, bem como subsidiar movimentos e grupos de trabalhadoras do campo na organização política e órgãos públicos na formulação de políticas públicas, tendo em vista a melhoria das condições de vida, trabalho e saúde das mulheres do campo.

Destacamos que a presente pesquisa evidenciou alguns pontos específicos que necessitam maior aprofundamento e novas investigações na região, entre eles, a escassez hídrica, os casos de hanseníase, a violência doméstica, os adoecimentos mentais e as exposições aos agrotóxicos. São necessários também novos estudos que consigam abranger de forma mais profunda o trabalho assalariado das mulheres do campo em Mato Grosso, assim como a forma que o modelo produtivo do agronegócio vem ampliando as desigualdades de gênero, raça e classe, e as estratégias de resistência das(os) trabalhadoras(es) do campo.

Por fim, acreditamos que o protagonismo, a organização e a luta política das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e camponeses, da população LGBTQIAPN+, e da classe trabalhadora, de modo geral, no combate às injustas relações interseccionais de gênero, raça e classe e seus sistemas de poder, são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, saudável e equilibrada ecologicamente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, P. H. B. de; ALONZO, H. G. A. O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S. l.], v. 41, 12 dez. 2016.
- ACSELRAD, H. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 11, n. 32, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10158>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- AGROFIT. **Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários**. 2022. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). [Sistema de Informação]. Disponível em: https://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons. Acesso em: 26 maio 2022.
- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, [S. l.], v. 15, p. 261–295, 14 out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 3º ed. [S. l.]: Editora Fiocruz, 2007.
- ANA. **Plano de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai**: resumo executivo. Brasília, DF: Agência Nacional de Águas-ANA, 2018.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2018.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009 (Coleção Mundo do trabalho).
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 33–58, 2015.
- ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, [S. l.], n. 10, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2937>. Acesso em: 2 out. 2019.
- AUGUSTO, L. G. da S. *et al.* O contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso dos agrotóxicos para o meio ambiente e a importância para a saúde humana. *In*: RIGOTTO, R. M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 257–272.
- BARROZO, J. C. Mobilidade social no garimpo: herança ou esforço pessoal? **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 135–151, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4425>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá, MT: EdUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2008.

BESERRA, L.; OLIVEIRA, L. K. de; PIGNATI, W. Contaminação sistêmica por agrotóxicos na chuva, águas, peixes e pecuárias em territórios do agronegócio em Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A. *et al.* (org.). **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling: **Sociological Methods & Research**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 141–163, 1981. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: 4 mar. 2020.

BONFIM, E. G. Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais. **Athenea Digital. Revista de Pensamento e Investigação Social**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 193–205, 2013.

BORSATTO, R. S. *et al.* Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 99–113, 13 jun. 2019. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/84>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico - Hanseníase 2022**, n. Número Especial. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2022. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2022/boletim-epidemiologico-de-hanseniaze-2022>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 44–46, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 59, 13 jun. 2013a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020. Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 64, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.565-de-18-de-junho-de-2020->

CARNEIRO, F. F. *et al.* (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio ; Expressão Popular, 2015.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 1º. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. **Cadeia Produtiva**: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. Salvador: [s. n.], 6 nov. 2002. Disponível em: <https://fcf.unse.edu.ar/archivos/posgrado/2002.cadeiaprodutiva.marcoconceitual.prospeccaoteecnologica.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASTRO, S. P. *et al.* **A colonização oficial em Mato Grosso**: "a nata e a borra da sociedade. 2ª. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2002.

CEZAR-VAZ, M. R.; BONOW, C. A.; DA SILVA, M. R. S. Mental and Physical Symptoms of Female Rural Workers: Relation between Household and Rural Work. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S. l.], v. 12, n. 9, p. 11037–11049, set. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4586660/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CHEMNITZ, C.; WENZ, K.; HAFFMANS, S. (Org.). **Pestizidatlas**: Daten und Fakten zu Giften in der Landwirtschaft. 1. Auflage. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung, 2022.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 6–17, 29 jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 17 fev. 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. trad. Rane Souza. 1º. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, M. C. da; LOPES, M. J. M.; SOARES, J. dos S. F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 162–168, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-81452015000100162&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 fev. 2020.

COSTA, M. da G. S. G. da; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 145–154, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26132115007>. Acesso em: 22 abr. 2019.

COSTA E SILVA, P. P.; FERREIRA, J. C. V. **Breve história de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá, MT: Produção dos Autores, 1994.

DAVIS, A. Prólogo. Mulheres, raça, classes: desafios para o século XXI. *In*: MARUANI, M. (org.). **Trabalho, logo existo**: perspectivas feministas. trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 17–27.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, G. Do “**capital financeiro na agricultura**” à **economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1695-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012a. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/do-capital-financeiro-na-agricultura-%C3%A0-economia-do-agroneg%C3%B3cio>. Acesso em: 25 fev. 2020.

DELGADO, G. **Questão agrária e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012b. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/3QUEST%C3%83O-AGR%C3%81RIA-E-SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

DELGADO, N. G. Commodities agrícolas. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2012. p. 135–143.

DIEESE. **Trabalho doméstico remunerado. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018EmpreDomApresentacao.pdf>.

DIMENSTEIN, M. *et al.* Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 205–229, 29 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8303>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DURAFFOURG, J.; DUC, M.; DURRIVE, L. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 47–82.

DURRIVE, L. La démarche ergologique: pour un dialogue entre normes et renormalisations. In: II CONGRÈS DE LA SOCIÉTÉ INTERNATIONALE D’ERGOLOGIE, 5 maio 2014. Sierre: [s. n.], 5 maio 2014. p. 176–198. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/expos_sierre_ldurrive.pdf. Acesso em: 6 mar. 2020.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Glossário da ergologia. **Laboreal**, [S. l.], v. 4, n. Volume 4 Nº1, 1 jul. 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/11665>. Acesso em: 15 fev. 2020.

EBLING, S. B. D. *et al.* Women and their chores: how work and health are understood. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 581–596, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462015000300581&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 27 out. 2019.

ELIAS, D. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo**. Universidade de São Paulo: [s. n.], 20 mar. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiagricola/14.pdf>.

EMICIDA. **AmarElo**. São Paulo: Sony Music Entertainment, 2019. Disponível em: <https://deezer.page.link/TRvE52dQcjQvrLtT9>. Acesso em: 20 set. 2022.

EMPAER-MT. **Agricultura familiar em números: 1º aproximação**. Cuiabá: EMPAER-MT, 2015.

FAO. **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERGUSON, S. J. **Women and work: feminism, labour, and social reproduction**. London: Pluto Press, 2020 (Mapping social reproduction theory).

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, [S. l.], n. 29, p. 25–59, 2017.

FERNÁNDEZ DURÁN, R. El Antropoceno: la crisis ecológica se hace mundial. **Madrid: Ecologistas en Acción**, [S. l.], 2010.

FIGENBAUM, T. R. *et al.* Prevalência de Dores Musculoesqueléticas em Trabalhadores Rurais: Uma Revisão de Literatura. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e19110817305–e19110817305, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17305>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FIOCRUZ. Hanseníase. 4 jul. 2013. **Agência Fiocruz de Notícias**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/hansen%C3%ADase>. Acesso em: 10 maio 2022.

FIRMIANO, F. D. O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro. **Revista NERA**, [S. l.], n. 41, p. 120–137, 7 fev. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5316>. Acesso em: 3 maio 2022.

FREITAS, C. M. de *et al.* Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 17, p. 1577–1586, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/3YPnvszHvbSWHmJWLbPDWMM/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FREITAS, L. M. de; BONFATTI, R.; VASCONCELLOS, L. C. F. de. Impactos da pulverização aérea de agrotóxicos em uma comunidade rural em contexto de conflito. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 46, p. 224–235, 4 jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46nspe2/224-235/pt/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FROEHLICH, J. M. *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, [S. l.], v. 41, p. 1674–1680, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cr/a/64f9z5y97GrPQgGtsqZ56Rm/?format=html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FURTADO, F. M. de S. F. *et al.* Transtornos mentais comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatas. **Saúde e Pesquisa**, [Maringá], n. 1, p. 129–140, 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18156>. Acesso em: 24 ago. 2022.

G1 MT. Governo de MT quer extinguir 6 autarquias e criar programa de demissão voluntária para servidores. 11 jan. 2019. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/01/11/governo-de-mt-quer-extinguir-6-autarquias-e-cogita-criacao-de-programa-de-demissao-voluntaria-dos-servidores.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GOMES, G. P. de S. Pretos e pardos, uni-vos. Os desafios de(o) ser negro no Brasil do século XXI. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 80–106, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/55825>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21^o. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 67–80. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>.

GRIGORI, P. **Agrotóxico ligado a casos de câncer deixa de ser considerado ‘extremamente tóxico’ pela Anvisa**. 31 out. 2019. **Repórter Brasil**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/agrotoxico-ligado-a-casos-de-cancer-deixa-de-ser-considerado-extremamente-toxico-pela-anvisa/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17^a. São Paulo: Ed. Loyola, 2008 (Temas de atualidade, 2).

HENNINGTON, É. A.; CUNHA, D. M.; FISCHER, M. C. B. Trabalho, educação, saúde e outros possíveis: diálogos na perspectiva ergológica. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 9, p. 5–11, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/tes/a/FHRQFTbQSsrZNDfs8DmmKkJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 61–73, 1 jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 9 set. 2019.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 16, n. 29, 13 jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 17 fev. 2020.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H. S. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. [S. l.]: Friedrich Ebert Stiftung - Brasil, 2015 (Análise, 7).

IBGE. Censo Agropecuário 2017. 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IBGE. Cidades IBGE. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-olimpia/panorama>. Acesso em: 2 mar. 2020.

IBGE. Cidades IBGE. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-olimpia/panorama>. Acesso em: 29 abr. 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Boletim informativo. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 7 out. 2019.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA - Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 14 maio 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA - Pesquisa Agrícola Municipal 2020. 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 2 mar. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA - Pesquisa Pecuária Municipal 2020. 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 14 maio 2022.

INCRA. Assentamentos - Informações Gerais. 31 dez. 2017. **Painel dos Assentamentos - Incra**. Disponível em: https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=13&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1. Acesso em: 25 mar. 2022.

IPEA. Ipea analisa alta nos preços agropecuários no Brasil e no mercado internacional. 19 ago. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38384. Acesso em: 15 jun. 2022.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], n. 86, p. 93–103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 set. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sexuais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 67–75.

KRAEMER, A. R.; KRAEMER, A.; SOARES, J. R. Uso de equipamentos de proteção individual por agricultores na aplicação e manuseio de agroquímicos na região extremo oeste de Santa Catarina. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e2810111291,

2 jan. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11291>. Acesso em: 30 jun. 2022.

KRETER, A. C.; SOUSA JÚNIOR, J. R. de C. **Carta de conjuntura - Economia agrícola**, n. 42. [S. l.]: IPEA, trimestre de 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190220_cc42_economia_agricola.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

LAPASSADE, G. A observação participante. In: LAPASSADE, G. **As microssociologias**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

LASTARRIA-CORNHIEL, S. Feminización de la agricultura en América Latina y África. **Debates y temas rurales**, [S. l.], n. 11, p. 1–25, 2008. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366830040DTR_No.11_Lastarria.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

LAURELL, A. C. La Salud-Enfermedad como proceso social. **Cuardenos Médico Sociales**, [S. l.], v. 11, p. 11, 1982.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 6, n. 08, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3372>. Acesso em: 12 ago. 2022.

LIMA JÚNIOR, J. de. **A vítima como sujeito de direitos: a “chuva” de agrotóxico em Rio Verde-GO**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5053>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z. Movimiento de Mujeres Campesinas de Brasil: senderos de muchas historias. In: MEZADRI, A. M. *et al.* (org.). **Feminismo Campesino Popular: reflexiones a partir de experiencias em el Movimiento de Mujeres Campesinas de Brasil (MMC)**. 1. ed. Passo Fundo: Associação Nacional de Mulheres Camponesas, 2021. p. 13–34.

LOUCAS DE PEDRA LILÁS. **O canto das margaridas**. Brasília; CONTAG, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/Capa2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**. 1ª. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MAENO, M. *et al.* **Lesões por esforços repetitivos (LER) distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)**. Brasília: Brasil. Ministerio da Saude, 2001(Série A. Normas e Manuais Técnicos, nº103).

MAPA. Agropecuária Brasileira em Números - agosto de 2022. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/abn-08-2022.pdf/view>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MAPA. **Plano Agrícola e Agropecuário 2021/2022**. Brasília, DF: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021.

MARINHO, A. M. C. P. *et al.* Agronegócio, agricultura familiar, assentamento e comunidade agroecológica: quem são estes trabalhadores? *In*: RIGOTTO, R. M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 273–295.

MARTA, J. M. C. Caracterização de Garimpos em Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 65–77, 2000. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/164>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MARTINS, A. de J.; FERREIRA, N. S. A ergonomia no trabalho rural. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 10, 2015.

MARX, K. Capítulo V. Processo de trabalho e processo de valorização. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. trad. Rubens Enderle. 2^a. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 375–402, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-85292015000200375&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 fev. 2020.

MENEGAT, R. P.; FONTANA, R. T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 52–59, 1 jul. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7810>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12^o. São Paulo: HUCITEC, 2010(Saúde em debate, 46).

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>.

MOTTA, A. F. *et al.* Dor lombar auto-referida em mulheres trabalhadoras rurais de sete comunidades de Concórdia-SC. **Ter. man**, [S. l.], , p. 10–16, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en/lil-597439>. Acesso em: 8 mar. 2021.

NASCIMENTO, L. A. do; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S. l.], v. 26, p. 103–121, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/hcsm/a/sNMq8fztJLGcfvsQ47ckrSn/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.

NEVES, J. A. *et al.* Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 34, 2 jun. 2021. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/rn/a/RGq98CHLDx3mKPNtwDXVQGv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, [S. l.], n. 6, p. 59–62, 2010.

ODDONE, I. Experiência. **Laboreal**, [S. l.], v. 3, n. 1, 1 jul. 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/12973>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OLIVEIRA, A. M.; PINHO, E. X. A constitucionalização do direito do trabalhador rural: uma análise do registro na carteira de trabalho no cenário atual. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://laborjuris.com.br/revista/sumario/5/revista-de-direito-do-trabalho--processo-do-trabalho-e-direito-da-seguridade-social>. Acesso em: 28 abr. 2022.

OLIVEIRA, R. G. de. Sentidos das Doenças Negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 23, p. 2291–2302, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n7/2291-2302/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

OLIVEIRA DE SOUSA, I. **O trabalho escravo na lavoura canavieira de Mato Grosso e as alternativas para sua erradicação**: as propostas dos poderes instituídos e da teoria social crítica. 2008. 295 f. Doutorado em Direito – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4134>. Acesso em: 21 fev. 2020.

OPS. **Enfermedades infecciosas desatendidas en las Américas**: historias de éxito e innovación para llegar a los más necesitados. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, 2016.

PAIDA, Z. Trabalhador Rural. 24 abr. 2012. **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PARREIRA, B. D. M. *et al.* Transtorno mental comum e fatores associados: estudo com mulheres de uma área rural*. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 51, 25 maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/reeusp/a/DZ4LVBDqHLDJP43hPQqnzhv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PENROD, J. *et al.* A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural Nursing: Official Journal of the Transcultural Nursing Society**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 100–107, abr. 2003.

PEREIRA, B. D. **Industrialização da agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S. l.], v. 37, n. 125, p. 65–77, jun. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0303-76572012000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 out. 2019.

PIGNATI, W. A. *et al.* (Org.). **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

PIGNATI, W. A. *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 22, p. 3281–3293, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/grrnnBRDjmtcBhm6CLprQvN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 12, p. 105–114, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2007.v12n1/105-114/pt/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PIGNATI, W.; MACHADO, J. M. H. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso. **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2011. p. 255–272.

PORTO, M. F. de S. O conceito transdisciplinar de vulnerabilidade. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. 2a edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2012. p. 161–206.

RENAST. CERESTs - RENAST ONLINE. 2018. **Plataforma Renast Online**. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/cerests>. Acesso em: 26 ago. 2022.

RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIOS, F.; SOTERO, E. Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-graduação da USP**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1–10, 2019.

ROCHA, M. M.; RIGOTTO, R. M. Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 41, p. 63–79, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0103-11042017000400063&script=sci_abstract. Acesso em: 19 jun. 2019.

ROSETTE, A. S. *et al.* Intersectionality: Connecting experiences of gender with race at work. **Research in Organizational Behavior**, [S. l.], v. 38, p. 1–22, 1 jan. 2018. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191308518300121>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Brasil urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 1995.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 437–443, ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 fev. 2020.

SALLES, V.; FERREIRA, J. W. O êxodo rural de jovens de assentamentos. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/104294>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SALVIANO, M. F.; MOREIRA, D. M.; PINTO, E. J. de A. **Acompanhamento da estiagem nas regiões sudeste e centro oeste do Brasil: acompanhamento das precipitações 2021**. Technical Report. [S. l.]: CPRM, jul. 2021. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/22303>. Acesso em: 19 maio 2022.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, [S. l.], n. 7, p. 38–46, 2000.

SCHWARTZ, Y. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 14, n. 11, p. 253–264, 2016. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br:80/dspace/handle/10923/14770>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SCHWARTZ, Y. Actividade. **Laboreal**, [S. l.], v. 1, n. Volume 1 N°1, 1 dez. 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/14272>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 33–55, mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462004000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 9, p. 19–45, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462011000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 fev. 2020.

SCHWARTZ, Y. Un bref aperçu de l’histoire culturelle du concept d’activité. **Activités**, [S. l.], v. 04, n. 4–2, 15 out. 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/activites/1728>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SCHWARTZ, Y. Une histoire philosophique du concept d’activité: quelques repères. **Ergologia**, [S. l.], n. 6, p. 115–179, 2012.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. O homem, o mercado e a cidade. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EDUFF, 2007a. p. 249–275.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007b. p. 191–206.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2007a.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. (Org.). Vocabulário de ergologia. **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. p. 375–386.

SENAR. **Trabalhador na aplicação de agrotóxicos**: aplicação de agrotóxicos com pulverizador costal manual. São Paulo: SENAR, 2015. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201712/06133924-manual-senar-trabalhador-na-aplicacao-de-agrotoxicos.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A. C. F. O fetiche das terras: dos sonhos e desejos à nova vida. *In*: BARROZO, J. C. (org.). **Mato Grosso**: do sonho à utopia da terra. Cuiabá, MT: EdUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2008. p. 141–164.

SILVA, V. P. da *et al.* Força de trabalho, participação e empoderamento feminino: reflexões sobre uma comunidade rural em Mato Grosso. **Agropampa**: Revista de Gestão do Agronegócio, [S. l.], v. 2, n. 2, 28 fev. 2018. Disponível em: <http://200.132.146.161/index.php/agropampa/article/view/23153>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SILVA, M. A. de M. A nova morfologia do trabalho nos canaviais paulistas. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. Coleção Mundo do trabalho. 1ª. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2014. p. 279–299.

SINGH, S.; ARORA, R. Ergonomic Intervention for Preventing Musculoskeletal Disorders among Farm Women. **Journal of Agricultural Sciences**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 61–71, 1 dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09766898.2010.11884655>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 291–304, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SPANEVELLO, R. M.; GOULART, H. dos S.; LINKE, P. de M. O trabalho feminino nas atividades agropecuárias no contexto do Rio Grande do Sul. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 0, n. 0, 10 out. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16692>. Acesso em: 27 out. 2019.

SZNITOWSKI, A. M.; MENEGON, N. L. Comportamento adotado pelos agricultores familiares no uso e manuseio de agrotóxicos: um estudo de caso no Assentamento Guapirama em Campo Novo do Parecis-MT. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, [S.

l.], n. 2, p. 51, 9 mar. 2012. Disponível em:
<https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/514>. Acesso em: 30 jun. 2022.

TEIXEIRA, A. C. de A. *et al.* Tecendo aproximações entre o trabalho e a pluralidade da exposição dos trabalhadores a agrotóxicos e fertilizantes no Baixo Jaguaribe-CE. *In*: RIGOTTO, R. M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 319–360.

TERZIAN, D. S. *et al.* Saúde rural: olhar de mulheres de comunidades rurais sobre o sistema de saúde público durante a pandemia COVID-19. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, [S. l.], v. 26, p. 102072, 1 jan. 2022. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867021005419>. Acesso em: 22 ago. 2022.

TONET, M. S. *et al.* Prazer e trabalho: um estudo sobre mulheres trabalhadoras rurais. **Saúde & Transformação Social**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 84–95, 30 set. 2016. Disponível em:
<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/4204>. Acesso em: 27 out. 2019.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, [S. l.], v. número especial, p. 93–113, ago. 2010.

VERBI SOFTWARE. **MAXQDA 2022 [computer software]**. Berlin, Germany: [s. n.], 2019. Disponível em: maxqda.com.

WELCH, C. **Agribusiness: uma breve história do modelo norte-americano**. Universidade de São Paulo: [s. n.], 20 mar. 2005. Disponível em:
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/10.pdf>.

WHO. **Ending the neglect to attain the sustainable development goals: a road map for neglected tropical diseases 2021–2030: overview**, n. 9789240018792 (electronic version). Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em:
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/332094>. Acesso em: 23 ago. 2022.

WHO. **Gender and mental health**. [S. l.]: World Health Organization, 2002. Disponível em:
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/68884>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 27, p. 238–246, dez. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.

**APÊNDICE A – ARTIGO: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE
TRABALHADORAS RURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA⁴**

**WORKING CONDITIONS AND HEALTH OF RURAL WOMEN WORKERS: AN
INTEGRATIVE REVIEW**

Lucimara Beserra

Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Élida Azevedo Hennington

Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH)
Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Marta Gislene Pignatti

Instituto de Saúde Coletiva (ISC)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Resumo

As mudanças na força de trabalho rural mundial ocorreram, a partir de 1980, sobretudo, com o aumento da participação feminina no trabalho assalariado. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura publicada entre os anos de 2010 a 2020, a respeito das condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais. As bases de dados consultadas foram BVS, SciELO e PubMed, e 43 estudos, 11 nacionais e 32 internacionais, foram analisados. Os resultados apontam uma diversidade de atividades de trabalho exercidos por mulheres rurais, de forma assalariada, autônoma e em cooperativas, bem como atividades não remuneradas. As condições de trabalho em empregos assalariados, em geral, são precarizadas, com contratos temporários, baixos salários e longas jornadas de trabalho. No trabalho autônomo e em cooperativas, os estudos relatam maior controle das atividades, autonomia financeira e maior satisfação das trabalhadoras. Destacou-se em todas as formas de trabalho, a divisão sexual e a sobrecarga de trabalho com o acréscimo às atividades produtivas, das atividades reprodutivas não remuneradas, serviço doméstico e de cuidado. Distúrbios osteomusculares, sofrimentos e adoecimentos mentais, alta exposição e intoxicações por agrotóxicos e a violência no ambiente

⁴ Artigo aceito para publicação em 06/10/22 na revista Saúde em Debate.

de trabalho e doméstico foram identificados como preponderantes nas relações saúde-trabalho vivenciadas por essas trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Trabalhadoras rurais. Condições de trabalho. Saúde da trabalhadora rural.

Abstract

Changes in the global rural workforce took place from 1980 onwards, above all, with the increase in female participation in salaried work. An integrative review of the literature on the working and health conditions of rural women workers, published from 2010 to 2020, was carried out. The databases consulted were BVS, SciELO and PubMed, and 43 studies, 11 national and 32 internationals, were analyzed. The results point to a diversity of work activities performed by rural women, in a salaried, autonomous and cooperative way, as well as unpaid activities. Working conditions in salaried jobs are generally precarious, with temporary contracts, low wages and long working hours. In autonomous work and in cooperatives, studies report greater control of activities, financial autonomy and greater satisfaction of workers. Stood out in all forms of work, the sexual division of labor and the work overload with the addition of productive activities, unpaid reproductive activities, housework and care work. Musculoskeletal disorders, suffering and mental illness, high exposure and poisoning to pesticides and violence in the work and domestic environment were identified as preponderant in the health-work relationships experienced by these rural women workers.

Key-words: Women, Working. Rural workers. Working conditions. Rural health.

Introdução

O trabalho é uma atividade humana que atravessa a vida em sociedade, cumprindo um papel importante na mediação das relações entre sujeitos e coletividades, entre o nível microscópico e o macroscópico da vida^{1,2}. Enquanto atividade humana, o trabalho não está restrito a um vínculo formal de emprego ou às atividades produtivas renumeradas, também se volta às atividades de trabalho não remuneradas e de reprodução social, como o trabalho doméstico^{3,4}.

As atividades de trabalho das mulheres no campo são essenciais para a produção de alimentos, na criação de animais e para reprodução social. São as trabalhadoras rurais que produzem boa parte da agricultura de subsistência (especialmente nas regiões da África, Ásia e Américas), além de realizarem a maior parte do trabalho doméstico e cuidado das crianças e idosos⁵.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁶ e da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷ apontam que as mulheres representam mais de 40% da força de trabalho na economia rural no mundo, podendo passar dos 50% em países pobres e do Sul global. Todavia, a participação da força de trabalho da mulher no campo é subestimada e invisibilizada nas estatísticas, considerando que são as mulheres que desenvolvem a agricultura e a criação de animais no entorno da casa – atividades de subsistência tidas como parte do trabalho doméstico e não atividades produtivas na economia capitalista⁵.

A invisibilidade do trabalho das mulheres rurais é favorecida pela estrutura patriarcal das relações sociais e de poder em que predomina a divisão sexual do trabalho. O trabalho das mulheres é tratado como complementar nas atividades produtivas remuneradas rurais e o trabalho não remunerado, ao contrário, é considerado como tarefa feminina, na qual os homens oferecem força de trabalho complementar⁸.

Com a reestruturação produtiva capitalista e o neoliberalismo, a partir da década de 1980, novos cenários se desenvolveram nas atividades agropecuárias globalizadas, nos quais as mulheres passaram a ter maior participação na força de trabalho rural assalariada, assim como houve crescimento nas taxas de trabalhadoras rurais autônomas e chefes de família. Tal tendência no trabalho rural assalariado é denominada feminização da agricultura, principalmente na América do Sul e África^{9,10}. Lastarria-Cornhiel⁹, em uma revisão da literatura sobre o tema em 2008, observa condições precárias de vida e trabalho para as trabalhadoras rurais nesses novos postos de trabalho, além de salários menores em relação aos homens.

Diante de um cenário de desigualdades históricas entre o trabalho masculino e feminino e o urbano e rural, bem como da relação do processo de trabalho com o processo saúde-doença dos indivíduos e populações, o conhecimento e visibilidade das condições de trabalho e saúde das trabalhadoras rurais tornam-se essenciais na elaboração de políticas públicas de saúde, trabalho e redução das desigualdades de gênero no meio rural.

Desse modo, o objetivo do estudo é conhecer as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais a partir de uma revisão integrativa da literatura publicada sobre o tema entre janeiro de 2010 e dezembro de 2020.

Metodologia

Esse estudo consiste em uma revisão bibliográfica do tipo integrativa sobre o trabalho e saúde de trabalhadoras rurais. A revisão integrativa combina a literatura empírica e teórica e diversas metodologias de estudos, possibilitando uma abordagem ampla e a incorporação de

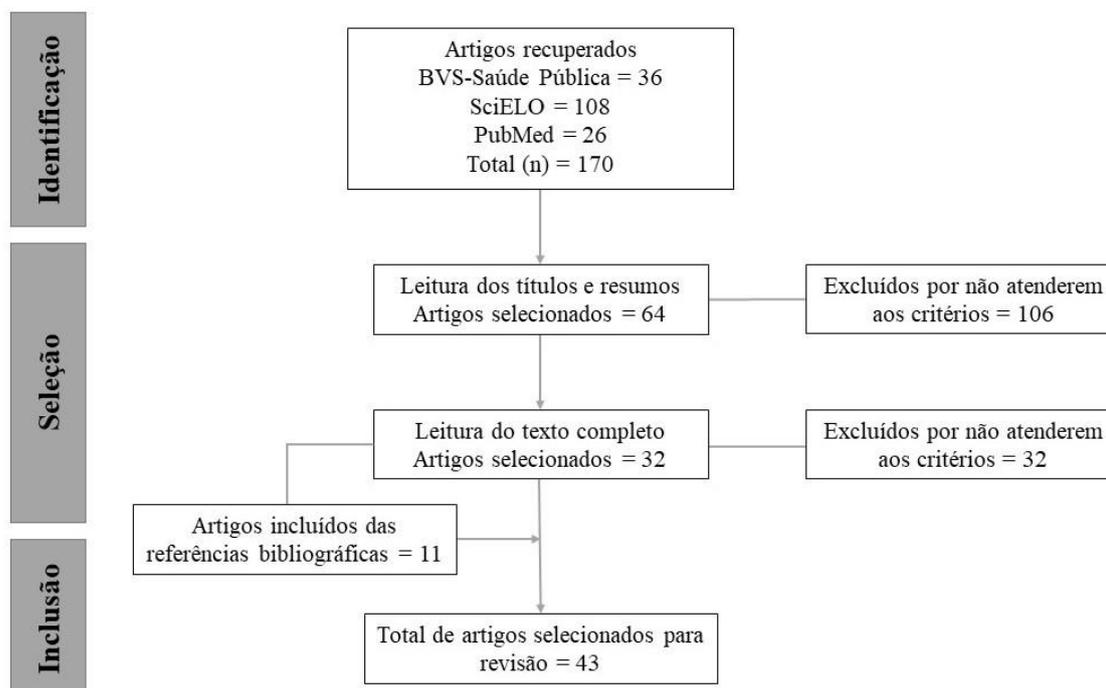
múltiplos objetivos (definir conceitos, revisar teorias, revisar evidências, etc.). Partindo de uma questão/problema e critérios pré-estabelecidos, a busca na literatura, a coleta de dados e a análise crítica são etapas fundamentais na revisão integrativa¹¹⁻¹³.

A questão/problema desta revisão são as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais e os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos artigos foram: discutir as atividades de trabalho de mulheres rurais e as relações com a saúde das trabalhadoras; publicações de acesso aberto; disponibilidade do texto completo nos idiomas português, inglês ou espanhol. Os critérios de exclusão foram: publicações de acesso restrito; publicações em outras línguas; publicações que não abordassem o problema de pesquisa em questão.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) - Saúde Pública, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, no período de janeiro de 2021, utilizando os descritores em inglês: *working conditions*, *rural health*, *agricultural workers' diseases*, *rural workers*, *rural women*, e *women, working*. As estratégias de busca, combinando os descritores e os operadores booleanos, utilizadas em cada base foram: BVS-Saúde Pública – ((*Rural Health*) OR (*Agricultural Workers' Diseases*) OR (*rural workers*) AND ("women, working")); SciELO – (("Rural Health") OR ("Agricultural Workers' Diseases") OR ("Working Conditions") AND ("Rural Women")); PubMed – ("Rural health" OR "Agricultural Workers' Diseases" OR "Rural Workers" AND "Women, Working").

Ao total, foram recuperados 170 artigos publicados no período de 2010 a 2020. Após a leitura dos títulos e resumos, 64 artigos foram selecionados para análise do texto na íntegra. Em seguida a leitura dos artigos, 32 foram selecionados para revisão. De modo complementar, foram incluídas nos resultados 11 referências bibliográficas dos artigos previamente selecionados na revisão integrativa. Os 11 artigos, embora não detectados por meio dos descritores de busca, atendiam ao restante dos critérios de inclusão: publicações no período de 2010 a 2020, de acesso aberto, no idioma português, inglês ou espanhol, abordando a temática trabalho rural de mulheres e a saúde das trabalhadoras. As 11 publicações identificadas e acrescentadas a partir da análise das referências dos 32 artigos da revisão possibilitaram ampliar o escopo da discussão, especialmente por contemplarem países e regiões diversas (Figura 1).

Figura 1. Processo de seleção dos estudos incluídos na revisão.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Para a organização das referências recuperadas utilizou-se o software gerenciador de referências *Zotero*. Na extração das informações dos artigos, entre elas as características gerais de cada estudo (autores, ano, tipo de estudo, local de estudo, etc.), assim como as informações sobre o trabalho e a saúde das trabalhadoras rurais, utilizou-se uma planilha de dados *Excel*.

Resultados e discussão

Foram selecionados e analisados 43 artigos que representam uma diversidade de pesquisas nacionais e internacionais realizadas sobre o trabalho e saúde de trabalhadoras rurais (Tabela 1). Tais estudos foram realizados em 14 países, com predominância de artigos das Américas (86% dos estudos). O Brasil foi o país com mais estudos analisados (11). Em relação ao tipo de estudo, a abordagem qualitativa (incluindo estudos de caso, história oral, pesquisas documentais, ensaios e etnografias) foi encontrada em 21 artigos (49%), seguida dos estudos epidemiológicos (descritivos e transversais) em 10 artigos (23%), sete estudos com métodos mistos quantitativo-qualitativo (16%), quatro artigos (9%) com abordagens quantitativas (estudos demográficos e estatísticos) e uma revisão de literatura.

Os estudos apresentaram diferenças em relação a abrangência territorial da pesquisa, uma vez que as áreas rurais, dependendo do país ou da região, possuem características diferenciadas em relação a organização das propriedades, tipo de paisagem natural, atividades produtivas desenvolvidas, entre outros. Na Tabela 1, a abrangência espacial das publicações foi organizada a partir da descrição dos locais de estudo, sendo: a) agroindústria – local específico; b) comunidade rural – áreas de assentamentos e pequenas propriedades com atividades variadas de produção; c) região rural – áreas abrangendo fazendas, agroindústrias e comunidades rurais de assentamentos e pequenos(as) agricultores(as), com a predominância de atividade produtiva específica ou atividades variadas; d) país – abrange dados do território nacional.

A partir dessa organização, verificou-se que a maioria dos estudos (24 artigos) abordaram regiões rurais, geralmente com um setor predominante de produção, como a fruticultura e horticultura. Estudos em comunidades rurais foram observados em 11 artigos; em agroindústrias foram três e com dados de abrangência nacional foram cinco artigos (Tabela 1).

Tabela 1. Artigos incluídos na revisão de acordo com o país, abordagem de estudo, autores/ano e abrangência territorial do estudo.

País	Tipo/Abordagem de estudo	Autores/Ano	Abrangência do estudo
África do Sul	Epidemiológico	Naidoo et al., 2011 ¹⁴	Comunidades rurais
		Motsoeneng e Dalvie, 2015 ¹⁵	Região rural – fruticultura
Argentina	Qualitativo	Mingo, 2011 ¹⁶	Região rural – fruticultura e horticultura
		Bocero e Di Bona, 2012 ¹⁷ Perona, 2012 ¹⁸	Região rural
Austrália	Quanti-quali	Innes et al., 2010 ¹⁹	Região rural – horticultura
	Quanti-quali	Costa et al., 2014 ²⁰	Comunidade rural
Brasil	Epidemiológico	Motta et al., 2010 ²¹	Comunidades rurais
		Cezar-Vaz et al., 2015 ²² Cezar-Vaz et al., 2015 ²³	Região rural – hortifrutigranjeiro
	Qualitativo	Graf e Coutinho, 2010 ²⁴	Agroindústria de carne
		Cavalcanti et al., 2012 ²⁵	Região rural – fruticultura
		Mendes et al., 2014 ²⁶	Comunidade rural
		Oliveira e Nina, 2014 ²⁷ Wesz Junior, 2015 ²⁸	Comunidades rurais Comunidade rural
Rocha e Rigotto, 2017 ²⁹ Siqueira et al., 2017 ³⁰	Agroindústrias de frutas Região rural – fruticultura		
Chile	Quanti-quali	Fawaz-Yissi e Soto Villagran, 2012 ³¹ Fawaz-Yissi e Rodríguez Garcés, 2013 ³²	Região rural
	Quantitativo	Rodríguez Garcés e Munoz Soto, 2015 ³³	País

	Qualitativo	Caro Molina, 2017 ³⁴ Valdés S. et al., 2017 ³⁵	Região rural – fruticultura País
Colômbia	Qualitativo	Giraldo, 2010 ³⁶ Becerra et al., 2013 ³⁷ Suárez et al., 2018 ³⁸	Comunidades rurais Região rural – fruticultura Comunidades rurais
Cuba	Qualitativo	Campos-Gómez, et al., 2018 ³⁹	Região rural
Equador	Qualitativo	Mantilla, 2015 ⁴⁰	Região rural
EUA	Epidemiológico	Arcury et al., 2015 ⁴¹ Pulgar et al., 2016 ⁴² Arcury et al., 2018 ⁴³	Região rural
	Qualitativo	Murphy et al., 2015 ⁴⁴ Kim et al., 2016 ⁴⁵	Região rural
México	Quanti-quali	Ruiz Meza, 2013 ⁴⁶	Comunidade rural
	Quantitativo	Garay-Villegas, 2012 ⁴⁷	País
	Qualitativo	Ledesma, 2010 ⁴⁸ Guzmán Gómez, 2014 ⁴⁹	Agroindústria de tomate Região rural
Paraguai	Quanti-quali	Borja e Díaz, 2010 ⁵⁰	Comunidade rural
Polônia	Epidemiológico	Bojar et al., 2011 ⁵¹ Raczkiewicz et al., 2019 ⁵²	Região rural
Turquia	Quantitativo	Davran, et al., 2019 ⁵³	Comunidades rurais
Uruguai	Quanti-quali	Mascheroni e Riella, 2016 ⁵⁴	Regiões rurais
	Quantitativo	Vitelli e Borrás, 2016 ⁵⁵	País
	Revisão	Chiappe, 2020 ⁵⁶	

Fonte: elaboração própria, 2022.

Identificou-se três principais formas de inserção das mulheres no trabalho rural: trabalho assalariado – realizado em fazendas e agroindústrias de terceiros; trabalho autônomo – atividades realizadas em suas propriedades rurais; trabalho cooperativo – realizado em cooperativas de mulheres ou de pequenos agricultores. Em 25 estudos foi identificado o trabalho assalariado (58%), em 13 estudos o trabalho autônomo (30%) e em cinco o trabalho cooperativo (12%). As principais características e condições de trabalho encontradas nos estudos foram organizadas na Tabela 2, de acordo com a forma de inserção no trabalho rural.

Tabela 2. Formas de inserção no trabalho e principais características e condições relacionadas ao trabalho de mulheres rurais, no período de 2010 a 2020.

Inserção no trabalho rural	Características e condições de trabalho	Referência
Trabalho assalariado	Contratos temporários e flexíveis; baixa remuneração; desigualdade de gênero	16,17,25,27,29,33–35,37,40,42,45,48,54
	Altas jornadas de trabalho	29,35,41,48
	Falta de infraestrutura sanitária; ausência de EPI	29,34,37,48
	Sobrecarga de trabalho (produtivo e reprodutivo)	16,17,27,40
	Exposição a agrotóxicos	15,22,27,29,35,37,45,48

	Desigualdade de gênero	30,55
	Falta de direitos trabalhistas e previdenciários	34,41,54
	Assédio sexual	44,45
	Sobrecarga de trabalho físico; levantamento de carga pesada	52
	Reconhecimento social do trabalho feminino	32,33
Trabalho autônomo	Sobrecarga de trabalho (produtivo e reprodutivo); desigualdade de gênero	20,23,24,39,50,53
	Movimentos repetitivos; levantamento de carga pesada	19,21
	Falta de reconhecimento social do trabalho feminino	18,46,53
	Exposição a agrotóxicos	14,20,56
	Alta demanda física e temporal	23
	Aumento da renda familiar	24,31
Trabalho cooperativo	Ambiente harmonioso e solidário	27,36
	Reconhecimento social do trabalho feminino	27,28,38
	Liderança feminina	26–28,36,38
	Aumento de renda familiar	26,28
	Sobrecarga de trabalho (produtivo e reprodutivo)	27,38

Fonte: elaboração própria, 2022.

Trabalho assalariado, autônomo e a divisão sexual do trabalho

Em relação ao trabalho assalariado rural das mulheres foram predominantes as características: contratos temporários e flexíveis, somado a baixa remuneração; desigualdade de gênero na divisão do trabalho; altas jornadas de trabalho; sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo; exposição a agrotóxicos, além da falta de direitos trabalhistas e previdenciários (Tabela 2).

Na América Latina, estudos na Argentina^{16,17}, Brasil^{25,27,29}, Chile^{33–35}, Colômbia³⁷, Equador⁴⁰, México⁴⁸ e Uruguai⁵⁴ evidenciam o trabalho assalariado das mulheres desenvolvido principalmente no setor de fruticultura (tomate, maracujá, mamão, banana, uva, pêssego, entre outros) e horticultura (brócolis e verduras em geral), no qual são empregadas por contratos temporários dependendo do período de colheita e plantio das culturas, não tendo uma renda fixa mensal. Os salários são baixos e muitas vezes sujeito a metas de produção diária, as jornadas de trabalhos são longas (entre 8 a 16 horas), há sobrecarga de trabalho para as mulheres, em relação as atividades produtivas e o trabalho doméstico, e a exposição aos agrotóxicos é frequente.

Esse cenário está em consonância com o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio na América Latina, em meio a globalização neoliberal⁵⁷. A reestruturação

produtiva capitalista, a partir da crise dos anos de 1970, de modo geral, gerou uma mudança na organização da produção e do trabalho, passando de um modelo mais rígido, controlado, com centralidade nos países “desenvolvidos” (fordismo-taylorismo) para uma forma de organização mais flexível, adaptável, podendo ser transportada para territórios com condições trabalhistas e ambientais mais rentáveis (toyotismo)⁵⁸. Tais concepções também foram incorporadas no setor agropecuário mundial^{57,59}.

Nas últimas três décadas, na América Latina, houve a instalação e o desenvolvimento de diversas agroindústrias para exportação do Sul para o Norte^{10,57}, com intensa incorporação e exploração do trabalho das mulheres, em condições mais precárias de trabalho e com poucos direitos trabalhistas, como observa-se nos estudos revisados nas regiões do Vale do São Francisco (PE)²⁵ e Chapada do Apodi (CE)²⁹ no Brasil; na Província de Cotopaxi⁴⁰ no Equador; no Valle de Arista⁴⁸ no México; na comuna de Putaendo³⁴ no Chile; e nas regiões de General Pueyrredón (Mar del Plata)¹⁷ e do Valle do Uco¹⁶ na Argentina.

Além da reestruturação produtiva da agropecuária, tais condições de trabalho também se apoiam na lógica societária patriarcal, racista e colonialista que considera que o trabalho das mulheres deve priorizar a esfera reprodutiva da vida social, sendo que quando inserido na esfera produtiva, o trabalho feminino, principalmente das mulheres negras e de países do Sul global, é menos valorizado socialmente e monetariamente^{8,60}.

Nos EUA, ocorre o movimento de incorporação de força de trabalho rural migrante, especialmente de mulheres mexicanas e da América Central⁴¹⁻⁴⁵. Trabalhadoras que em situação de vulnerabilização social⁶¹, com menor horizonte de expectativas e em busca da própria sobrevivência e de sua família, tendem a aceitar condições de trabalho mais degradantes e precárias.

Nos estudos de Kim et al.⁴⁵ e Murphy et al.⁴⁴, desenvolvidos com trabalhadoras migrantes, na zona rural de Washington (Yakima Valley) e no Vale Willamette (Oregon) nos EUA, as trabalhadoras relatam também um ambiente inseguro e intimidador, permeado por assédio sexual por parte de supervisores e colegas de trabalho, em sua maioria homens. As trabalhadoras se sentem pressionadas a tolerar os assédios devido às suas condições socioeconômicas e legais no país.

De forma menos predominante, a autonomia financeira, bem como o reconhecimento social e desenvolvimento pessoal das trabalhadoras rurais foram características ligadas às atividades de trabalho assalariado^{32,33,48}. No estudo de Fawaz-Yissi e Rodríguez Garcés³², na província de Ñuble no Chile, os resultados apontam para contradições e mudanças no papel

tradicional das mulheres na agricultura familiar, uma vez que há o aumento da incorporação das mulheres no mundo do trabalho rural assalariado e estas também desenvolvem outras atividades não-agrícolas que complementam a renda familiar, gerando maiores níveis de autonomia financeira, acesso a novas redes e círculos sociais.

Ainda no Chile, Rodríguez Garcés e Muñoz Soto³³, observam o aumento do emprego feminino nas áreas rurais, nos últimos 30 anos no país, com condições mais precárias de trabalho, contratos temporários e flexíveis e salários mais baixos. Entretanto, acrescentam que as mulheres rurais, em especial as mais jovens e mais escolarizadas, vinculam seu desenvolvimento pessoal, o reconhecimento social e o bem-estar da família à inserção no mundo do trabalho. Observações similares são feitas por Ledesma⁴⁸ no México, na qual o trabalho na agroindústria de tomate, apesar de temporário e precário, possibilitam maior autonomia financeira e o ingresso em outros espaços sociais na busca por parceiros.

Tais características ressaltam o atributo do trabalho enquanto uma atividade humana permeada por contradições potenciais¹. Segundo Schwartz et al.², a atividade de trabalho é o lugar de debate entre as normas antecedentes arraigadas nos meios sociais de reprodução da vida e as ressingularizações que invariavelmente acontecem. No trabalho, a partir de seus valores e visão de mundo, as mulheres rurais renormatizam e ressingularizam essa atividade em suas vidas.

No que se refere ao trabalho autônomo, desenvolvido em terras próprias da família, as principais características e condições de trabalho das mulheres foram a sobrecarga de trabalho e a desigualdade de gênero na divisão das atividades, seguidas da falta de reconhecimento social do trabalho feminino, a exposição aos agrotóxicos e a alta demanda física (Tabela 2).

Estudos realizados em comunidades rurais no Brasil^{20,23,24}, Paraguai⁵⁰, Cuba³⁹ e Turquia⁵³ observam na rotina das mulheres a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo, ou seja, a sobrecarga das atividades agrícolas (semeadura, cultivo, colheita, etc.) e tratamento dos animais (gado, galinha, porco, etc.) com as atividades domésticas e cuidado dos filhos, uma vez que pela divisão sexual histórica do trabalho entre homens e mulheres, os homens tendem a realizar menos o trabalho doméstico e de cuidado⁹.

A divisão sexual do trabalho, seja repercutindo no âmbito urbano ou rural, tem como característica central a atividade de trabalho dos homens estarem voltada ao polo da produção e das mulheres ao polo da reprodução social. Essa divisão não remete necessariamente a noção de complementariedade e igualdade, uma vez que é baseada nas relações de exploração-

dominação de gênero, classe e raça, e possui caráter de hierarquização, na qual o trabalho masculino possui maior valorização social do que o trabalho feminino⁸.

Nos estudos sobre o trabalho assalariado das mulheres rurais também estiveram presentes a sobrecarga e a divisão sexual do trabalho, tanto na agroindústria e agricultura, quanto nas atividades desenvolvidas dentro do ambiente doméstico. Segundo Lastarria-Cornhiel⁹, na América Latina e África, o trabalho assalariado no campo e no processamento da produção, há forte separação das atividades de acordo com o gênero. As mulheres desenvolvem trabalhos manuais que necessitam de maior atenção, cuidado e delicadeza – características consideradas “habilidades naturais” femininas –, e na maior parte das vezes é considerado trabalho não qualificado. Em contrapartida, o trabalho masculino exige maior força física e por vezes a utilização de maquinário, caracterizando-o como trabalho qualificado.

Nos artigos analisados, a atividade de classificação e empacotamento de frutas e verduras em agroindústrias é realizada preferencialmente por mulheres no México⁴⁸, Argentina¹⁷, Brasil^{25,29,30}, Chile³⁴, Equador⁴⁰ e EUA⁴⁵. Já na agricultura, principalmente de frutas, as mulheres desenvolvem atividades baseadas nas ditas “características manuais femininas” – polinização, semeadura e colheita –, como observa-se em estudos na Argentina^{16,17}, Brasil^{25,27}, Chile³⁴, Colômbia³⁷, Equador⁴⁰ e Estados Unidos⁴⁵. No Uruguai, Mascheroni e Riella⁵⁴ apontam para a grande empregabilidade das mulheres rurais em trabalhos domésticos.

Outra questão que atravessa a vida das trabalhadoras rurais é a falta de reconhecimento social do seu trabalho enquanto agricultoras e camponesas, que por diversas vezes está relacionado à divisão desigual do poder e do trabalho entre homens e mulheres nas propriedades rurais, bem como nas legislações de seus países. No México, na região de Chiapas, por exemplo, foram observadas que as mulheres apesar de terem um papel importante na produção de alimentos, possuem dificuldades legais para terem às terras em seu nome e serem reconhecidas como chefes de família, afetando também a sua participação na associação de gestão do uso da água e irrigação da região⁴⁶.

Na Argentina, Perona¹⁸ problematiza a perspectiva de gênero no Censo Nacional Agropecuário, que considera as mulheres como ‘familiares do produtor’ e não categorizadas como ‘produtoras’, invisibilizando o trabalho das mulheres junto à produção (colheita, semeadura, comercialização, etc.), que geralmente é desenvolvido por elas na agricultura familiar.

Trabalho cooperativo, organização e resistência

Em contraponto ao trabalho assalariado e autônomo, nos estudos sobre o trabalho cooperativo, seja em cooperativas exclusivas de mulheres ou mistas (homens e mulheres), percebeu-se que tal atividade está relacionada a maiores níveis de reconhecimento social do trabalho feminino, à liderança feminina, ao aumento da renda familiar e um ambiente harmonioso e solidário de trabalho, entretanto, persistindo a sobrecarga de trabalho reprodutivo e produtivo (Tabela 2).

A atividade de trabalho desenvolvida em cooperativas foi identificada em estudos realizados no Brasil²⁶⁻²⁸ e Colômbia^{36,38}. Nas cooperativas, de modo geral, as mulheres realizam atividades de beneficiamento de frutas em polpas, doces e compotas, produzem queijos e iogurtes, criam pequenos animais, produzem artesanatos e organizam eventos comunitários, apostando na pluralidade de atividades.

No estudo realizado por Oliveira e Nina²⁷, na região amazônica brasileira, as atividades desenvolvidas no grupo de mulheres da cooperativa representam também um escape das múltiplas tarefas domésticas e possibilitam o relaxamento, a amizade e liberdade, favorecendo a saúde e a qualidade de vida. De forma similar, para as trabalhadoras colombianas da região de Cundinamarca, a participação nas agroindústrias cooperadas contribui para a autoestima, possibilita a mudança da rotina do trabalho domiciliar, com mais familiares se encarregando de tarefas, e aumenta a rede e círculo de relações interpessoais³⁶. Giraldo³⁶, além disso, ressalta a importância das cooperativas femininas para o enfrentamento da pobreza na população rural colombiana e o papel que estas estruturas cumprem tensionando as relações de poder impostas pela hegemonia patriarcal.

De modo geral, os grupos de mulheres das cooperativas se constituem mais do que apenas grupos de trabalho; são grupos de ação política, visto que o movimento de criação de cooperativas de mulheres rurais também carrega a necessidade das trabalhadoras terem um espaço de autonomia e organização política diante das desigualdades econômicas e de gênero enfrentadas no âmbito rural. Para Kergoat³, o trabalho não é somente espaço de dominação, mas também de solidariedade, cooperação e socialização, estando “potencialmente no centro das resistências e das lutas” em busca da transformação das relações sociais de exploração e dominação.

Ademais, a luta e a organização política das trabalhadoras rurais em sindicatos e associações nacionais também esteve presente. Valdés et al.³⁵ analisam a atuação da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), no Chile, diante da precarização do

trabalho assalariado e das condições de saúde, ressaltando algumas conquistas como o aumento do emprego formal, acesso ao sistema de saúde por trabalhadoras temporárias, melhorias nos ambientes de trabalho e mudanças no sistema de subcontratação.

Cavalcanti et al.²⁵ evidenciam, na região de fruticultura de exportação no Vale do São Francisco – Brasil, a organização, luta e conquistas do sindicato de trabalhadores rurais, composto em sua maioria por mulheres (embora persistindo as desigualdades de gênero). Entre as conquistas relacionadas às demandas de gênero, estão a garantia de creche em empresas com mais de 20 mulheres, segurança e emprego para gestantes, direito a descanso para amamentação, entre outras.

Saúde das trabalhadoras rurais

As condições de saúde das trabalhadoras rurais foram sistematizadas em quatro principais grupos de problemas e agravos à saúde: distúrbios osteomusculares, intoxicação por agrotóxicos, transtornos mentais e doenças infecciosas (Tabela 3).

Os distúrbios osteomusculares e os transtornos mentais foram os problemas de saúde ligados ao trabalho mais relatados nos estudos revisados. As doenças infecciosas foram relatadas somente em um estudo realizado na África do Sul, na qual as trabalhadoras rurais da região Distrito de Umkhanyakude no norte de KwaZulu-Natal, apresentavam histórico de casos de malária. Neste caso, as longas jornadas de trabalho ao aplicar agrotóxicos, a falta de roupas de proteção ao vetor da malária, o uso da irrigação artificial no cultivo de cana-de-açúcar, algodão e manga foram apontados como fatores que podem ter contribuído para o aumento da incidência da doença¹⁴.

Tabela 3. Síntese dos principais problemas e agravos à saúde relacionados ao trabalho de mulheres rurais, no período de 2010 a 2020.

Problemas e agravos à saúde	Doenças, sinais e sintomas	Referência
Distúrbios osteomusculares	Dor nos braços, mãos e pernas	19,27,29,34,48
	Dor lombar	19,21,27,29,34,40,52
	Osteoartrite	34
	Tendinite	35,40
	Hérnia de disco	40
Transtornos mentais	Estresse	23,34,37,41,43,45,51
	Ansiedade	20,23,29,43,44
	Depressão	20,23,29,42
	Distúrbios no sono	23,29
	Transtorno do pânico	23
	Irritação na pele	48

	Irritação na garganta, vias respiratórias e olhos	29
Intoxicação por agrotóxicos	Manifestações gástricas: dor epigástrica, regurgitação, inchaço, náusea, vômitos	22
	Sintomas neurotóxicos	15
	Malformação congênita	35
	Doenças infecciosas	Malária

Fonte: elaboração própria, 2022.

Distúrbios osteomusculares

Os sintomas de dor lombar e a dor nos membros superiores e inferiores estão presentes em praticamente todos os estudos que relataram incômodos osteomusculares por parte das trabalhadoras. Tais sintomas estiveram relacionados com movimentos e posturas repetitivas^{21,35,48}, levantamento de peso⁵², longas jornadas de trabalho³⁴ e práticas inadequadas de manuseio de equipamentos¹⁹, realizadas principalmente em atividades de trabalho assalariado e autônomo.

Motta et al.²¹, em um estudo com comunidades rurais de Santa Catarina no Brasil, apontam que 93,3% das trabalhadoras rurais, com idade média de 40 e 41 anos, já sofreram com dor lombar durante algum período da vida, podendo estar relacionada com tempo de trabalho no campo, movimentos repetitivos no trabalho, idade e aumento de peso. Rocha e Rigotto²⁹ relatam as queixas de lesões por esforços repetitivos (LER) e as doenças osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), por parte das trabalhadoras em agroindústrias de frutas no Ceará, Brasil.

No Chile, na Comuna de Putaendo, Molina³⁴ descreve que os principais problemas de saúde das trabalhadoras são a osteoartrite e dores nas pernas, costas, mãos e braços, decorrentes de atividades como a colheita e a quebra de nozes por mais de 10 horas sem intervalo. Ademais, no Chile, Valdés et al.³⁵ identificam tendinites relacionadas à movimentos repetitivos exercidos pelas trabalhadoras.

Estudos na Austrália¹⁹, Polônia⁵², Equador⁴⁰ e México⁴⁸, também reforçam a queixa das mulheres rurais de dores na lombar e nos membros inferiores e superiores ao realizarem seu trabalho em condições de alta demanda física, sobrecarga de trabalho e posturas inadequadas.

Transtornos mentais e violência

O estresse, a ansiedade e a depressão foram as morbidades relacionados ao trabalho e saúde mental mais presentes nas mulheres rurais. Bojar et al.⁵¹ observou que as mulheres

polonesas que trabalham na agricultura, na região de Lublin, em relação a outros grupos de trabalhadoras (escriturárias, costureiras e trabalhadoras da indústria farmacêutica), apresentam maior intensificação do estresse no trabalho, estando relacionado a carga de trabalho, a falta de recompensa e a incerteza das tarefas diárias que devem ser realizadas. No estudo de Becerra et al.³⁷, na Colômbia, o estresse laboral relatado pelas trabalhadoras estava relacionado principalmente pelas condições precárias de trabalho, com salários menores e contratos temporários.

No Brasil, em uma comunidade rural de horticultura, Cezar-Vaz et al.²³ apontam que 61% das mulheres entrevistadas relataram algum tipo de transtorno mental relacionado ao trabalho, sendo mais prevalente o transtorno de ansiedade generalizada, seguido de reação aguda ao estresse, distúrbios no sono, episódios depressivos e transtorno do pânico. As trabalhadoras com transtornos mentais também relataram níveis maiores de demanda física, tempo de trabalho, esforço e frustração.

Nos EUA, trabalhadoras rurais migrantes do México, sentem-se estressadas devido ao trabalho e às responsabilidades familiares, sendo que o assédio sexual sofrido no trabalho culminou ao aumento do estresse físico e emocional⁴⁵. As trabalhadoras também descreveram como empecilho para uma boa saúde a falta de seguro saúde e o pouco conhecimento de como acessar o sistema de saúde, além de dificuldades linguísticas. Outro estudo nos EUA⁴², com trabalhadoras rurais latinas, aponta que um terço das mulheres entrevistadas apresentam sintomas depressivos, valor três vezes maior que a taxa de depressão na população feminina estadunidense. As trabalhadoras rurais que apresentaram maiores sintomas de depressão passavam por dificuldades econômicas e baixa segurança alimentar. Arcury et al.⁴³ identificaram que as trabalhadoras rurais latinas nos EUA, apresentam maiores pontuações de estresse e ansiedade em relação a trabalhadoras latinas não agrícola e desempregadas.

A violência (sexual, física, verbal e psicológica) também se apresentou como fator relevante no sofrimento mental das trabalhadoras, tanto no ambiente formal do trabalho assalariado, quanto no ambiente doméstico – vinculado a realização das atividades renumeradas autônomas e de reprodução social. A violência é um problema social e histórico, sendo que a violência contra as mulheres não é diferente, carrega marcas de dominação-exploração, opressão e crueldade nas relações de poder historicamente construídas entre homens e mulheres^{62,63}.

Kim et al.⁴⁵, nos EUA, relatam que 75% das trabalhadoras rurais latinas entrevistadas já sofreram ou conhecem alguém que sofreu assédio sexual no trabalho, em sua maioria por parte

de supervisores e colegas de trabalho homens. Assim como Murphy et al.⁴⁴, na região do Vale Willamette em Oregon nos EUA, apresentam que a maioria das trabalhadoras latinas da região sofreram algum tipo de assédio no trabalho. Os assédios são identificados pelas trabalhadoras por comentários verbais e contatos físicos indesejados, olhares fixos e sentimentos de desconforto. Tais situações geraram maiores níveis de estresse, ansiedade, angústia e insegurança para as trabalhadoras, obrigando também as mulheres ficarem em alerta no trabalho e desenvolverem formas de se defenderem, como vestir roupas mais largas para cobrir o corpo e fingir ser casada ou homossexual (no caso de mulheres solteiras e heterossexuais).

Ademais, Costa et al.²⁰ identificaram que 43% das trabalhadoras rurais, moradoras de uma região de assentamentos no Rio Grande do Norte – Brasil, apresentam indicativos de transtorno mental comum, sendo o humor depressivo/ansioso o sintoma mais citado. A violência (doméstica e sexual), bem como o casamento, a pobreza, a sobrecarga de trabalho foram citados pelas mulheres como os principais fatores relacionados ao sofrimento mental. E Siqueira et al.³⁰, observaram que 78,8% das mulheres trabalhadoras rurais, da região de Petrolina em Pernambuco – Brasil, já haviam sofrido algum tipo de violência física, verbal, sexual e/ou psicológica.

Exposição e intoxicação por agrotóxicos

A exposição aos agrotóxicos nas atividades de trabalho de mulheres rurais foi identificada em pesquisas realizadas na Argentina¹⁷, Brasil^{20,23,27,29}, Colômbia³⁷, Chile³⁵, Equador⁴⁰, Uruguai⁵⁶, México⁴⁸, EUA⁴⁵ e África do Sul^{14,15}, em postos de trabalho assalariados ou em atividades de produção própria. As trabalhadoras estão expostas diretamente aos agrotóxicos na preparação da calda (mistura de agrotóxicos), no manuseio e aplicação dos produtos químicos nas culturas agrícolas e no manejo de frutas e verduras na qual foram pulverizados agrotóxicos. Além do mais, é necessário considerar a exposição ambiental das trabalhadoras rurais e população aos agrotóxicos, uma vez que a pulverização desses produtos químicos torna o ar, a água e as chuvas de regiões rurais como vias de contaminação^{64,65}.

Estima-se que 385 milhões de pessoas adoecem todos os anos em decorrência de intoxicações por agrotóxicos⁶⁶. Nessa revisão identificou-se cinco estudos que relatam sinais e sintomas de intoxicações por agrotóxicos em trabalhadoras rurais. Na agroindústria de tomate, na região de San Luis Potosí no México, as trabalhadoras que classificam e embalam os tomates sentem irritações e alergias na pele devido ao contato com os produtos químicos utilizados na produção⁴⁸. Em agroindústrias de frutas, na região da Chapada do Apodi-Ceará no Brasil, as

mulheres sentem irritações na garganta, nos olhos e trato respiratório devido à proximidade e forte odor dos produtos químicos.

Ainda no Brasil, trabalhadoras do setor hortifrutigranjeiro no Rio Grande do Sul, relatam alta prevalência de manifestações gástricas (dor, regurgitação, náusea e vômitos) que esteve associado, entre outros fatores, a utilização de agrotóxicos²². Na África do Sul, Motsoeneng e Dalvie¹⁵ identificaram a maior prevalência de sintomas neurotóxicos em trabalhadoras rurais em relação a mulheres residentes em cidades, sendo que três sintomas do questionário aplicado (problemas com abotoamento, leitura e anotações) foram significativamente associados a presença na urina de três metabólitos de inseticidas piretroides. Valdés et al.³⁵, relatam as queixas de intoxicação por agrotóxicos e casos de malformações de filhos de trabalhadoras expostas a esses produtos químicos, por parte Associação Nacional de Mulheres Rurais no Chile.

Em todo mundo, anualmente, é utilizado cerca de 4 milhões de toneladas de agrotóxicos⁶⁶. De acordo com a base de dados “Pesticides Use”⁶⁷ da FAO, de 2010 a 2019, em média anualmente, foram utilizadas ou vendidas em torno de 2 milhões de toneladas de agrotóxicos na Ásia, 729 mil na América do Sul, 485 mil na Europa, 482 mil na América do Norte, 99 mil na África, 96 mil na América Central e 60 mil toneladas de agrotóxicos na Oceania. Em relação a América do Sul – uma das regiões na qual concentrou-se os estudos dessa revisão –, 50,1% dos agrotóxicos foram utilizadas no Brasil, 28,3% na Argentina, 6,7% na Colômbia e 4% no Equador. No caso da América do Norte, os EUA foi o país que mais utilizou agrotóxicos no período.

A intensa exposição e as intoxicações agudas e crônicas por agrotóxicos nas trabalhadoras rurais estão diretamente relacionadas ao atual modelo de produção agrícola, baseado em monocultura, com pouca ou nenhuma diversidade e rotatividade de culturas agrícolas, alta mecanização e a dependência de produtos químicos^{64,68}. As agricultoras familiares e camponesas que tentam fugir da lógica hegemônica de produção, no caso do uso de agrotóxicos, ficam cada vez mais encurraladas entre as grandes propriedades e a utilização do “pacote tecnológico” (sementes tratadas e patenteadas convencionais ou transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos), sendo difícil a resistência sem políticas públicas de incentivo a diminuição do uso de agrotóxicos e a produção orgânica e agroecológica.

Considerações finais

Os artigos revisados apontam para uma diversidade de atividades de trabalho das mulheres rurais – remuneradas formais, autônomas ou em cooperativas, bem como atividades não remuneradas de produção de alimentos para subsistência e o trabalho doméstico e cuidado. As condições de trabalho em postos de trabalho assalariado, de modo geral, são precarizadas, com contratos temporários, flexíveis, longas jornadas de trabalho e salários baixos. Seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho, observa-se a predominância das mulheres em atividades do setor agroindustrial consideradas mais “delicadas” e manuais, como a colheita e empacotamento de frutas e verduras e a semeadura e polinização de algumas culturas.

As atividades de trabalho remuneradas desenvolvidas de forma autônoma caracterizaram-se pela sobrecarga de trabalho, a alta demanda física e repetitiva e a falta de reconhecimento social do trabalho feminino, entretanto os estudos também relatam maior controle das atividades por parte das mulheres e possibilidade de autonomia financeira. Nas cooperativas de mulheres, o reconhecimento social do trabalho, a liderança feminina e o aumento da renda familiar foram predominantes na caracterização do trabalho realizado pelas mulheres. Em conjunto com as atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres rurais, foi comum o apontamento da realização de atividades de reprodução social, como o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, sendo uma questão importante na sobrecarga de trabalho.

No processo saúde-doença das trabalhadoras, os distúrbios osteomusculares ligado a sobrecarga de trabalho físico rural e ao trabalho doméstico, os sofrimentos e adoecimentos mentais, a alta exposição e intoxicações agudas e crônicas à agrotóxicos e a violência foram apontados como processos e situações preponderantes vivenciadas por essas mulheres.

Contrapondo esse cenário de precárias condições de trabalho e saúde, a organização das trabalhadoras em sindicatos e grupos de mulheres nas cooperativas apresentou papel importante na resistência e na busca por melhores condições de trabalho e diminuição das desigualdades no âmbito rural.

Com relação às limitações do estudo aponta-se a utilização de apenas três bases de dados (Scielo, Pubmed e BVS-Saúde Pública), podendo ser ampliada em novas investigações. Além do mais, os estudos revisados discutem, predominantemente, o contexto das trabalhadoras rurais nas Américas, sendo necessários novos estudos e estratégias de busca em revisões que possam abranger pesquisas a respeito das particularidades das trabalhadoras rurais na Ásia, África e Europa.

Por fim, aponta-se a importância da implementação e fortalecimentos de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de trabalho e saúde em postos assalariados rurais, com a ampliação e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, além de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e agroecologia, com ênfase na participação das mulheres na produção rural.

Referências

1. Schwartz Y. Actividade. Laboreal [Internet]. 1º de dezembro de 2005 [citado 15 de fevereiro de 2020];1(Volume 1 Nº1). Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/14272>
2. Schwartz Y, Duc M, Durrive L. Trabalho e uso de si. In: Schwartz Y, Durrive L, organizadores. Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF; 2007. p. 191–206.
3. Kergoat D. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: Maruani M, organizador. Trabalho, logo existo: perspectivas feministas. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2019. p. 287–94.
4. Schwartz Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. Trab Educ E Saúde. março de 2004;2(1):33–55.
5. Federici S. Mulheres, lutas por terra e globalização: uma perspectiva internacional. In: O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante; 2019. p. 279–302.
6. FAO, organizador. Women in agriculture: closing the gender gap for development [Internet]. Rome: FAO; 2011. 147 p. (The state of food and agriculture). Disponível em: <https://www.fao.org/3/i2050e/i2050e.pdf>
7. ILO. Rural women at work: bridging the gaps [Internet]. International Labour Organization; 2018 mar [citado 4 de março de 2022]. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/publication/wcms_619691.pdf
8. Kergoat D. Divisão sexual do trabalho e relações sexuais de sexo. In: Hirata H, Laborie F, Doaré HL, Senotier D, organizadores. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Ed. UNESP; 2009. p. 67–75.
9. Lastarria-Cornhiel S. Feminización de la agricultura en América Latina y África. Debates Temáticas Rurales. 2008;(11):1–25.
10. Valdés Subercaseaux X. Feminización del empleo y trabajo precario en las agriculturas latinoamericanas globalizadas. Cuad Antropol Soc. 2015;(41):17.

11. Souza MT de, Silva MD da, Carvalho R de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein São Paulo. março de 2010; 8:102–6.
12. Roman AR, Friedlander MR. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. Cogitare Enferm [Internet]. 1998 [citado 22 de fevereiro de 2022];3(2). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44358>
13. Whittemore R, Knafl K. The integrative review: updated methodology. J Adv Nurs. dezembro de 2005;52(5):546–53.
14. Naidoo S, London L, Burdorf A, Naidoo RN, Kromhout H. Occupational activities associated with a reported history of malaria among women working in small-scale agriculture in South Africa. Am J Trop Med Hyg. novembro de 2011;85(5):805–10.
15. Motsoeneng PM, Dalvie MA. Relationship between Urinary Pesticide Residue Levels and Neurotoxic Symptoms among Women on Farms in the Western Cape, South Africa. Int J Env Res Public Health. junho de 2015;12(6):6281–99.
16. Mingo E. Género y trabajo: la participación laboral de las mujeres en la agricultura del Valle de Uco, Mendoza, Argentina. Papeles Trab [Internet]. 1º de abril de 2011 [citado 16 de setembro de 2021];5(7). Disponível em: <http://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/papdetrab/article/view/216>
17. Bocero SL, Di Bona A. El trabajo asalariado femenino en el cinturón frutihortícola marplatense. Geograficando. 2012;8(8):22.
18. Perona E. La transformación tecnológica del sector agropecuario en la provincia de Córdoba y sus repercusiones sobre la mujer y la familia rural: its effects on women and rural families. Rev Estud Fem. dezembro de 2012;20(3):739–60.
19. Innes E, Crowther A, Fonti F, Quayle L. Women’s Health at Work Program: musculoskeletal pain experienced by women of Chinese background working on market gardens in the Sydney Basin. Work. junho de 2010;36(2):129–40.
20. Costa M da GSG da, Dimenstein MDB, Leite JF. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. Estud Psicol Natal. junho de 2014;19(2):145–54.
21. Motta AF, Cardoso FL, Sacomori C, Sperandio FF, Santos GM. Dor lombar auto-referida em mulheres trabalhadoras rurais de sete comunidades de Concórdia-SC. Ter Man. 2010;10–6.
22. Cezar-Vaz MR, Bonow CA, Couto AM, Gelati TR. Prevalência de sinais e sintomas digestórios em trabalhadoras rurais e fatores associados. Acta Paul Enferm. 2015;460–6.
23. Cezar-Vaz MR, Bonow CA, da Silva MRS. Mental and Physical Symptoms of Female Rural Workers: Relation between Household and Rural Work. Int J Environ Res Public Health. setembro de 2015;12(9):11037–49.
24. Graf LP, Coutinho MC. Trajetórias de mulheres atuantes em pequenos abatedouros de animais. Cad Psicol Soc Trab. janeiro de 2010;13(1):119–32.

25. Cavalcanti J, Rodrigues V, Andrade B. Mulheres e trabalho na agricultura de exportação: questões atuais. 1º de junho de 2012;
26. Mendes MF, da Silva Neves SMA, Neves RJ, da Silva TP. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. *Estud Fem.* 2014;22(1):71–89.
27. Oliveira JA de, Nina S de FM. Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. *Saúde E Soc.* dezembro de 2014;23:1162–72.
28. Wesz Junior VJ. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. *Interações Campo Gd.* dezembro de 2015;16(2):395–406.
29. Rocha MM, Rigotto RM. Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. *Saúde Em Debate.* junho de 2017;41:63–79.
30. Siqueira V de B, Oliveira LMSR de, Siqueira MA da S, Nascimento E de A. Rural workers: work relationships and perceptions on violent events. *Rev Enferm UFPE Line.* abril de 2017;11(4):1662–6.
31. Fawaz Yissi J, Soto Villagrán P. Mujer trabajo y familia: Tensiones, rupturas y continuidades en sectores rurales de Chile central. *Ventana Rev Estud Género.* junho de 2012;4(35):218–54.
32. Fawaz-Yissi MJ, Rodríguez-Garcés C. Mujeres rurales y trabajo en Chile central. Actitudes, factores y significaciones. *Cuad Desarro Rural.* dezembro de 2013;10(72):47–68.
33. Rodríguez Garcés C, Muñoz Soto J. Participación laboral de las mujeres rurales chilenas: tendencias, perfiles y factores predictores. *Cuad Desarro Rural.* junho de 2015;12(75):77–98.
34. Caro Molina P. Desigualdad y transgresión en mujeres rurales chilenas: Lecturas desde la interseccionalidad, género y feminismo. *Psicoperspectivas.* julho de 2017;16(2):125–37.
35. Valdés S X, Gloria Godoy R C, Mendoza A. A. Acción colectiva y resistencia: asalariadas agrícolas en Chile frente a la precarización laboral. *Izquierdas.* setembro de 2017;(35):167–98.
36. Giraldo OF. Campesinas construyendo la utopía: mujeres, organizaciones y agroindustrias rurales. *Cuad Desarro Rural.* julho de 2010;7(65):41–57.
37. Becerra NME, Galán EYB, Cano LAP, Amado EAS. Condiciones laborales de mujeres rurales en cultivos de tomate bajo invernadero; el caso de Sáchica (Boyacá). *Cult Científica.* 2013;11(11):107–16.
38. Suárez E, Mosquera T, Castillo SD. Empowerment and associative process of rural women: a case study of rural areas in Bogotá and Cundinamarca, Colombia. *Agron Colomb.* agosto de 2018;36(2):158–65.

39. Campos-Gómez M, Miranda-Tortoló T, Oropeza-Casanova K, Plana-Ramos D, Sánchez-Cárdenas S, Bover-Felices K. Experiencia de género en el Programa de Innovación Agropecuaria Local en la provincia de Matanzas, Cuba. *Pastos Forrajes*. junho de 2018;41(2):151–6.
40. Mantilla MRY, Rosa M. Fuerza de trabajo femenina en la agricultura de exportación de brócoli en Cotopaxi. abril de 2015 [citado 16 de setembro de 2021]; Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/9608>
41. Arcury TA, Trejo G, Suerken CK, Grzywacz JG, Ip EH, Quandt SA. Work and Health among Latina Mothers in Farmworker Families. *J Occup Environ Med Am Coll Occup Environ Med*. março de 2015;57(3):292–9.
42. Pulgar CA, Trejo G, Suerken C, Ip EH, Arcury TA, Quandt SA. Economic Hardship and Depression Among Women in Latino Farmworker Families. *J Immigr Minor Health*. 1º de junho de 2016;18(3):497–504.
43. Arcury TA, Sandberg JC, Talton JW, Laurienti PJ, Daniel SS, Quandt SA. Mental Health Among Latina Farmworkers and Other Employed Latinas in North Carolina. *Rural Ment Health*. abril de 2018;42(2):89–101.
44. Murphy J, Samples J, Morales M, Shadbeh N. “They talk like that, but we keep working”: Sexual harassment and sexual assault experiences among Mexican Indigenous farmworker women in Oregon. *J Immigr Minor Health Cent Minor Public Health*. dezembro de 2015;17(6):1834–9.
45. Kim NJ-E, Vásquez VB, Torres E, Nicola RMB, Karr C. Breaking the Silence: Sexual Harassment of Mexican Women Farmworkers. *J Agromedicine*. 2 de abril de 2016;21(2):154–62.
46. Ruiz Meza LE. Segregación de género en la asignación de derechos al agua en los sistemas de riego campesino en Chiapas, México. *Cuad Desarro Rural*. dezembro de 2013;10(72):201–22.
47. Garay Villegas S. Diferencias estatales y regionales en el empleo rural femenino en México. *Estud Demográficos Urbanos*. dezembro de 2012;27(3):621–59.
48. Ledesma MIM. Labor attributes and strategies: the case of tomato workers in san luis potosi, Mexico. *New Solut*. 2010;20(4):465–78.
49. Guzmán Gómez G. La deuda: del sueño a la pesadilla colectiva. Endeudamiento de mujeres rurales del centro de Veracruz. *Desacatos*. abril de 2014;(44):67–82.
50. Borja MCS, Díaz CHBR. Necesidades prácticas e intereses estratégicos de la mujer rural en aspectos socioeconómicos de su comunidad¹. *Investig Agrar*. 27 de dezembro de 2010;12(2):101–6.
51. Bojar I, Humeniuk E, Owoc A, Wierzba W, Wojtyła A. Exposing women to workplace stress factors as a risk factor for developing arterial hypertension. *Ann Agric Environ Med AAEM*. 2011;18(1):175–82.

52. Raczkiewicz D, Saran T, Sarecka-Hujar B, Bojar I. Work conditions in agriculture as risk factors of spinal pain in postmenopausal women. *Int J Occup Saf Ergon JOSE*. junho de 2019;25(2):250–6.
53. Davran MK, Öztornacı B, Özalp B. Socio-demographic and economic indicators in gender structure in the middle Taurus mountainous villages of Turkey. *Ciênc Rural [Internet]*. 4 de novembro de 2019;49(12). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782019001200901&lang=pt
54. Mascheroni P, Riella A. La vulnerabilidad laboral de las mujeres en áreas rurales: Reflexiones sobre el caso uruguayo. *Rev Cienc Soc*. julho de 2016;29(39):57–72.
55. Vitelli R, Borrás V. Las mujeres rurales durante el período progresista en Uruguay: Avances y tropiezos. *Rev Cienc Soc*. julho de 2016;29(39):73–90.
56. Chiappe M. Conflictos por uso de agroquímicos: el papel de las mujeres rurales en Uruguay. *Agrociencia Urug [Internet]*. 1º de julho de 2020;24(spe). Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-15482020000301311&lang=pt
57. Lara Flores SM. La feminización del trabajo asalariado en los cultivos de exportación no tradicionales en América Latina: efectos de una flexibilidad salvaje. In: Lara Flores SM, United Nations Research Institute for Social Development, organizadores. *Jornaleras, temporeras y bóias-frias: el rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina*. 1. ed. Caracas: Editorial Nueva Sociedad; 1995.
58. Harvey D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª. São Paulo: Ed. Loyola; 2008. 349 p. (Temas de atualidade).
59. Delgado G. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1695-2012) [Internet]. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2012 [citado 25 de fevereiro de 2020]. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/do-capital-financeiro-na-agricultura-%C3%A0-economia-do-agroneg%C3%B3cio>
60. Davis AY. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo; 2016.
61. Acelrad H. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *Rev Em Pauta Teor Soc E Real Contemp [Internet]*. 2013 [citado 23 de novembro de 2021];11(32). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10158>
62. Saffioti HIB, Almeida SS de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter; 1995. 218 p.
63. Gomes R, Minayo MC de S, Silva, Cláudio Felipe Riberia da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. 1a ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2005. p. 117–40. (Série B-Textos básicos de saúde).

64. Carneiro FF, Augusto LG da S, Rigotto RM, Friedrich K, Búrigo AC, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, organizadores. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular; 2015. 623 p.
65. Beserra L, Oliveira LK, Pignati W. Contaminação sistêmica por agrotóxicos na chuva, águas, peixes e pecuárias em territórios do agronegócio em Mato Grosso. In: Pignati WA, Correa MLM, Leão LH da C, Pignatti MG, Machado JMH, organizadores. Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. 1º ed São Paulo: Outras Expressões; 2021.
66. Chemnitz C, Heinrich-Böll-Stiftung, Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland, organizadores. Pestizidatlas: Daten und Fakten zu Giften in der Landwirtschaft. 1. Auflage. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung; 2022. 50 p.
67. FAOSTAT - Food and agriculture data [Internet]. [citado 18 de fevereiro de 2022]. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/RP>
68. Pignati W, Soares MR, Leão LH da C. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. In: Pignati WA, Correa MLM, Leão LH da C, Pignatti MG, Machado JMH, organizadores. Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. 1º ed São Paulo: Outras Expressões; 2021.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – TRABALHADORAS ASSENTADAS

1. Identificação: Nome/ Idade/ Cor-raça/ Escolaridade/ Religião/Profissão (atividade que exerce) / Estado Civil/ Filhos/ Renda Familiar

2. Trajetória de vida e de trabalho, posse da terra: Você é natural da região de Nova Olímpia, Mato Grosso? Se não, como conheceu a região? Há quanto tempo mora no município e assentamento? Conte-me um pouco de sua trajetória de vida e trabalho até os dias atuais. A posse da terra está em nome de qual membro da família?

3. Atividade de trabalho e produção: Quais produtos são cultivados? Desde quando cultivam tais produtos? Para onde são vendidos? Quem trabalha na produção? Quais são as atividades que você desenvolve durante o dia? Qual o tempo que você gasta nessas atividades? Conte-me um pouco sobre a sua rotina de trabalho, incluindo as tarefas domésticas. Você utiliza algum equipamento para se proteger durante a realização do trabalho (equipamento de proteção individual - EPI)? Se sim, como é feita a limpeza desses equipamentos? Quais são os problemas que aparecem no dia a dia do trabalho? Como você busca resolvê-los? O que te motiva a continuar desenvolver esse trabalho? Você gosta de seu trabalho?

4. Processo saúde-doença-trabalho: Quais são suas principais preocupações relacionadas à sua saúde? No último ano, você identificou problemas de saúde em decorrência de sua atividade de trabalho? Esse problema identificado é comum à seus(suas) colegas de trabalho? Você considera que a atividade de trabalho que você exerce é prejudicial à saúde? Como vocês se cuida ou se trata quando tem algum problema de saúde? Como você acessa os serviços de saúde?

5. Divisão sexual do trabalho: Os homens fazem as mesmas coisas que as mulheres no trabalho? Homens e mulheres ganham a mesma coisa? Por que existe essa divisão de trabalho entre homens e mulheres? Por que as mulheres não fazem o mesmo trabalho e ganham o mesmo salário que os homens?

6. Trabalho doméstico: Por quem é realizado o trabalho doméstico na sua casa? Toda a família realiza essas atividades? Há uma divisão de tarefas entre as pessoas da família? Todos em casa fazem todas as tarefas e gastam o mesmo tempo nos afazeres domésticos? Como é organizado o cuidado dos filhos ou de pais/pessoas idosas?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – TRABALHADORAS ASSALARIADAS

1. Identificação: Nome/ Idade/ Cor-raça/ Escolaridade/ Religião/Profissão (atividade que exerce) / Estado Civil/ Filhos/ Renda Familiar

2. Trajetória de vida e trabalho: Você é natural da região de Nova Olímpia, Mato Grosso? Se não, como conheceu a região? Há quanto tempo mora no município? Conte-me um pouco de sua trajetória de vida e profissional até iniciar o seu emprego na usina de cana-de-açúcar. Há quanto tempo trabalha na usina? Exerce outra atividade remunerada? Outros membros de sua família trabalham na usina?

3. Atividade de trabalho: Qual é o seu setor de trabalho? Qual a finalidade desse setor na usina? Como é dividido o trabalho na usina? Quais são as atividades de trabalho que você exerce na usina? Você poderia descrevê-las um pouco para mim? Você já exerceu outra atividade na usina diferente dos dias atuais? Você utiliza algum equipamento para se proteger durante a realização do trabalho (equipamento de proteção individual - EPI)? Como é realizada a limpeza desses equipamentos? Quais são os problemas que aparecem no dia a dia do trabalho? Como você busca resolvê-los?

Jornada de trabalho: Qual é o tempo de duração de sua jornada de trabalho? Em qual(is) turno(s)? Possui intervalo durante a atividade de trabalho? O salário é por metas, produtividade ou fixo mensal? Fale-me um pouco sobre folgas, hora extra, jornadas adicionais e banco de horas. Você considera sua atividade de trabalho exigente, difícil?

Condições ambientais: Conte-me um pouco como é seu ambiente de trabalho, com relação a tamanho, ventilação, temperatura, umidade, limpeza em geral. Há espaços de vivência (refeitório, cozinha, vestiário, etc.) para as/os trabalhadoras/es? Há instalações sanitárias adequadas (banheiro dividido por sexo, chuveiro, pia)?

4. Processo saúde-doença-trabalho: Quais são suas principais preocupações relacionadas à sua saúde? No último ano, você identificou problemas de saúde em decorrência de sua atividade de trabalho? Esse problema identificado é comum a seus(suas) colegas de trabalho? Você considera que a atividade de trabalho que você exerce é prejudicial à saúde? Você gosta de seu trabalho?

5. Divisão sexual do trabalho: Os homens fazem as mesmas coisas que as mulheres no trabalho? Homens e mulheres ganham a mesma coisa? Por que existe essa divisão de trabalho entre homens e mulheres? Por que as mulheres não fazem o mesmo trabalho e ganham o mesmo salário que os homens?

6. Trabalho doméstico: Por quem é realizado o trabalho doméstico na sua casa? Toda a família realiza essas atividades? Há uma divisão de tarefas entre as pessoas da família? Todos em casa fazem todas as tarefas e gastam o mesmo tempo nos afazeres domésticos? Como é organizado o cuidado dos filhos ou dos pais/pessoas idosas?

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO

1. Identificação: Local, data e horário

2. Descrição do cenário: descrição dos aspectos físicos e ambientais e interconexões com as atividades desenvolvidas.

3. Registro das atividades: descrição das atividades que se desenvolvem; como as participantes a realizam; como lidam com os as particularidades e imprevistos de cada situação.

4. Impressões gerais da pesquisadora



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras rurais no contexto do agronegócio em Mato Grosso”** desenvolvida por Lucimara Beserra, estudante de Doutorado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Élide Azevedo Hennington e coorientação da Professora Dra. Marta Gislene Pignatti, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (ISC/UFMT).

O objetivo central do estudo é compreender as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais e sua relação com o modo de produção do agronegócio no município de Nova Olímpia, no Mato Grosso. Você está sendo convidada a participar da pesquisa por fazer parte do conjunto das trabalhadoras rurais do município. Sua participação é voluntária, ou seja, ela não é obrigatória, e você pode decidir se quer ou não participar, e poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não participar ou desistir.

A sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista individual na qual terá que responder perguntas sobre seu trabalho e sua saúde à pesquisadora. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente uma hora e trinta minutos. É importante que você saiba que a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento sem qualquer prejuízo.

Você será beneficiada indiretamente pela participação na pesquisa, pois os resultados ajudarão a conhecer e dar visibilidade às condições de trabalho e saúde na qual as trabalhadoras rurais de Mato Grosso estão submetidas para o poder público e sociedade em geral, contribuindo para a obter melhorias.

Existe o risco da identificação indireta de sua participação na pesquisa, devido a um número pequeno de participantes de uma mesma localidade. Em relação aos riscos psicológicos, durante as entrevistas você pode sentir algum desconforto emocional ao falar sobre seu trabalho e sua saúde. Você tem o direito de não responder qualquer pergunta e desistir da pesquisa a qualquer momento. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Você não terá quaisquer custos ou despesas pela sua participação nessa pesquisa.

Se você optar por participar desta pesquisa, as informações e seus dados pessoais serão mantidas de maneira confidencial e sigilosa. Apenas as pesquisadoras do projeto, que se

comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade, terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outros objetivos. Os dados obtidos na pesquisa somente serão apresentados de forma anônima (ou seja, sem sua identificação). Ao final da pesquisa, todo material será mantido de forma permanente em um banco de dados, com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável. Os resultados serão apresentados para as participantes em reuniões com as pesquisadoras e divulgados em eventos e através de publicações científicas.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/FIOCRUZ, que é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, e contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP, pelo telefone (21) 2598-2863, ou e-mail: cep@ensp.fiocruz.br, ou pelo site <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>. Você também pode entrar em contato com o CEP da ENSP pelo endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210. Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h. Este termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com você e outra será arquivada com a pesquisadora responsável.

Se houver qualquer dúvida sobre a pesquisa, entre em contato com a pesquisadora responsável **Lucimara Beserra** (doutoranda em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ), no telefone (65) 98163-4718 e/ou pelo e-mail: lucimara.beserra@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação na pesquisa intitulada **“Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras rurais no contexto do agronegócio em Mato Grosso”** e concordo em participar.

Nome da participante: _____, _____, _____.
Local e data

Assinatura da participante

Eu autorizo a gravação da entrevista:

Sim Não

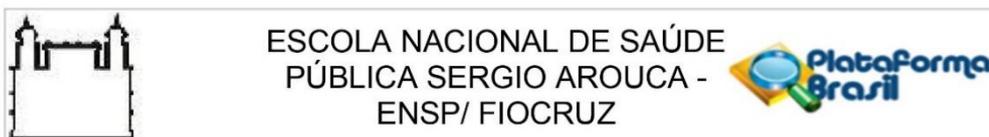
Nome da testemunha: _____, _____, _____.
Local e data

Assinatura da testemunha

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes desta pesquisa a participante indicada acima. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta trabalhadora para a participação desta pesquisa.

Nome e Assinatura do Responsável pela obtenção do Termo

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras rurais no contexto do agronegócio em Mato Grosso.

Pesquisador: LUCIMARA BESERRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30525820.8.0000.5240

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.992.564

Apresentação do Projeto:

Este parecer refere-se a análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/ENSP no parecer número:3.972.464, em 17/04/2020.

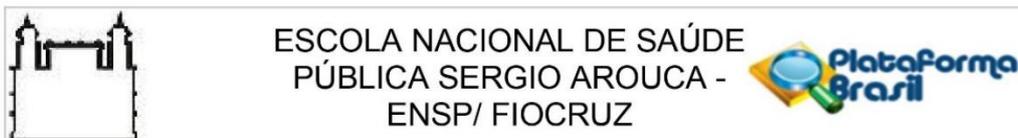
Projeto de doutorado do programa de pós graduação em saúde coletiva da área de saúde pública, de Lucimara Beserra, orientada por Élide Azevedo Hennington e co-orientada por Marta Gislene Pignatti, sob o título "Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras rurais no contexto do agronegócio em Mato Grosso.", qualificado em 30/03/2020 e com financiamento da bolsa CAPES no valor de R\$ 2.435,00.

Resumo:

"A desigualdade social entre gêneros, raças/etnias e classes é uma realidade estrutural bastante marcante na realidade brasileira. As mulheres, principalmente as mulheres negras, tendem a ocupar os piores postos de trabalho, com salários menores, condições mais precárias e sem direitos trabalhistas. No Brasil e em Mato Grosso, o modelo do agronegócio é muito rentável e compõe a boa parte do PIB nacional, tomando-se o modelo

de produção hegemônico na agricultura... Dada a situação comum de classe que vive do trabalho, explorada, empobrecida e com problemas de saúde relacionados ao trabalho, especialmente à

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

intoxicação por agrotóxicos no âmbito rural, a proposta deste estudo é compreender as condições de vida, trabalho e saúde de trabalhadoras rurais, a partir do recorte de gênero e raça, no município de Nova Olímpia em Mato Grosso, cujo desenvolvimento econômico está atrelado ao modelo de produção do agronegócio."

Metodologia proposta e análise de dados:

"Esta pesquisa terá o caráter qualitativo e utilizará como abordagem teórico metodológica a perspectiva ergológica, com aportes do pensamento feminista da teoria da reprodução social e das contribuições do feminismo negro. As participantes do estudo serão trabalhadoras rurais assentadas e assalariadas do município de Nova Olímpia. Realizaremos reuniões em grupo, denominadas encontros sobre o trabalho, separadamente, com as trabalhadoras rurais assentadas e trabalhadoras rurais assalariadas; e observação participante no cotidiano de trabalho dessas mulheres. Os dados produzidos serão analisados à luz da Ergologia e a partir das seguintes categorias teóricas: processo saúde-doença-trabalho no agronegócio; trabalho rural e renormatizações; relações de gênero, classe e raça nas situações de trabalho; resistências e enfrentamento dos problemas... Será utilizado o software NVivo para transcrição e organização do material produzido."

Objetivo da Pesquisa:

Conforme descrito no parecer consubstanciado nº3.972.464, emitido pelo CEP/ENSP em 17/04/2020.

Objetivo Principal:

"Compreender as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais do agronegócio, no município de Nova Olímpia, Mato Grosso."

Objetivos Secundários:

"- Caracterizar o modelo de produção do agronegócio no município em estudo.

- Conhecer as condições de vida, trabalho e saúde de trabalhadoras rurais e suas relações com o

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

agronegócio.

- Analisar as situações do trabalho de mulheres rurais na perspectiva de gênero e raça.
- Investigar as formas de resistência e de enfrentamento dos problemas de vida e saúde das trabalhadoras rurais do município."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo descrito pela pesquisadora na Plataforma Brasil:

Riscos:

" Existe o risco da identificação direta e indireta das participantes na pesquisa, devido a um número pequeno de participantes de uma mesma localidade e o uso da técnica de reuniões em grupo. Em relação aos riscos psicológicos, durante as entrevistas as participantes podem sentir algum desconforto emocional ao falar sobre seu trabalho e saúde. Será assegurado o direito da participante não responder a pergunta ou desistir a qualquer momento da pesquisa.

Em relação aos benefícios, a pesquisadora informa:

Benefícios:

"As participantes serão beneficiadas, uma vez que os resultados da pesquisa ajudarão a elucidar, compreender e dar visibilidade às condições de trabalho e saúde na qual as trabalhadoras rurais de Mato Grosso estão submetidas para o poder público e sociedade em geral, de modo a contribuir para obter melhorias."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa apresenta todos os elementos necessários e adequados à apreciação ética e as pendências emitidas no parecer anterior foram atendidas.

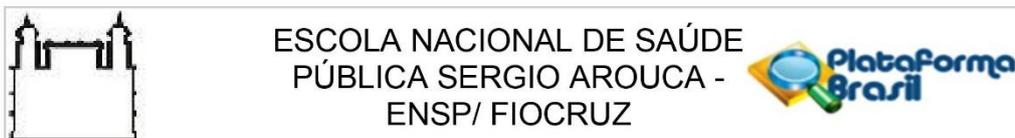
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para elaboração deste parecer de aprovação, foi analisado o Formulário da Plataforma Brasil nomeado PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1535395.pdf, postado em 20/04/2020.

Na apresentação inicial foram apresentados e APROVADOS os seguintes documentos, postados na Plataforma Brasil:

- Folha de Rosto gerada pela Plataforma Brasil assinada pelo pesquisador responsável nomeada Folha_de_rosto_assinada.pdf, postado em 04/04/2020;

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

- Formulário de Encaminhamento nomeado Form_encaminhamento_cep_projeto_Lucimara.pdf, postado em 04/04/2020;

- Cronograma, nomeado Cronograma.pdf, postado em 04/04/2020;

- Planilha de orçamento, nomeado Orcamento.pdf, postado em 04/04/2020;

- Instrumento de coleta de dados nomeado Instrumentos_de_coleta_de_dados.pdf, adequado, postado em 04/04/2020; Pasta "Outros" na PB.

Para responder às pendências do parecer anterior, o pesquisador anexou os seguintes documentos à Plataforma Brasil, os quais foram aprovados:

- TCLE de entrevista nomeado TCLE_Entrevistas_individuais_modificado.pdf, postado em 20/04/2020.

- TCLE de oficinas nomeado TCLE_Reunioes_em_grupo_modificado.pdf, postado em 20/04/2020.

- Projeto de tese nomeado Projeto_de_tese_Lucimara_qualificado_abril_2020_modificado.pdf, postado em 20/04/2020.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Para elaboração deste parecer, as pendências emitidas no parecer consubstanciado número 3.972.464, em 17/04/2020, foram analisadas conforme abaixo:

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
 Bairro: Manguinhos CEP: 21.041-210
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2598-2863 Fax: (21)2598-2863 E-mail: cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

Formulário de resposta às pendências do CEP/ENSP:

1. ITEM DE PENDENCIA 1

1- No PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1535395.pdf, lê-se na metodologia que as participantes serão:

"As participantes do estudo serão trabalhadoras rurais do município de Nova Olímpia." Esclarecer se existe algum critério de exclusão relacionado a alfabetização (Norma Operacional 001/13, item 3.4.1.6.)

RESPOSTA DA PENDENCIA 1:

Não há critério de exclusão de participantes relacionado à alfabetização dado que se pretende incluir qualquer mulher trabalhadora que puder fornecer informações participando das entrevistas e ou dos grupos. Tal informação foi acrescentada na metodologia do projeto (nas informações básicas e no projeto detalhado). As alterações estão em vermelho no anexo.

Há algum documento anexado para a pendência 1?

(x) sim. Inserir o nome do arquivo postado na plataforma:

Projeto_de_tese_Lucimara_qualificado_abril_2020_modificado.pdf

ANÁLISE DO CEP: Observado que não ser alfabetizada não foi critério de exclusão para participar da pesquisa, sendo incluído na metodologia do projeto e nas informações básicas do projeto na PB.

PENDENCIA APROVADA.

2. ITEM DE PENDÊNCIA 2:

Nos documentos de registro de consentimento nomeados TCLE_Reunioes_em_grupo.pdf e TCLE_Entrevistas_individuais.pdf

2- Adequar a linguagem a população à ser convidada, segundo Res.CNS 510/16art. 5º. Caso tenha a possibilidade de ter no estudo mulheres não alfabetizadas considerar a necessidade de ter uma testemunha para assinar o consentimento e incluir um campo destinado ao nome e assinatura da testemunha imparcial;

RESPOSTA DA PENDÊNCIA 2:

A linguagem dos TCLEs (grupos e entrevistas individuais) foram adequadas para possibilitar a

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

comunicação mais clara e objetiva com a população a ser convidada. Os campos para nome e assinatura de testemunha foram incluídos, no caso de participantes não alfabetizadas.

As alterações estão em vermelho nos anexos.

Há algum documento anexado para a pendência 2?

(x) sim. Inserir o nome do arquivo postado na plataforma:

TCLE_Reuniões_em_grupo_modificado.pdf

TCLE_Entrevistas_individuais_modificado.pdf

ANÁLISE DO CEP: Observado que nos dois TCLEs o vocabulário está mais claro para a participante facilitando um melhor entendimento da proposta da pesquisa. Também foi acrescentado, nos dois TCLEs, um campo para assinatura de testemunha quando as participantes forem não alfabetizadas.

PENDÊNCIA APROVADA.

3. ITEM DE PENDÊNCIA 3:

Nos documentos de registro de consentimento nomeados TCLE_Reunioes_em_grupo.pdf e TCLE_Entrevistas individuais.pdf

3- Adequar o trecho referente ao direito de indenização, incluindo que é direito a buscar indenização (Res.CNS 510/16 art. 9º.VI);

RESPOSTA DA PENDENCIA 3:

O trecho referente ao direito à indenização nos TCLEs foi adequado de acordo com a Res. CNS 510/16 art. 9º.VI. Como disposto no parágrafo abaixo:

“Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).”

Há algum documento anexado para a pendência 3?

(x) sim. Inserir o nome do arquivo postado na plataforma:

TCLE_Reuniões_em_grupo_modificado.pdf

TCLE_Entrevistas_individuais_modificado.pdf

ANÁLISE DO CEP: Observado adequação do parágrafo referente ao direito à indenização nos dois

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

TCLEs.

PENDÊNCIA APROVADA.

4. ITEM DE PENDÊNCIA 4:

Nos documentos de registro de consentimento nomeados TCLE_Reunioes_em_grupo.pdf e TCLE_Entrevistas_individuais.pdf

4- Devido as características da pesquisa (com realização de grupo, número reduzido de participantes de uma mesma realidade), faz-se necessário explicitar o risco de identificação do participante, nos TCLEs e no campo Risco da Plataforma Brasil(Res.CNS 510/16 art. 17.IV).

RESPOSTA DA PENDÊNCIA 4:

Foi acrescentado nos TCLEs e no campo Risco da Plataforma Brasil o risco de identificação das participantes. As alterações estão em vermelho nos anexos.

Há algum documento anexado para a pendência 4?

(x) sim. Inserir o nome do arquivo postado na plataforma:

TCLE_Reuniões_em_grupo_modificado.pdf

TCLE_Entrevistas_individuais_modificado.pdf

ANÁLISE DO CEP: Observado nos dois TCLEs e no campo Risco da Plataforma Brasil que foi acrescentado o risco de identificação dos participantes conforme REs.CNS 510/16 art.17.IV).

PENDÊNCIA APROVADA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Verifique o cumprimento das observações a seguir:

1* Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/ENSP (www.ensp.fiocruz.br/etica).

2* Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões.

3* Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

4* O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	aut_ENSP.pdf	27/04/2020 12:17:55	Jennifer Braathen Salgueiro	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1535395.pdf	20/04/2020 19:22:33		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevistas_individuais_modificado.pdf	20/04/2020 19:20:46	LUCIMARA BESERRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Reunioes_em_grupo_modificado.pdf	20/04/2020 19:20:33	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Outros	Formulario_resp_pend_parecer_3972464.pdf	20/04/2020 19:19:19	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_tese_Lucimara_qualificado_abril_2020_modificado.pdf	20/04/2020 19:16:38	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	04/04/2020 17:23:24	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	04/04/2020 17:23:07	LUCIMARA BESERRA	Aceito

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
 Bairro: Manguinhos CEP: 21.041-210
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2598-2863 Fax: (21)2598-2863 E-mail: cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 3.992.564

Outros	Instrumentos_de_coleta_de_dados.pdf	04/04/2020 17:22:47	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	04/04/2020 17:17:21	LUCIMARA BESERRA	Aceito
Outros	Form_encaminhamento_cep_projeto_Lucimara.pdf	04/04/2020 16:47:05	LUCIMARA BESERRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 27 de Abril de 2020

Assinado por:
Jennifer Braathen Salgueiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br

ANEXO B – MAPA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAGUAI

Figura 7. Mapa da bacia do rio Paraguai e suas unidades de planejamento e gestão, de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Fonte: (ANA, 2018)

-4-

